

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

VINÍCIUS TEIXEIRA FURLAN

TERRA E POLÍTICA:
ETNOGRAFIA DA LUTA ANTIBARRAGEM DE INDÍGENAS E AGRICULTORES CONTRA
PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS DA BACIA DO RIO BRANCO (RO)

SÃO CARLOS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

VINÍCIUS TEIXEIRA FURLAN

TERRA E POLÍTICA:
ETNOGRAFIA DA LUTA ANTIBARRAGEM DE INDÍGENAS E AGRICULTORES CONTRA
PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS DA BACIA DO RIO BRANCO (RO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação do Professor Doutor Marcos Pazzanese Duarte Lanna, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

SÃO CARLOS

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de mestrado do candidato **Vinicius Teixeira Furlan**, realizada em 06/04/2016:

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho
Instituto Internacional de Educação do Brasil

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do aluno Vinicius Teixeira Furlan.

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Presidente da Comissão Examinadora
UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 13:30h no dia 06/04/2016.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden
Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª. Reunião no dia ___/___/_____.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS

DEDICATÓRIA

*Aos povos indígenas e agricultores atingidos pelas
PCHs do rio Branco*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos povos indígenas da T.I. Rio Branco e aos pequenos agricultores da sub-bacia do rio Branco no município de Alta Floresta d'Oeste. Raul Tupari, Geovane Tupari, Isaias Tupari, Fernando Kanoé, Anísio Aruá, Marcelo Aruá, Rui Aruá, Ruizinho Aruá, Konkuat Gogó Tupari e Dalton Tupari meus sinceros agradecimentos pela hospitalidade e paciência por me explicarem e ensinarem tantas coisas. Adelino, José, Reinaldo, Rainer, Valdecir, Yane e a todos os agricultores que conheci no MPA, a cordialidade, o respeito e a simpatia aliviaram os longos meses em Rondônia e contribuíram mudando essa dissertação para um percurso que jamais havia imaginado, muito obrigado!

Aos rondonienses que me receberam em suas casas confiando na mensagem de um desconhecido antropólogo de São Paulo que estaria em seu estado, meu eterno agradecimento. Joca, Alexandre e os amigos da Amazônia vertical por me levarem conhecer as grandes barragens do rio Madeira, pela amizade pela hospitalidade, muito obrigado.

Ao Richard, Douglas e a Jaíne e Evanilda, pessoas que tornaram minha chegada Rondônia mais acolhedora. Eternamente grato pela amizade e confiança depositada em mim.

Aos funcionários da FUNAI de Ji-Paraná, em especial ao Vicente, muito obrigado.

Aos funcionários da biblioteca municipal de Porto Velho, aos funcionários do CIMI, aos funcionários da SEDUC, SEDAM, IBAMA e no MPF, em especial, a Rebeca. Muito Obrigado.

À Renata Nobrega, Jandira Kepp, João Guato, Edneia obrigado por me auxiliarem na execução do meu trabalho de campo.

Ao professor e orientador Marcos Lanna pela paciência, pelos ensinamentos e, principalmente, pela confiança sempre depositada em mim.

Ao professor Felipe Vander Velden, pelos conselhos, pela ajuda para execução desse trabalho de campo e pela leitura para a Banca de Qualificação e de defesa de dissertação.

Agradeço a professora Catarina Morawska pela participação na banca de qualificação e pelos conselhos

Ao professor Henyo Barreto Filho por aceitar participar de minha banca de defesa de dissertação.

Aos professores e funcionários do PPGAS, em especial, Marina Cardoso, Clarice Cohn, Geraldo Andreello e ao secretário Fábio. Ao PPGAS também agradeço pelo auxílio financeiro para execução do trabalho de campo e a CAPES pela bolsa concedida que permitiu a realização de minha pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado e graduação pela intensa cooperação nesse percurso. Muito obrigado, Ariane, Felipe, Lênon, Rainer, Tarsila, Luciana, Ulisses, Eduardo, Carol, Ayni. Em especial agradeço ao Roberto, Fernando, Juliana, Pedro e Izadora por compartilharem comigo dessa trajetória.

Aos membros do NEHV, obrigado pela leitura atenta e os comentários.

A Ju, companheira de todos os momentos, pela ajuda no período de escrita, pela leitura dessa dissertação e pela paciência durante as longas ausências no campo. Sem você teria sido impossível esse trabalho.

Por fim, agradeço a minha família pelo apoio incondicional durante todos esses anos. Meu pai, Mario, minha mãe Cleusa, minha irmã Flávia, minha vó Lourdes e minha tia Sônia. Obrigado por tudo.

*Por mais alto que subamos e mais baixo que desçamos,
nunca saímos das nossas sensações. Nunca desembarcamos
de nós. Nunca chegamos a outrem, senão outrando-nos pela
imaginação sensível de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

RESUMO

Os projetos hidrelétricos no Brasil estão marcados por uma suposição de progresso e desenvolvimento nacional que corre simultaneamente com uma expansão territorial das áreas destinadas a várias atividades econômicas como a agricultura, a pecuária e a extração de minérios. Em diversos biomas e bacias hidrográficas tivemos embates recentes entre a lógica expansionista e desenvolvimentista com a questão ambiental e os povos tradicionais. Nesse contexto se inserem as Pequenas Centrais Hidrelétricas da bacia do rio Branco (RO), que desde 1993 seguem se multiplicando ao longo desse rio. Por se tratarem de empreendimentos de menor porte – barragens que geram até no máximo 30 MW – não é exigido para a construção de PCHs estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA), e, portanto, a população atingida fica vulnerável a impactos que não foram previstos formalmente. Essa dissertação toma como ponto de partida a construção desses empreendimentos hidrelétricos e seus impactos sobre a população da região. Pretende descrever acerca dos processos de enfrentamento e luta por parte dos indígenas e pequenos agricultores, bem como suas perspectivas a respeito das mudanças ocorridas a partir da construção das barragens. A pesquisa se desenvolveu em diferentes espaços etnográficos: i) no levantamento de dados do Processo no Ministério Público Federal; ii) junto aos indígenas da Terra Indígena Rio Branco; e iii) juntos aos agricultores, em sua maioria, ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); e em tantas outras intersecções no meu trajeto de pesquisa.

Palavras-chave: Pequenas Centrais Hidrelétricas. Rondônia. Povos Indígenas. Pequenos agricultores.

ABSTRACT

The hydroelectric projects in Brazil are marked by an assumption of progress and national development that runs simultaneously with a territorial expansion of areas destined to many economic activities such as agriculture, livestock and mineral extraction. In many biomes and watersheds we have recent clashes between the expansionist developmental logic with the environmental issues and the traditional peoples. In this context that Small Hydroelectric Power Plants (SHP) from the rio Branco basin (RO), which since 1993 continue multiplying along that river. Because these are smaller projects – dams that generates below than 30MW – they don't need a study of environmental impacts and so, the impacted people remain vulnerable to impacts that were not formally predicted. This thesis takes as it's starting point the process of bulding these hydroeletrics projects and their impacts on the region's population. It aims to describe about the process of clashes and struggle by the indigenous people and small farmers, as well their perspectives to the changes that occured from the construction of the dams. The research took place in diferentes ethnographic places: i) reading the legal process in the Ministério Público Federal ii) with the indigenous people, in the Terra Indigena Rio Branco; and iii) with the farmers, most of them, linked to the Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); and in so many other intersections in my path research.

Key words: Small Hydroletric Power Plants. Rondônia. Indigenous people. Small farmers

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - AS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS DA SUB-BACIA DO RIO BRANCO⁶²

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – CHEIA DO RIO MADEIRA EM PORTO VELHO (RO)	18
Figura 2: ALDEIA SÃO LUIZ	31
Figura 3: ESCOLA INDÍGENA	32
Figura 4: MAPA TI RIO BRANCO	33
Figura 5: ESTRADA QUE CORTA A TERRA INDÍGENA E A ALDEIA SÃO LUIZ.	34
Figura 6: RETIRADA DE MORADORES EM BAIROS AFETADOS NA CHEIA DO RIO MADEIRA EM 2014	55
Figura 7: ENCHENTE RIO MADEIRA	57
Figura 8: MAPA DO “SISTEMA RONDÔNIA” DE ENERGIA ELÉTRICA	59
Figura 9: PCH RIO BRANCO	64
Figura 10: RIO SECO COM O REPRESAMENTO DAS ÁGUAS	68
Figura 11: PEIXES MORTOS	69
Figura 12: ESCADA SECA CONSTRUÍDA PARA REPRODUÇÃO DE PEIXES	69
Figura 13: PCH CACHIMBO ALTO (EM CONSTRUÇÃO)	72
Figura 14: A BR-364 COMO O CENTRO DA INTEGRAÇÃO EM RONDÔNIA	76
Figura 15: - CAPA DO DOCUMENTÁRIO SOBRE AS PCHS DO RIO BRANCO	80
Figura 16: DISTRITO DE NOVA GEAZE LINHA 47,5	84
Figura 17: DISTRITO DE NOVA GEAZE LINHA 47,5	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL – Associação Nacional de Energia Elétrica
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
COMIN – Conselho de Missão de Povos Indígenas
DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
MME – Ministério de Minas e Energia
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
PCH – Pequena Central Hidrelétrica
PNPCH – Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SAE – Santo Antônio Energia
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação de Rondônia
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIN – Sistema Interligado Nacional
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UHE – Usina Hidrelétrica
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
TI – Terra Indígena

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 AS ASSOCIAÇÕES E A POLÍTICA INDÍGENA.....	25
1.1 INTRODUÇÃO HISTÓRICA.....	25
1.2 CHEGADA AO CAMPO.....	28
1.3 A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA COM AS ASSOCIAÇÕES.....	41
2 AS OBRAS DE HIDROELETRICIDADE E SEUS IMPACTOS.....	49
2.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DAS BARRAGENS:.....	49
2.2 O CONTEXTO DO RIO BRANCO.....	61
3 OS PEQUENOS AGRICULTORES DA ZONA DA MATA RONDONIENSE.....	73
3.1 UMA INTRODUÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DA AMAZÔNIA.....	73
3.2 O CAMPO COM OS PEQUENOS AGRICULTORES.....	79
3.3 TERRA, FAMÍLIA E TRABALHO: OS PEQUENOS AGRICULTORES DE ALTA FLORESTA D'OESTE.....	83
3.4 A ARTICULAÇÃO FRENTE ÀS PCHS.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema

Esta dissertação apresentará nas páginas abaixo a questão da ocupação indígena e da presença de pequenos agricultores no território da Zona da Mata rondoniense e, também, a execução projetos hidrelétricos implementados ao longo dos últimos vinte e dois anos. Discorrerei de maneira propositiva acerca de outros assuntos que contribuíram para o tema da implementação das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) na sub-bacia do rio Branco. E, por fim, relatarei algumas problemáticas relativas às populações afetadas sobre o impacto dos empreendimentos na vida dos indígenas e dos pequenos agricultores e em como essas populações formulam diferentes maneiras de enfrentamento político.

A pesquisa etnográfica que pauta este trabalho foi realizada entre os meses de Fevereiro-Abril de 2014 e Janeiro-Fevereiro de 2015. Conduzi essa etnografia, primeiramente, perseguindo a execução de projetos hidrelétricos das PCHs, para isso, foi necessário frequentar diferentes espaços situados em Rondônia. Assim, a dissertação foi desenvolvida através de três atividades paralelas de pesquisa:

A primeira atividade foi o acompanhamento de instituições e movimentos sociais envolvidos na questão das PCHs e os consequentes prejuízos socioambientais. Dentre esses, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o curso Intercultural da UNIR (Universidade Federal de Rondônia), que pude frequentar parcialmente junto aos indígenas, a Pastoral Indigenista da Diocese de Ji-Paraná, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o COMIN (Conselho de Missão de Povos Indígenas) e o Ministério Público Federal de Ji-Paraná, que abriga o processo de mais de quinze anos contras as PCHs do rio Branco.

O segundo foco da pesquisa se deu na relação estabelecida com as populações da Terra Indígena Rio Branco, que foram diretamente afetadas pelas obras de represamento da sub-bacia do rio Branco. Nesse contexto, destacarei a importância das associações e das lideranças locais no enfrentamento político às PCHs e as relações dos indígenas com as instituições mencionadas no primeiro foco de atividades, assim como sua relação com os agricultores.

Os pequenos agricultores, que também são afetados pelas barragens, compõem o terceiro foco das atividades desenvolvidas durante o campo. Da mesma forma que nos outros focos, buscarei compreender a articulação política desses agricultores e suas relações com as instituições e os indígenas.

Desse modo, começarei reunindo os fatores que compõem o processo de produção de hidroeletricidade na sub-bacia do rio Branco. O texto então discorrerá, primeiramente, com um histórico do contato dos povos indígenas na região, bem como o contexto de demarcação da TI Rio Branco e sua realidade multiétnica. Para isso, também apresentarei um histórico da colonização de Rondônia e a ocupação da Chapada dos Parecis por pequenos agricultores e grandes fazendeiros. Dessa maneira, proporei a interligação entre esses elementos e a construção dos empreendimentos hidrelétricos.

Farei uma descrição da movimentação política da parte dos indígenas e dos agricultores e como, em certa medida, essas forças se articularam em conjunto contra as barragens. Para isso, no campo indígena, estaborecerei uma breve descrição da política indígena e sua relação com a criação das associações como instrumento de reivindicação. Da mesma forma, analisarei o engajamento dos agricultores através do MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) em busca de reparos aos prejuízos.

Um dos instrumentos adotados para o acompanhamento da construção dos empreendimentos e da respectiva mobilização dos indígenas e agricultores será a análise detalhada do processo junto ao MPF e do processo junto ao MPE com sede em Alta Floresta d'Oeste. Através desses documentos, descreverei como a articulação política por parte dos povos atingidos se deu frente ao Estado, via Ministério Público Federal e Estadual.

Essa dissertação, portanto, terá como questão central o processo de construção de hidrelétricas ao longo da sub-bacia do rio Branco, contextualizado com o processo de expansão e colonização de Rondônia e o processo de expansão e incentivo à produção de energia hidrelétrica. A partir de tal fato, pretende-se uma descrição daquilo que foi, no caso dos agricultores, e daquilo que é, no caso dos indígenas, a luta política anti-barragem.

A trajetória da pesquisa

Esta dissertação possui como grande tema: a situação de conflito entre as populações que compõem uma região afetada pela construção de hidrelétricas. Nessa temática aparecem hoje diversas situações de povos tradicionais afetados por barragens, sendo o caso mais emblemático o que ocorre no rio Xingu (Pará), com a construção da UHE Belo Monte (Usina Hidrelétrica de Belo Monte). Portanto, a ideia que gerou esta dissertação sempre foi estudar esse cenário de conflitos a partir de grandes obras de desenvolvimento promovidas pelo ou com incentivo do Estado.

Minha trajetória acerca de discussões sobre política na antropologia teve início com meu trabalho de Iniciação Científica que resultou em minha monografia de conclusão de curso. Nesse trabalho, minha preocupação era discutir a chefia dentro da bibliografia dos africanistas ingleses, em especial, na obra de E.E. Evans-Pritchard. A discussão acerca de representação, assimetria política, a construção das chefias e conflito eram de extrema importância para mim. Seguindo esse caminho, a construção do projeto de mestrado teve como ponto de partida discutir a formação das chefias e das representações, mesmo que em outras realidades etnográficas.

O interesse acerca de hidrelétricas surgiu a partir de minha graduação. Em 2011, durante uma aula do curso de Antropologia Brasileira, ministrado pela professora Clarice Cohn, ocorreu o processo de licenciamento e leilão da obra de Belo Monte. Fui, então, instigado pelo debate acerca da negociação das condicionantes exigidas pela licença prévia do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) à construção de Belo Monte e com as leituras de Antropologia Política com grande influência na etnologia brasileira. Um questionamento se fez rapidamente urgente em minha compreensão sobre o tema: se essa bibliografia reconhece as organizações políticas indígenas justamente por serem *contra o Estado*, em que medida seria possível uma negociação entre o Estado brasileiro e as populações indígenas? Não seria essa uma imposição de negociações na lógica estatal aos povos indígenas? De que maneira as comunidades indígenas, em resposta ao Estado brasileiro, organizar-se-iam para pautar esse debate e construir posições consensuais em um contexto inter-aldeias e multiétnico?

A partir dessas ideias, fui convidado a pensar na possibilidade de um projeto de mestrado que se propusesse a estudar e etnografar em Rondônia, por ser uma região pouco abordada até o momento pela etnologia dentro das universidades brasileiras. No entanto, apesar do interesse nesse contexto etnográfico novo, ainda insistia na minha reflexão acerca da chefia e da construção de posições coletivas e construção de pessoas que deveriam participar de mobilizações e decisões em nome de uma aldeia, uma etnia, uma terra indígena ou, até mais, em nome de uma categoria de *atingidos por barragens*. Em que sentido estudar os povos indígenas, a partir dos impasses socioambientais impostos pela sociedade ocidental, poderia contribuir para a compreensão dessa política ameríndia? Política esta que encara novos desafios e é chamada a tomar partido, seja em reuniões com governos, seja em mobilizações a partir de movimentos sociais bastante heterogêneos.

Aceitei o convite em estudar o contexto de Rondônia, no entanto, ainda pensando como questão central o aspecto da chefia e da construção de lideranças em meio à

negociações entre indígenas e Estado. Ao deixar de abordar o maior caso desse tipo no Brasil, o da UHE Belo Monte, não excluí a mesma questão antropológica enfrentada em diversas regiões do Brasil a partir das políticas desenvolvimentistas e os impasses socioambientais. Os problemas enfrentados nessa grande contexto de construção dessas grandes obras replicam os problemas vistos em Belo Monte na mais diversas regiões do Brasil. Enfatizei, portanto, pesquisar o contexto de Rondônia. Nesse, quais seriam os embates enfrentados acerca de produção de hidroeletricidade e povos indígenas? Claramente, surgiram como possibilidades imediatas as recentes e grandes Usinas Hidrelétricas que estavam em construção: a UHE Jirau e UHE Santo Antônio. No entanto, tratava-se aparentemente de uma obra consolidada, na qual grande parte das condicionantes já havia sido acordada e, talvez, os conflitos acerca da construção já seriam ultrapassados. Entretanto, os conflitos e impactos estavam já em outro período, e não somente as obras de construção dessas UHEs afetavam a região, como também o início de suas operações causaram danos, como a cheia de 2014, que abordarei brevemente no decorrer do texto. A repercussão e o impacto dessa cheia foi apontada por alguns indígenas da região e alguns técnicos como consequência das hidrelétricas.

Os recorrentes impactos causados pelos imensos projetos desenvolvimentistas do setor elétrico, apesar de todo debate, são frequentes na história recente brasileira, entretanto, pouco se tem debatido acerca das PCHs. E, por isso, convenci-me que não deveria somente trazer uma região pouco estudada pela antropologia ao debate, mas ir além. Cheguei à conclusão que para contribuir com esses debates a minha pesquisa deveria focar em algum aspecto pouco abordado na Antropologia e áreas afins, mas também pouco difundido na mídia. Cheguei à conclusão, portanto, que para contribuir com esses debates. Com essa perspectiva, conheci o conflito acerca da construção de PCHs na bacia do rio Branco, Rondônia.

Como será abordado nessa dissertação, a PCH é uma Pequena Central Hidrelétrica que, por ser pequena, dispensa vários procedimentos de licenciamento que uma Usina Hidrelétrica necessita. Por esse motivo, muitas vezes os prejuízos tornam-se relativamente maiores, se pudéssemos estabelecer uma escala de prejuízo socioambiental *per megawatt*. Tais danos, que no caso do rio Branco, são progressivamente intensificados, dado a construção em série de várias PCHs, hoje totalizando oito delas.

Assim, construí um projeto de mestrado que abordou a questão antropológica central: a relação entre uma política indígena sendo pressionada a dar respostas e a reagir aos moldes da política estatal brasileira. Como isso seria feito? De que maneira as comunidades reagiriam? Como isso afeta a política indígena? Algumas abordagens da etnologia brasileira,

dos povos Jê, apontavam para a divisão das lideranças internas e externas, como na figura do capitão, no caso Kayapó, que talvez explicasse algumas resoluções acerca do conflito em Belo Monte e fornecesse pistas sobre a situação dos impactados pelas PCHs em Rondônia. De tal modo, antes mesmo do campo, busquei encontrar em notícias, congressos e movimentos sociais quais seriam os canais por onde as posições políticas desses povos indígenas da TI Rio Branco, como aquelas questões que estavam sendo estudadas por Clarice Cohn e Thais Regina Mantovanelli na UFSCar.

Ao acompanhar notícias sobre o conflito das construções dessas barragens, deparei-me com o fato de que quem representava os povos indígenas da região, seja em documentos, audiências ou reuniões, eram as associações, em especial, na figura de seu presidente. Questionei, então, de que forma foram e são construídas essas lideranças e como se relacionam com as lideranças tradicionais? Além de tudo, essa associação representava nas reuniões promovidas na Aldeia São Luís a totalidade dos povos indígenas da T.I. Rio Branco, que abrange mais de vinte aldeias e nove etnias. Isso me levou a questionar também a maneira com que os consensos foram viabilizados entre as etnias e aldeias diferentes, bem como pensar na relação entre a associação e as lideranças tradicionais de cada uma das etnias. Portanto, um dos meus objetivos na análise será de descrever o papel das associações e relacioná-las como instrumento de articulação política indígena.

Construído o projeto passei a efetuar uma extensa pesquisa bibliográfica e na internet acerca de qualquer elemento ou descrição que colaborasse com informações ou dados acerca das condições de acesso e de pesquisa na região pretendida. Estabelecer tais relações tornou-se uma das etapas mais desgastantes no período pré-campo e teve um desfecho da maneira mais inusitada. Apesar de contar com a colaboração de informações de alguns professores, em especial do Prof. Felipe Vander Velden, que também tem suas pesquisas no estado de Rondônia, a região que eu me encaminhava era distante de qualquer relação acadêmica ou política que pudesse me colocar em contato com esses indígenas. Primeiramente, minha estratégia se deu partindo da internet, em especial, das redes sociais.

A partir de um contato estabelecido por indicação do Prof. Felipe Vander Velden, conheci o Prof. João Guato do curso de Educação Intercultural da UNIR. O professor havia me informado que entre os meses de janeiro e fevereiro os professores de diversas etnias de Rondônia, inclusive da T. I. Rio Branco, estariam em Ji-Paraná para a conclusão de mais um semestre do curso de formação de professores indígenas. Esse curso ocorre durante os meses não-letivos para que as aulas nas aldeias possam ocorrer normalmente durante os meses letivos.

A partir dessa informação, pautei o planejamento de campo. Na primeira etapa, concentrei-me no estabelecimento de relações com esses indígenas que frequentavam as aulas na UNIR, em Ji-Paraná e, ao término das aulas, ia a aldeia juntamente com os professores indígenas.

A criação dessas relações para viabilizar a pesquisa de campo se deu nas redes sociais. Além desses contatos estabelecidos com a ajuda dos professores Felipe Vander Velden e João Guato, procurei informações em grupos do *facebook* e me apresentei às pessoas como pesquisador da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) que faria um trabalho acerca dos impactos socioambientais das barragens no contexto indígena. O êxito nessas relações ocorreu na rede social *couchsurfing*, composto de pessoas do mundo todo que oferecem hospedagem solidária em suas casas, assim, estabeleci as relações necessárias para o andamento da pesquisa em Porto Velho e Ji-Paraná. A partir desses locais construí as relações que me levariam à T.I. Rio Branco e ao município de Alta Floresta d'Oeste.

Durante minha permanência em Porto Velho, efetuei pesquisas junto à biblioteca municipal e à biblioteca do campus da UNIR. Além disso, procurei informações junto aos movimentos sociais, como o MAB de Porto Velho e o CIMI. Nesse período da primeira etapa da pesquisa de campo, entre fevereiro e abril de 2014, Porto Velho se via frente à maior cheia do rio Madeira dos últimos anos, justamente no primeiro ano de operação parcial das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Por esse motivo, acompanhei a desocupação de bairros inteiros tomados pela enchente, conheci alguns indígenas impactados por essas usinas e pude conhecer a UHE Santo Antônio acompanhado por dois geógrafos que faziam laudos para uma empresa particular contratada pelo consórcio construtor da usina hidrelétrica. Logo nesses primeiros dias me inseri no contexto das UHEs e dos problemas socioambientais, discutindo com movimentos sociais e técnicos das hidrelétricas.

Figura 1 – CHEIA DO RIO MADEIRA EM PORTO VELHO (RO)

2014



FONTE: O próprio autor.

Ji-Paraná se tornou minha segunda base de pesquisa. Lá, como descrito anteriormente, frequentei as aulas do curso de Educação Intercultural da UNIR onde pude conhecer representantes de diversos povos indígenas de Rondônia e, inclusive, os povos da T.I Rio Branco. O contato que estabeleci com o Ministério Público Federal com sede em Ji-Paraná foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Nesse local, obtive acesso completo ao processo que ocorre na sessão de minorias do MPF, onde corre o processo iniciado em 1998 sobre o complexo de PCHs ao longo da bacia do rio Branco. Além disso, pude conversar e conhecer o procurador e a perita antropóloga do MPF.

O período em Ji-Paraná se configurou como enriquecedor no sentido de ser inserido ao contexto dos indígenas e ao contexto das barragens de maneira progressiva. Ou seja, aprofundi as informações e os contatos com meus informantes procurando complementar uma narrativa histórica que abordasse desde os primeiros anos dos anos 1990, quando a primeira PCH começou a ser construída, até o período atual, passando por períodos com grande articulação política entre os afetados e outros períodos de baixa articulação política.

Foi também em Ji-Paraná que busquei pessoas envolvidas nos movimentos anti-barragens como a Pastoral Indigenista, o CIMI, o COMIN e o MAB.

Nessa pesquisa etnográfica, ficou claro para mim que a dissertação se encaminhava para além de uma discussão sobre o tema da chefia indígena, a partir do qual teoricamente surgiu a ideia do projeto. A dissertação, ao abordar os envolvidos com o processo de disputas políticas no entorno da construção dessas PCHs, se encaminhava a etnografar os contextos não indígenas também.

Por esse motivo a etnografia relatada e analisada neste texto não se configura nos moldes de uma etnografia clássica como, por exemplo, nos estudos monográficos dos antropólogos ingleses. Essa etnografia, portanto, não é mais uma etnografia do povo Tupari ou dos povos indígenas da Terra Indígena Rio Branco, mas sim propõe uma etnografia das mobilizações políticas que ocorreram a partir de um fato: o da construção de PCHs. Essas mobilizações políticas também ocorreram para além de fronteiras étnicas e além das fronteiras entre sociedade e Estado. O que, portanto, demonstrarei são as articulações e alianças internas e externas entre indígenas, pequenos agricultores, movimentos sociais e o Estado, na figura do MPF. As mobilizações de movimentos sociais organizados contra as PCHs se configuram hoje como algo do passado, no entanto, resgatar esses relatos foi importante.

Para realizar esse esforço etnográfico, Ji-Paraná se tornou uma importante base pois lá poderia conhecer tanto alguns dos indígenas envolvidos na articulação política da T.I Rio Branco como também estar constantemente presente no MPF, além de investigar e procurar pessoas envolvidas nos movimentos antibarragens como a Pastoral Indigenista, o CIMI, o COMIN e o MAB. Para além de Ji-Paraná, segui rumo a Alta Floresta d'Oeste, município com cerca de 18 mil habitantes, situa-se próximo à Rolim de Moura e da mesorregião de Cacoal. Esse município foi a base para a incursão na Terra Indígena e, também, para as terras de pequenos agricultores afetados pelas barragens. Além disso, no município encontram-se parte dos trabalhadores envolvidos na construção ou operação dessas hidrelétricas.

Os últimos dias em Ji-Paraná foram de planejamento da ida à Alta Floresta d'Oeste e também à aldeia São Luiz na TI Rio Branco. Através dos meus principais interlocutores desse período, que foram *Isaias Tupari*, *Geovane Tupari*, *Raul Tupari* e *Fernando Kanoé*, fui informado que da cidade de Alta Floresta havia um ônibus que fazia a rota entre a aldeia e a cidade. Portanto, desloquei-me para lá e encaminhei-me à aldeia.

Em Alta Floresta d'Oeste, tive contato com um funcionário da secretaria de agricultura do município que, logo que cheguei à cidade, encaminhou-me para conhecer o Vereador Tanúzio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que era conhecido pelo histórico

de engajamento acerca das PCHs. No gabinete desse vereador fui informado que não poderia permanecer um grande período na TI devido a minha autorização junto a FUNAI ainda não ter sido processada desde que havia enviado, cerca de 5 meses antes. Entretanto, como tinha autorização verbal da FUNAI em Ji-Paraná, ficou acertado que iria até à aldeia para conhecer os indígenas e explicar sobre o projeto.

Nesse tempo, em Alta Floresta d'Oeste, foi possível notar as relações estabelecidas entre os indígenas e o poder público municipal e estadual, que observei, por exemplo, a partir das dinâmicas nas negociações dos indígenas para conseguir um transporte entre a cidade até a Terra Indígena. Os professores indígenas conseguem transporte com a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação de Rondônia), outros dependem de carros da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) ou pedem uma carona para a secretaria da agricultura ou com o carro da associação, caso ele esteja na cidade. O ônibus de linha se torna a última opção, pela demora e pelo custo. O ônibus se chama “Expresso Gaúcho” e é uma linha regularizada pelo município que sai da cidade rumo à Terra Indígena passando pela linha 47,5, onde se encontram diversas pequenas propriedades rurais e o distrito rural de Nova Geaze, próximo aos indígenas.

O transporte regularizado como sendo de passageiros, na verdade, transforma-se em um híbrido de pessoas, materiais de construção, gasolina, alimentos e, até mesmo, carga viva de porcos e pintinhos para os sítios. Muitas famílias indígenas e de agricultores utilizam a linha, eventualmente, para efetuar as compras do mês e toda a renda mensal geralmente é gasta nesses dias que os indígenas vão para a cidade. O que faz com que o transporte dessas compras (alimentos, equipamentos, combustível e etc) sejam carregados no próprio ônibus, junto com os passageiros. Além disso, o ônibus funciona também para o frete da pequena produção agrícola da região, diversas sacas de café são transportadas juntamente nas viagens. A estrada em más condições, aliada às constantes paradas, carregamentos e descarregamentos de carga, faz com que o trajeto que dura duas horas de carro, passe a durar oito horas até São Luiz. Todos os meus deslocamentos entre cidade, aldeia e as propriedades rurais foram feitos através desse ônibus.

Na aldeia, em minha primeira visita, instalei-me em uma casa de apoio, antiga casa do chefe do posto, como me foi informado. Ali me estabeleci por quase duas semanas, já que a única coisa que possuía era um autorização verbal a FUNAI de Ji-Paraná. Quase um ano depois, em 2015, pouco antes de retornar, descobri que meu pedido estava travado no CNPq por um acaso que nem mesmos os funcionários me souberam explicar, o processo simplesmente estava parado sem motivo aparente. Mesmo com o andar do processo, retornei

pela segunda vez à Rondônia sem a autorização formal por parte da FUNAI, somente com a autorização da FUNAI local. Novamente passando pelo mesmo circuito até chegar a Alta Floresta d'Oeste, ampliei meu campo e passei a procurar informações sobre os pequenos agricultores que enfrentaram os mesmos prejuízos causados pelas barragens. Além disso, quando fui à aldeia, a casa de apoio não estava disponível, alojei-me em um depósito de materiais de construção, portanto, ao invés de fazer uma longa estadia na aldeia, transitei na região entre o município, a aldeia São Luiz e as propriedades rurais da região.

Na T.I. Rio Branco dei continuidade à coleta de informações acerca dos impactos das PCHs, como também o modelo de organização e formulação das reivindicações dos indígenas, acompanhei, em especial, algumas lideranças da Associação Indígena Doá-Txatô e também tive muitas conversas com algumas lideranças tradicionais e mais antigas.

No município de Alta Floresta d'Oeste meu esforço foi dirigido para encontrar as pessoas que se envolveram com os movimentos sociais durante o momento de “maior articulação antibarragem”. Para isso, frequentei diversas vezes o espaço do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) que, muito entusiasmados, reuniram-se para contar cada um sua versão da história sobre a construção das PCHs e as lutas que tiveram de enfrentar. Além do MPA, procurei contato na câmara de vereadores buscando conversar com alguns membros do legislativo sobre a visão em torno das mudanças que a construção das barragens causou na cidade, onde consegui contato com dois Vereadores. Também procurei a Igreja Católica e a Luterana, que foram muito engajadas e auxiliaram os indígenas através, respectivamente, do CIMI e do COMIN, e obtive muita informação e a cópia do DVD feito por essas instituições com um curto documentário sobre o rio Branco.

Essa dissertação será, portanto, o resultado de indagações de cunho teórico dentro de uma antropologia política, mas que, através do campo, teve seu objetivo central modificado, apesar de abordar as questões levantadas em seu primeiro momento. Tornou-se objetivo central, portanto, descreverei esse cenário da construção das PCHs e assim, descreverei as articulações políticas dos afetados, suas alianças e divisões.

A pesquisa etnográfica que foi efetuada para a produção dessa dissertação se deu de maneira progressiva, isto é, percorri as relações entre as pessoas que conheci acerca do tema das PCHs. Por *percorrer* quero dizer que uma pessoa me levou à outra em uma linha contínua em busca de informações sobre as populações da região do rio Branco. Alguns desses percursos me levaram a encontrar portas fechadas, ou seja, local que a pesquisa se tornava mais difícil pelo acesso às pessoas e aos materiais. Isso, entretanto, forçou-me a buscar outros caminhos que mostrassem outros aspectos de um mesmo problema. Isso pode ser

exemplificado com os primeiros objetivos nos quais o projeto de pesquisa de mestrado se pautou. Como apresentado anteriormente, a busca central que me propunha investigar era as relações políticas que envolviam o processo decisório dos povos indígenas da T.I. Rio Branco dentro de seu contexto multiétnico e em uma situação de existirem de maneira concomitante as lideranças tradicionais e as lideranças mais jovens envolvidas com as associações.

Ao viajar pela primeira vez à Rondônia ocorreu que minha instalação na Aldeia São Luiz foi impossibilitada diversas vezes, sendo o caso mais exemplar quando me impediram de permanecer por mais tempo devido à falta de autorização formal e documentada por parte da FUNAI, apesar de já ter sido enviada com meses de antecedência e ter sido autorizado verbalmente pela FUNAI de Ji-Paraná. Essa primeira etapa de um campo mais tradicional no contexto indígena foi abreviada por essas situações, assim, aproveitei meu tempo em Rondônia para conseguir informações complementares com as do processo do MPF e, também, para conhecer e estabelecer contatos em Ji-Paraná junto aos indígenas da UNIR e aos órgãos públicos que se relacionaram com a construção dessas barragens.

Nesse sentido é que *percorrer* e contornar esses impasses me fizeram conhecer e me aprofundar em outros temas que não eram planejados inicialmente. O maior exemplo se trata da inserção do campo entre os pequenos agricultores. Ao conversar com as pessoas que acompanharam o histórico das lutas antibarragem em Rondônia, muitas citavam esses agricultores afetados, outras vezes alguns nomes começaram a aparecer no processo do MPF e também ouvi dos indígenas relatando a aliança entre eles contra as PCHs. Desse modo, um diálogo me levou a procurar outra pessoa que me levou ao próximo.

A etnografia em Rondônia se deu em intenso movimento com constantes viagens entre Porto Velho, Alta Floresta d'Oeste, T.I. Rio Branco. Visitas a sítios na região afetada pelas barragens, Ji-Paraná e idas a outras cidades em busca relatos de pessoas que se mudaram de Alta Floresta depois da construção das PCHs.

Em meu exame de qualificação fui aconselhado, justamente, a escolher um dos caminhos possíveis: 1- Efetuar uma etnografia clássica de etnologia acerca das associações e política ou 2- Descrever e abordar, de maneira centrada, as questões das hidrelétricas e, conseqüentemente, eu acrescentei abordar os povos afetados por essas obras. Essas opções foram apresentadas para mim logo após eu retornar do meu segundo campo, em 2015, onde tinha escrito meu texto de qualificação somente com os dados da primeira etapa da pesquisa de campo de 2014. Quando me colocaram essa pergunta eu ainda não havia organizado meus dados e meu caderno de campo, entretanto, a resposta estava lá. Perseguir e percorrer essas

relações centradas nas PCHs me fez escolher e construir uma dissertação que demonstrará alguns impactos e mudanças causadas pelas PCHs.

É importante ressaltar também o que chamo de impacto. É um termo que se constitui como um conceito técnico dentro de documentos e relatórios de licenciamento ambiental, é algo mais amplo. Por esse motivo, algumas das coisas que demonstrarei no texto jamais constaram em laudos e relatórios, pelo motivo de não se enquadrarem nos impactos diretos ou indiretos considerados pela terminologia formal.

Em ambos os casos, indígena ou pequeno agricultor, falar das PCHs era falar de um tempo diferente e de problemas diferentes. PCHs para os indígenas é o presente, são problemas enfrentados e vividos todos os dias. A reação aos problemas causados pelas PCHs causa um dos impactos que aponto que, muitas vezes, nos últimos anos foi o impasse político, as discussões e construção de reivindicações em consequência dessas barragens. Falar em PCH com os pequenos agricultores é falar do passado e da memória. As barragens causaram a perda das terras, perda através de acordos indenizatórios ou perda pela inviabilidade produtiva dessas terras. Falar da terra é falar do trabalho e da família, coisas que a terra produziu e, graças às PCHs, não produzem mais. Duas perspectivas distintas, mas que em um momento se aliaram em suas reivindicações, juntamente com movimentos sociais e se romperam novamente deixando a memória para os agricultores e a inconclusão e intensificação de problemas aos indígenas.

A estrutura da dissertação

Essa dissertação contará com três capítulos, sendo o primeiro sobre os povos indígenas da T.I. Rio Branco. Nele terá um breve histórico desses povos do contato à demarcação de suas terras. Também haverá discussões do posicionamento indígena frente às PCHs, abordando a construção desse posicionamento e o papel da associação nesse aspecto. Além disso, abordarei também uma discussão teórica acerca da chefia e como os respectivos debates teóricos sobre o tema das associações se desenvolvem e dialogam com o caso apresentado.

O segundo capítulo será um relato acerca da construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas ao longo do rio Branco, com descrições com base nos documentos que constam no processo do MPF, como também dados obtidos através dos movimentos sociais, pequenos agricultores e os indígenas. Descreverei um pouco sobre o modelo de geração de energia

nacional, situando os empreendimentos da bacia do rio Branco dentro de um projeto nacional de produção de hidroeletricidade e dentro do Sistema interligado nacional (SIN).

O terceiro capítulo enfocará os pequenos agricultores, com relatos sobre os impactos que as PCHs causaram em suas vidas, a importância da terra como elemento essencial da condição de pequeno agricultor e as articulações políticas formuladas por eles, como as alianças e rompimentos com os indígenas que ocorreram durante o processo das PCHs. Nesse capítulo proporei um debate acerca da terra como tema central do debate agricultor acerca dos impactos das PCHs.

1 AS ASSOCIAÇÕES E A POLÍTICA INDÍGENA

1.1 INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A região da margem direita do rio Guaporé, em Rondônia, conforme definida por Denise Maldí (1991), é onde se encontra o chamado “complexo cultural do marico”, que concentra diversos povos indígenas, quase todos integrantes de pequenas famílias do tronco linguístico Tupi. É notável a escassez de trabalhos etnográficos nessa região, em especial sobre os Tupari, o trabalho mais conhecido foi feito em 1948 por Franz Caspar. No entanto, ainda não foi traduzido para o português, essa obra, de caráter mais etnográfico, foi publicada em 1975, pelo Museu de Etnologia de Hamburgo, chamada *Die Tuparí: Ein Indianerstamm in Westbrasilien*, mas é somente um diário de viagens no qual ele apresenta algumas descrições sobre os Tupari. Além do trabalho de Caspar, há também uma coletânea de mitos Tupari publicada por Betty Mindlin, em 1993.

O contexto multiétnico da região do médio Guaporé e seus afluentes coloca diversas línguas em contato. Wajuru, Makurap e Tupari são de família Tupari tronco Tupi. Jaboti e Arikapú são línguas isoladas, Aruá é Tupi-Mondé e quanto à língua Kanoê não há um consenso se é Nambikwara, Kunsa ou isolada. (SOARES-PINTO, 2009. p.18). No entanto, a comunicação se dá largamente na região pelo uso da língua portuguesa, que funciona como língua franca entre as diversas etnias, substituindo a língua Makurap nesse papel, se seguirmos o que dizia Caspar na etnografia da década de 1950. O *complexo do Marico* apresenta um grande contato interétnico mesmo antes do contato com o branco. (MALDI, 1991)

Para além de uma fronteira natural entre complexos culturais potencialmente distintos, o rio Guaporé é a região onde se encontravam as fronteiras de dois regimes coloniais rivais: Portugal e Espanha, o que caracterizou uma ocupação intensa até o século XVIII. No entanto, após o período de independência, essa região foi esvaziada, sendo, a partir da exploração da borracha, no século XIX, que o contato com o branco se intensifica e alguns dados sobre a região tornam-se disponíveis.

A política indigenista, no período colonial, tentou manter as comunidades indígenas fixas em seus territórios para que pudessem ser considerados como guardiães de fronteira (MALDI, 1991, p. 213). No entanto, a partir dos processos de independência na América, as fronteiras coloniais deixam de ser vitais e ocorre novamente um esvaziamento da ocupação branca na região. Nesse período, os indígenas da margem direita do Guaporé se mantiveram

relativamente mais isolados, estabelecendo-se em regiões menos acessíveis, por exemplo, nas cabeceiras de afluentes, como o rio Branco.

Apesar da intensa ocupação e navegação da região do Guaporé durante os séculos XVII e XVIII, nenhum dos grupos Tupi da margem direita foi encontrado. Em especial *Tupi-Tupari* continuou desconhecido até o começo do século XX. Conforme Maldi, “os grupos *Tupi* dos afluentes da margem direita dos rios Branco, Terebitó e Colorado, mantiveram-se afastados das margens do Guaporé e somente se aproximaram desse rio após a desagregação de suas aldeias tradicionais” (MALDI, 1991, p. 225). Mesmo a exploração da borracha na Amazônia tendo começado durante as primeiras décadas do século XIX, o desenvolvimento dessa atividade ainda ocorria de maneira lenta. No início da ocupação do baixo rio Madeira por seringueiros, a partir de 1860, conforme Maldi (1991, p.228), a região estava ocupada em sua totalidade por bolivianos.

É somente no fim do século XIX que se desenvolve o processo de contato com os povos *Tupi*, através da fundação dos seringais São Luís no rio Branco e Pernambuco no rio Colorado, a ocupação desses rios se deu entre os anos 1910 e 1920. Esses seringais, em especial o São Luís, foram a base para o contato intensificado com os povos indígenas. A série de contatos aponta que os primeiros a serem encontrados foram os Jabuti, que se situavam abaixo das cabeceiras do rio Branco e resistiram ao contato, gerando mortes e raptos de mulheres (MALDI, 1991, p. 229). Em seguida, os Arikapú, que eram vizinhos aos Jabuti, estabeleceram contato com os seringueiros. Os Makurap, cujas malocas ficavam nas cabeceiras do rio Branco e no alto rio Colorado, e os Wayurú do rio Colorado foram contatados concomitantemente. Os últimos a serem encontrados foram os Tupari, aqueles que Caspar (1948) afirmou serem conhecidos como os *índios bravos* e que seriam o único grupo com práticas canibais.

Lévi-Strauss (1948) aponta duas áreas distintas da bacia do Guaporé, uma à margem direita, entre os rios Branco e Mamoré, ocupada pelos povos de língua *Txapakura* e, por fim, as regiões ocupadas pelos povos *Tupi* que compreenderiam as bacias do rio Branco, Mequens e Corumbiara. Nesse sentido, o autor aponta que o Guaporé seria, antes de tudo, um divisor, e não um elo, pois na margem esquerda estariam os índios da área cultural mojo-chiquitana indo até os Andes e na margem direita os índios seriam efetivamente amazônicos. Esses povos definitivamente amazônicos, diz Lévi-Strauss, seriam compostos de dois núcleos, o núcleo *Tupi* e o núcleo *Txapakura*.

Uma característica central nas sociedades do Médio Guaporé e seus afluentes é a chicha, que é uma bebida fermentada produzida majoritariamente a partir da macaxeira, mas

que também pode ser produzida através do milho, do amendoim e do cará. Enquanto a chicha de macaxeira é predominante para o uso público nas festas e nas chichadas de pagamento para algum grupo doméstico após um trabalho executado, as outras chichas são mais utilizadas no consumo doméstico. Segundo Soares-Pinto (2009, p. 142), em sua etnografia sobre os Wajuru, “produzir e beber chicha carrega uma forte distinção entre nós e eles”. Ou seja, seria justamente na chicha que se encontra a centralidade da alteridade entre o branco e os Wajuru e os outros povos indígenas da região que compartilham do seu consumo.

O relato do etnólogo Snethlage, reproduzido por Denise Maldí, afirma que o seringal São Luís já tinha índios trabalhando e, além das relações de exploração do trabalho, várias transformações ocorreram: “a maioria das mulheres estavam transformadas em prostitutas; a chicha havia sido substituída pela pinga e alguns homens recebiam castigos físicos”. (MALDI, 1991, p. 230)

Do contato com os brancos, promovido durante o ciclo da borracha, decorreram problemas e conflitos, entre os quais, o mais notável é a epidemia de sarampo que dizimou a população indígena na área. O uso da mão de obra indígena nos seringais gerou também diversas vítimas, devido à excessiva carga horária de trabalho e constantes transferências compulsórias por parte do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) das populações, a partir da década de 1930, para o posto indígena Ricardo Franco. Nesse período, o contato dos povos indígenas com o branco fica marcado por dois momentos distintos: os ciclos da borracha, com a concentração de seringueiros e seringalistas e, posteriormente, a ocupação e imigração da população de outras regiões do país. Esse segundo momento é resultado de uma ação estatal de incentivo ao desenvolvimento agrário que, entre outras coisas, promoveu a abertura de rodovias e isenção tributária para colonos se instalarem na região (SOARES-PINTO, 2009).

A demarcação da T.I. Rio Branco se deu em 28 de novembro de 1983, com uma área de aproximadamente 240 mil hectares, ainda assim, não respeitou algumas regiões tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Aldeias ao norte, próximas às antigas sedes de seringais da cachoeira Paulo Saldanha, onde se encontravam na maioria os Makurap, ficaram de fora da área indígena demarcada. No mesmo período, o INCRA distribuiu essas terras aos imigrantes no projeto de colonização da região norte e da cabeceira do rio Branco. Também ao sul, algumas aldeias ficaram de fora da demarcação e hoje se encontram onde há a Reserva Biológica do Guaporé.

Desde o abandono por parte do SPI, em 1937, até mesmo após a chegada da FUNAI, em 1980, os povos indígenas da região sofreram com um processo de semiescravidão. Segundo relatos dos indígenas, muitos deles foram vendidos aos seringalistas juntamente com

os seringais por um funcionário do antigo SPI. O processo de extração da borracha se dava, no período, através de escravidão por aviamento, no qual o seringalista contratava os indígenas em troca de bens industrializados com preços muito acima aos de mercado, de modo que os indígenas se endividavam e ficavam atrelados ao trabalho para o pagamento dessas dívidas.

Conforme relatório da FUNAI, a partir de 1980, os seringalistas começaram a impedir a abertura de roças indígenas nas terras ao norte da T.I, prevendo uma possível desapropriação das terras por parte do Governo Federal que eram reivindicadas como indígenas para efetuar o processo de demarcação, ou seja, proibindo que os índios fizessem roças em suas próprias terras.

O contato desses povos foi marcado pela exploração e pelas epidemias que dizimaram a população local. Os Tupari são os únicos dos quais se possui algum dado de sua população que já vivia na região. Em 1934, o etnólogo alemão E. H. Snethlage contou 250 Tuparis. Em 1948, Franz Caspar encontrou cerca de 200 pessoas e quando retornou à região, em 1954, uma epidemia de sarampo os reduziu ao número de 66. Caspar obteve informações que dizem que, no início do século, os Tupari eram mais de três mil pessoas. A população foi reduzida de 3.000 para 66 em menos de sessenta anos.

As epidemias e a exploração continuaram como parte da história do contato desses povos indígenas durante quase todo século XX. Mesmo com a chegada da FUNAI, em 1980, as condições de saúde não melhoraram significativamente. Apesar da maior resistência dos índios que sobreviveram às epidemias do passado, os problemas de saúde foram resultantes de agravamento de casos de gripe, tuberculose e malária. As complicações ainda mais graves só eram passíveis de tratamento a partir de uma viagem de 10 a 20 dias até a cidade de Guajará-Mirim. Mesmo com a chegada da FUNAI, a sobrevivência dos povos da região não estava assegurada assim como alertava Franz Caspar (FUNAI, 1984, p. 207).

1.2 CHEGADA AO CAMPO

Minha chegada ao campo se deu de maneira gradual e progressiva. Após algumas semanas em Ji-Paraná, onde estabeleci contato com alguns dos professores indígenas que trabalham na Terra Indígena Rio Branco, combinei com eles que enquanto não terminassem o curso e fossem rumo à aldeia eu ficaria em Ji-Paraná acompanhando sua rotina e percorrendo outros espaços em busca de informações acerca da Terra Indígena, mas, principalmente, sobre

as PCHs. Meu especial interesse era conseguir acesso ao processo que constava no Ministério Público Federal e comunicar à FUNAI minha ida à Terra Indígena.

Na FUNAI de Ji-Paraná fui recebido pelo responsável da região, Vicente, que me descreveu o conflito de muitos anos sobre o impacto dessas barragens. Dentre as informações, todas elas bem gerais, era mais impactante o relato da morte de uma criança que, por dificuldade de navegação, não teve os cuidados médicos no tempo necessário. Além disso, comentaram sobre a PCH Cachimbo Alto, que estava em construção e que há denúncias acerca de urnas funerárias encontradas durante a construção. Vicente foi enfático ao falar que os conflitos com os povos indígenas aumentaram drasticamente nos últimos anos, pelo fato de Alta Floresta D'Oeste ser uma região de expansão de fronteira agrícola. Além das PCHs, problemas recorrentes de madeireiros - que buscam árvores específicas, como Cabreúva e Maçaranduba - garimpeiros e pescadores que adentram o território indígena sem a devida autorização, acabaram por intensificar os problemas dos povos indígenas da região.

Nessa primeira etapa da pesquisa de campo, informei à FUNAI que meu pedido de autorização de ingresso em Terras Indígenas já havia sido encaminhado em Brasília e que estava colhendo informações nas cidades e estabelecendo contato com os Indígenas. Minha autorização foi concedida e alguns dias depois sai de Ji-Paraná rumo à Alta Floresta d'Oeste, que seria a última cidade antes de entrar na Terra Indígena.

Esta dissertação tinha como principal objetivo revisitar uma região etnográfica relativamente esquecida pela etnologia brasileira, a região de Rondônia, tratada muitas vezes como uma região de transição entre as sociedades do Brasil Central e Amazônicas (VIVEIROS DE CASTRO, 2001; VANDER VELDEN, 2010). No entanto, cheguei em Porto Velho no meio de uma das maiores cheias da história do rio Madeira, esses embates foram colocados no centro da etnografia.

Rondônia, no início de 2013, enfrentou uma das maiores cheias em diversos rios que se encontram em seu território em um momento de implementação das UHE Jirau e UHE Santo Antônio. Todos os principais rios de Rondônia, como rio Machado, rio Madeira e rio Guaporé, chegaram a níveis emergentes de cheia. Populações ribeirinhas, indígenas e cidadãos da área urbana de algumas cidades como Ji-Paraná e Porto Velho foram diretamente afetadas pelas enchentes.

O contexto era de revolta e enfrentamento, entre técnicos e engenheiros desses grandes empreendimentos de um lado e do outro as populações atingidas, o que levou a uma mobilização do Ministério Público Federal de Rondônia sobre esses grandes empreendimentos, mas também os pequenos. É nesse contexto que dei início a este trabalho

etnográfico, mesmo que em uma região que não houve impacto direto dessas grandes enchentes do Rio Madeira e suas usinas, mas tais questões estavam em grande visibilidade no momento, os velhos problemas socioambientais da região também conseguiram retomar as negociações e os debates sobre a construção do complexo de PCHs da sub-bacia do rio Branco.

A região da Terra Indígena Rio Branco compõe hoje um território distribuído em três municípios (Alta Floresta d'Oeste, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé), o rio que dá nome a TI é o rio Branco, afluente do rio Guaporé, e o principal nessa região. O relevo em algumas regiões é, segundo os engenheiros, como propício aos pequenos empreendimentos hidrelétricos, as PCHs. Desde o fim dos anos 1980 até os dias de hoje, a sub-bacia do rio Branco acumula já oito PCHs, que afetam toda a população da Terra Indígena Rio Branco.

Nessa região encontram-se diversos povos de diferentes troncos linguísticos. Na TI Rio Branco, além dos Tupari, que são a maioria no local, podemos também encontrar os Makurap, Arikapu, Kanoê, Aruá, Kampé, Sakirabiat e Djeromitxí (ou Jaboti). Essas etnias se distribuem em, ao menos, vinte e uma aldeias, sendo a mais distante e de difícil acesso a Aldeia Palhal, a qual se encontra fora dos limites das Terras Indígenas, já dentro da Reserva Biológica do Guaporé. A aldeia mais populosa e seguramente a mais diversa é a Aldeia São Luiz, na região em que se localizava o antigo seringal São Luiz. Essa aldeia inclusive é onde o acesso é mais facilitado, também por se tratar da segunda aldeia mais próxima do município de Alta Floresta d'Oeste.

Chegando à aldeia São Luiz pela estrada, vemos do lado direito uma fila de casas de madeira com telhado de palha que margeiam o rio Branco. Além das casas, há uma pequena venda, o posto de saúde, a sede do rádio e também algumas casas onde se encontram o carro da associação e a uma casa onde são realizadas algumas das reuniões. Do lado esquerdo segue-se com algumas casas, uma maloca para as festas e uma igreja construída mais recentemente. A estrada que vem de Alta Floresta d'Oeste faz uma curva ao encontrar um campo de futebol e segue rumo às aldeias mais ao sul passando pela escola indígena, uma casa de apoio e mais algumas casas que vem sendo construídas mais abaixo na estrada.

Figura 2: ALDEIA SÃO LUIZ



FONTE: O próprio autor.

Por ser uma das aldeias mais próximas da cidade, é nela que há maior circulação de pessoas e funciona como um ponto de encontro de importantes reuniões, onde a população multiétnica da TI pode ser representada. Além da distância, essa aldeia possui energia elétrica desde a implementação do programa *Luz Para Todos* do Governo Federal, em 2011. A aldeia São Luiz também conta com um telefone público que complementa a comunicação mais eficiente que é o rádio, no entanto, constantemente o telefone é alvo de reclamações por não funcionar nos períodos de chuva.

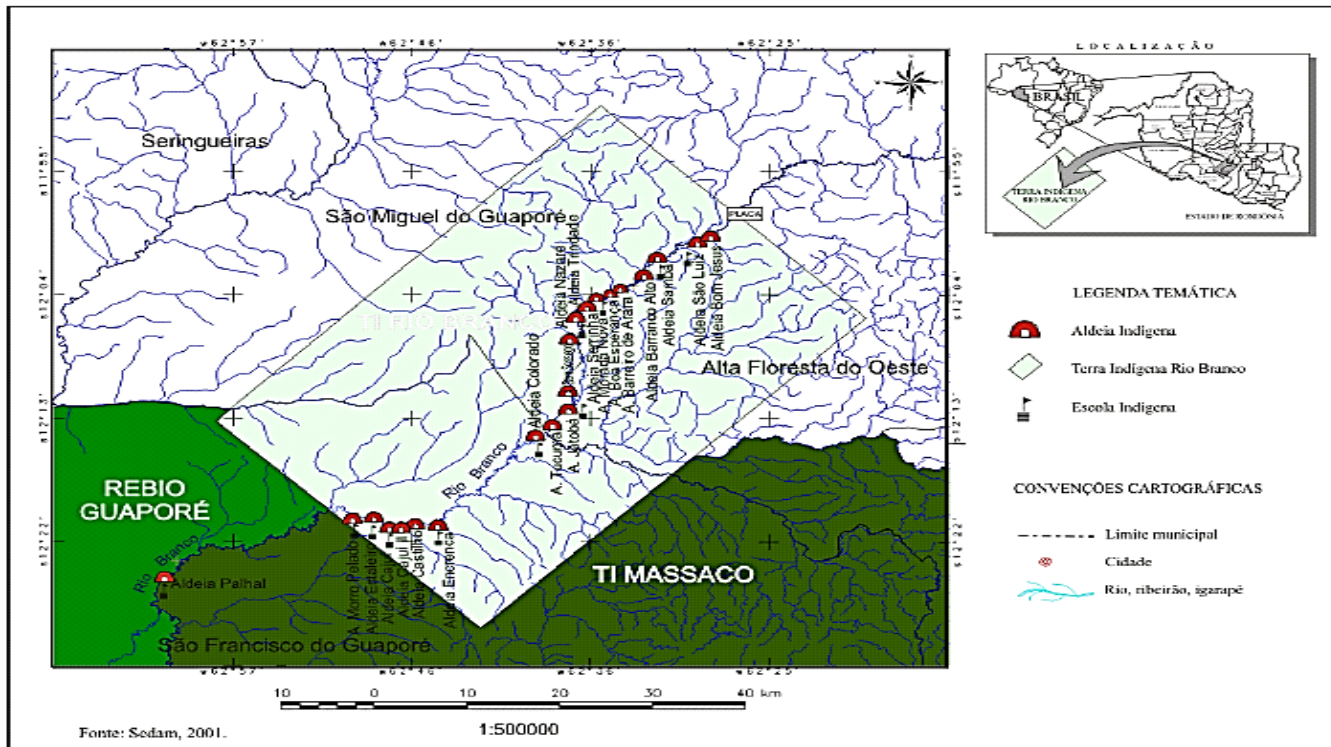
Figura 3: ESCOLA INDÍGENA



FONTE: O próprio autor.

O transporte e a entrada na Terra Indígena em grande medida é uma das maneiras de interpretar uma divisão, não somente geográfica, mas também política entre os povos da região. A Terra Indígena possui uma estrada que vem do município de Alta Floresta d'Oeste e, acompanhando o Rio Branco, chega na TI e, em seu interior, é utilizada como meio de transporte entre as aldeias, da Aldeia Bom Jesus até a Aldeia Tucumã. A partir dela, até a Aldeia Palhal na Reserva Biológica do Guaporé, o acesso é somente fluvial.

Figura 4: MAPA TI RIO BRANCO



FONTE: Fonseca (2011)

Do município de Alta Floresta d'Oeste parte, 3 vezes por semana, uma linha de ônibus que vai até a aldeia São Luiz e, eventualmente, nos meses secos em que a estrada fica em melhores condições, até a aldeia Tucumã. O tempo médio da viagem varia conforme a situação da estrada, podendo chegar a oito horas ou mais de viagem entre Alta Floresta d'Oeste e Aldeia São Luis. Além da ligação contínua com o transporte público municipal, diariamente é possível ver os carros da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) que é responsável pelo transporte de pessoas que precisam de cuidados médicos na cidade e SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) que transportam os professores entre as aldeias e a cidade.

Desse modo, a circulação entre as aldeias é relativamente intensa, algumas pessoas têm outros meios de viajar entre essas aldeias como motocicletas e bicicletas. No entanto, para o acesso às aldeias fluviais é necessário fazer uso das voadeiras, que são as embarcações mais utilizadas para navegação no rio Branco. A maior aldeia fluvial da região é a Aldeia Colorado, constantemente referenciada como a aldeia dos Tupari. Nessa ainda não há energia elétrica e sua população é composta majoritariamente por Tuparis.

Figura 5: ESTRADA QUE CORTA A TERRA INDÍGENA E A ALDEIA SÃO LUIZ.



FONTE: O próprio autor

Na TI Rio Branco existem hoje três associações, mas somente duas delas são as principais, pois a terceira e mais recente é descrita como não atuante e que “existe, mas não fazem nada”. É notável uma divisão na TI entre as *aldeias da estrada* e *aldeias fluviais*¹, isso talvez seja mais visível ao alinhamento político de cada aldeia com determinada associação indígena.

Uma das associações é a Doá-Txatô tem como sede a Aldeia São Luiz e os indígenas das aldeias da estrada são os membros. A outra associação é a Waipa é sediada na Aldeia Colorado e, a maioria de seus associados, estão nas aldeias fluviais. Por fim, há também uma nova associação, a Gruta, que tem como sede a Aldeia Bom Jesus, a mais próxima do município de Alta Floresta d’Oeste, essa associação é referida recorrentemente como a “associação do Adriano”, ou seja, a pessoa que montou sua própria associação.

As associações indígenas da TI Rio Branco tem como principal função a colheita das castanhas que, no passado, eram consideradas como propriedade coletiva entre os povos da

¹ Aldeias Fluviais e Aldeias da Estrada são termos nativos. Entretanto, é possível encontrar outras expressões para referenciar essa divisão, em especial, as aldeias fluviais. O termo fluvial é utilizado majoritariamente pelos professores indígenas e alguns membros da associação. O cacique e a população mais velha se referem às aldeias fluviais como os Tupari, em oposição às aldeias na estrada. Quando perguntei ao cacique o porquê dessa região ser dos Tupari, ele me explicou que seria o grupo que está mais próximo do seu território original e, portanto, ali é o espaço dos Tupari.

região, mas hoje também oferece assistência aos que participam da colheita da castanha. O funcionamento dessas associações segue as normas do Estado Brasileiro para o reconhecimento dessas associações, que possuem uma estrutura organizacional com presidentes e secretários e o processo decisório e deliberativo se dá através de assembleias e reuniões.

Para fazer parte da associação não há nenhum requisito específico, simplesmente paga-se um valor mensalmente e, com isso, pode-se usufruir de alguns dos benefícios e auxílios que a associação oferece para quem faz uma atividade extrativista ou agricultura. A castanha, por exemplo, é explorada individualmente por cada família, o que a associação faz é se oferecer para comprar, deixando claro o preço de mercado fora da Terra Indígena e repassando esse valor para o produtor com uma pequena taxa de lucro. Vale ressaltar que antes das associações, a castanha estava sujeita aos atravessadores² que pagavam menos de 20% do valor da castanha fora da T.I. Rio Branco. Nesse caso, a associação funciona como uma mediadora, buscando compradores e melhores preços na cidade e repassando esse preço para os indígenas. Assim, ela estabelece um preço mínimo para venda das castanhas, não deixando a critério do comprador ou atravessador, estipulando um valor justo pela venda do produto. Além disso, a associação, como instituição reconhecida pelo Estado, pode se candidatar para participar de diversos projetos que auxiliam na extração da castanha.

A Associação participa do projeto Pacto das Águas que é financiado e implementado na T.I Rio Branco pelo Programa Petrobras Socioambiental em contato com a associação Doá-Txatô. Esse projeto é defendido pela associação como um dos maiores incentivadores das atividades extrativistas e apresentou muitas conquistas recentes que foram observadas por mim entre minhas duas viagens ao campo. No site do projeto é possível encontrar informações que definem algumas de suas atividades e objetivos, como aponto a seguir:

O Pacto das Águas desenvolve um projeto de mesmo nome que tem como meta estimular e consolidar estratégias de desenvolvimento econômico pautadas na manutenção da floresta e respeito a cultura das populações. Patrocinado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental, atua na região Noroeste de Mato Grosso e Leste de Rondônia.

A partir do manejo da castanha-do-Brasil, mais conhecida como castanha-do-Pará, e do látex, o projeto já envolveu mais de 3 mil pessoas em atividades de manejo florestal comunitário. Somente nesta nova fase do projeto, que teve início em dezembro de 2013, o Pacto das Águas já apoiou a produção de 650 toneladas de castanha e 30 toneladas de látex. Para o armazenamento da produção foram construídos ou reformados 33 barracões com capacidade de armazenagem de 300 toneladas e instaladas 40 mesas de secagem das castanhas em casca.

² Atravessadores são as pessoas que compram diretamente do produtor rural ou dos indígenas e revendem com uma margem de lucro nos comércios da cidade.

Mais importante que esses números é o fato de o projeto ajudar a diminuir o êxodo de populações tradicionais e indígenas, pelo fato de haver possibilidades de emprego e renda a partir de atividades sustentáveis.

O manejo florestal não-madeireiro também fortalece a segurança das terras além de inibir a entrada de atividades ilícitas por terceiros, como o garimpo e a extração madeireira. Ou seja, além de evitar o desmatamento das áreas de produção sustentável, também foi fortalecida a organização política e social dos índios e seringueiros.

Atualmente, integram essa iniciativa em Rondônia os povos Gavião e Arara da Terra Indígena Igarapé Lourdes e os Tupari, Aruá e Macurap, que habitam a Terra Indígena Rio Branco. Já em Mato Grosso, fazem parte os povos Cinta Larga da TerrasIndígena Serra Morena e Parque Indígena Aripuanã, os Rikbaktsa da Terra Indígena Japuira, além dos seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, a única nesta categoria no estado.

Além de ser considerada como uma das mais bem-sucedidas experiências em alternativas de geração de renda pautadas na conservação das florestas na Amazônia, o Pacto das Águas ajuda a garantir a conservação de 1,8 milhão de hectares de floresta amazônica, considerando a área ocupada pelos povos participantes do projeto.

Para incentivar e viabilizar o extrativismo a equipe do projeto orienta os participantes em boas práticas de manejo desde a coleta na floresta até o armazenamento em barracões. O projeto também incentiva a construção de barracões e mesas de secagem além de auxiliar os povos na busca de mercados justos para a produção. Além disso, são oferecidas capacitações para jovens e mulheres nas áreas de manejo e gestão de negócios.³

A associação, portanto, auxilia na exploração extrativista da castanha dentro da terra indígena, tornando-se uma mediadora entre o indígena extrativista e o comprador da castanha. Além disso, o projeto procura dar condições e criar:

- Assessoria e capacitação para boas práticas de manejo;
- Implantação de infraestrutura para produção, armazenamento e escoamento da produção;
- Assessoria técnica para a comercialização, captação de recursos para a formação de capital de giro, agregação de valor aos produtos das comunidades e certificação, privilegiando os mercados justos;
- Assessoria ao acesso de políticas públicas relacionadas à cadeia produtiva;
- Fortalecimento das associações e outras formas de organização social com a capacitação das lideranças em gestão das organizações;
- Estímulo à participação das comunidades nas tomadas de decisão das necessidades individuais e coletivas e repartição de benefícios e possibilidades de Pagamento por Serviços Ambientais;
- Promover o diálogo entre os diversos atores para a constituição de cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade.⁴

Esse projeto se tornou um grande transformador das condições para a exploração da castanha. A movimentação na aldeia em função da castanha, durante minha permanência, era intensa, recentemente diversos acampamentos na floresta foram criados, com o financiamento

³ Disponível em <<http://pactodasaguas.org.br/pt/institucional.5/sobre-o-pacto-das-aguas,195.html>>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

⁴ Disponível em <<http://pactodasaguas.org.br/pt/institucional.5/sobre-o-pacto-das-aguas,195.html>>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

do Pacto das Águas, para facilitar a extração da castanha. O projeto também estava financiando o transporte para a cidade, ampliando os recursos aos indígenas.

Além das atividades de apoio ao extrativismo, a associação também oferece facilidades para o trabalho nas roças, na agricultura. Os principais produtos cultivados na região são o café, milho, mandioca, arroz e feijão. Para a agricultura, a associação possui um maquinário que pode ser alugado por um preço baixo e oferecer também um local para torrar o café. As roças são individuais, diferente do que foi no passado, o que causa algumas divergências entre os indígenas. Sobre essa mudança nas roças, alguns indígenas defendem que a grande vantagem é o fim dos conflitos sobre as atribuições de cada um nas roças coletivas. Como é possível observar no depoimento de Marcelo, que é vice-presidente da associação:

Sim, alguns acha bom, mas alguns acha ruim. Porque eu ia na roça comunitária e outros não ia. Dai uns trabalhava mais na roça e outros nem iam. Na hora de receber, todo mundo queria receber. Agora é assim, cada um por si. Pra evitar qualquer tipo de conflito. (Marcelo Aruá)

O projeto Pacto das Águas foi articulado através de um vereador que é reivindicado como eleito graças ao voto indígena, chamado Tanúzio Golçalves (PTB). Esse vereador foi, antes da reestruturação da FUNAI, chefe de posto na Aldeia São Luiz e é considerado um grande aliado dos indígenas. Tanúzio teve também um papel importante no desenvolvimento do processo sobre as PCHs e se tornou um importante contato exterior que articulava os indígenas politicamente para fora da aldeia. Entretanto, é dito que são os próprios membros da associação que se informam sobre os projetos, decidem em reunião, conseguem os documentos e o Tanúzio que fazia o projeto que foi enviado para o Pactos das Águas, por exemplo.

No processo das PCHs, isso aparece com bastante clareza e orgulho no discurso dos associados. Que quem representa os indígenas agora:

é o presidente. Hoje não precisamos de mais ninguém de fora pra dizer o que a gente tem de pedir e pelo que a gente tem de lutar. Aí, antes de algo acontecer lá fora, é feito uma reunião aqui onde eles apresentam tudo e decidimos tudo. A comunidade de primeiro pensava que era só pra aprender com a roça, mas hoje não, nós temos representante que representa lá fora e isso é muito valorizado por nós. (Marcelo Aruá)

Essa fala, dentre outras, demonstra a frustração com a organização “de fora”, durante os primeiros anos do processo. Diversos movimentos sociais se articularam em torno da

temática antibarragem, que afetava não somente os indígenas, mas também os agricultores e os habitantes da cidade de Alta Floresta d'Oeste. A narrativa dessa aliança é tratada de ambos os lados com frustração, pois a problemática decorrente da construção das barragens se configurou de modo distinto para agricultores e indígenas e o desfecho dessa história foi muito diferente para cada um. A divergência fundamental tem uma característica jurídica, na divisão em processos distintos que ocorriam em lugares distintos. O processo dos pequenos agricultores se instalou no Ministério Público Estadual em Alta Floresta d'Oeste e, do outro, devido às questões ambientais e impactaram povos indígenas, o processo se desenvolveu no Ministério Público Federal de Porto Velho e, posteriormente, foi transferido para Ji-Paraná. Como já apontei anteriormente, as narrativas dos impactos possuem um tempo diferente. Para os indígenas ainda hoje é algo presente e se reivindica, segundo eles, com a liderança dos próprios índios e o processo segue inconcluso, sem nenhuma compensação.

Entre os agricultores, muitos aceitaram terras diferentes e se mudaram da região, tratando esse tema como algo superado e concluindo que não há mais nada a ser feito. Por esse motivo, a frustração indígena frente aos agricultores foi tão intensa que rompeu a aliança entre indígenas, agricultores e movimentos sociais. Enquanto os agricultores foram aceitando as ofertas do grupo Cassol e se deslocaram para outras terras, abandonando as atuais, os indígenas, por razões específicas, não podem ser simplesmente remanejados e mudarem de localidade. Essa diferenciação entre eles colaborou para que a articulação fosse se desfazendo.

Da mesma maneira, o discurso dos indígenas sobre os movimentos sociais demonstram grande frustração, acusando os movimentos sociais de terem se utilizado deles para conquistarem suas reivindicações e depois terem abandonado o problema sob sua responsabilidade.

De primeiro a gente fez parte do MAB. Até que eles se beneficiaram de nós e esqueceram da gente. Organizaram protestos no Brasil 500 anos, pegaram os índios levaram pra lá e depois também sumiram. Nós ajudamos eles a crescer e eles nos abandonaram. Hoje, você vê, tem muitas pessoas que quando você fala indígena é um modo das pessoas ganharem dinheiro. Todas essas frustrações com movimentos dos brancos nos fez criar um associação que lutasse pela gente, um associação nossa para gente mesmo. (Fernando Kanoé)

E mesmo outros já tradicionais aliados que desapareceram: “O CIMI sumiu. Antes eles eram uma potência, eles organizavam tudo. Hoje sumiram, não possuem mais força. Assim é cada vez mais urgente que os índios saibam se organizar!” (Fernando Kanoé)

Depois de muitos anos lidando com esses movimentos e com o processo sobre as PCHs, a associação criou, recentemente, uma série de exigências que fariam assim que forem

chamados a se posicionar. Na fala abaixo de Marcelo, relata uma das ideias que mais ouvi de possível compensação por parte dos empreendedores de hidroeletricidade. Ainda assim, as reivindicações são múltiplas.

Ainda tem várias ideias diferentes aqui. Mas o plano que colocaríamos é que cada aldeia tivesse uma represa de criação de peixe onde os Cassol bancassem isso. Além disso, a proteção da terra indígena. Que a própria empresa pagasse e fornecesse estrutura pros próprios índios aqui pra proteger a área indígena, pois há muita invasão. E, principalmente, ter um posto de saúde decente. A eletricidade chegou faz uns dois anos, mesmo tendo PCH desde 1993. [A eletricidade] Vai até a aldeia tucumã, pra baixo já não tem mais. Nós pagamos eletricidade ainda mais caro que os paulistas, por exemplo. A gente quer que, no mínimo, não paguemos mais por essa energia, pois já pagamos todos os dias. Pagamos com vida! Todo dia essas barragens nos matam, todos os dias essa barragem mata o rio, se há algo a ser pago já foi pago. A gente não quer mais projeto de usina aqui dentro, e ainda tem mais projeto em outros espaços. E tá cada vez mais pior, o tracajá mesmo sumiu. Em agosto que é a desova do tracajá ou eles soltam água e acaba com tudo ou o ovo na água com o sol cozinha o ovo e não sai nada. E os tracajá tão diminuindo. Os peixes represados também morrem, pois ficam sem oxigênio. (Marcelo Aruá)

Diante desses embates e frustrações, com a mobilização política dos brancos, os indígenas tiveram de se posicionar ativamente, pois “agora o índio sabe o que quer” (muitos membros da associação diziam isso). Para além das soluções para o cotidiano com o extrativismo, a associação surge no sentido de uma representação exterior a aldeia.

A associação representa o povo indígena lá fora também, principalmente nesse negócio da usina, né, na saúde, na educação. Nós temos ela mesmo pra correr atrás disso né, porque a maioria do pessoal aqui trabalha na agricultura né, daí tem esse pessoal que representa lá fora. Tem os caciques tradicionais e tem os representantes, mas são diferentes. A associação é formada por um grupo, eles representa toda a comunidade. Ai ele é um representante da comunidade e tudo que vai ser feito lá ele passa pro cacique, tudo que ele conseguir também ele passa pro cacique e o pai [o Cacique Anísio Aruá] não pode sair muito por causa da doença, ele fica mais aqui conversando com pessoal. Ele é das coisas internas daqui. Ai ele [o representante] só é orientado: você vai busca lá o pessoal que consegue isso pra gente, tal e tal e vê o que a comunidade tá querendo, ele vai pra isso, ele representa, ele é o segundo braço. (Marcelo Aruá)

Toda a aldeia possui um cacique e um representante, em alguns casos mais de uma aldeia possui um mesmo cacique, entretanto todas possuem um representante. Além dessas duas figuras políticas, há o presidente da associação que, no caso da Aldeia São Luiz, é a mesma pessoa que o representante. Porém, essa função de representante não me parece tão rígida, a maioria dos professores indígenas auxiliam nessa tarefa exterior. Essas tarefas, como também as ações com a associação, são restritas à população mais jovem:

Os mais jovens cuidam da associação porque eles tem mais energia pra correr atrás das coisas e tem mais diálogo lá fora, hoje pessoal usa língua mais técnica lá fora na rua, né. Assim o pessoal tem mais influência, mais estudo pra chegar lá e debater com esse pessoal. (Ruizinho).

Há notavelmente um conflito geracional com relação às tomadas de decisões, o cacique Anísio Aruá que está no posto desde a chegada da FUNAI constantemente reclama das mudanças dos mais jovens, como na mudança com as roças descrita por ele:

Anísio Aruá: Só o cacique tinha roça, cacique ele não faz roça, ele manda fazer, o pessoal dele que faz. Ele junta, por exemplo, como hoje de madrugada ele conversa com pessoal para combinar o trabalho que será feito amanhã de manhã. De manhã cedo todo mundo já sabe o que deve ser feito na roça. O cacique que determina as atividades na roça. Hoje não tem mais isso não, porque as coisas tá mudando. Hoje também essa rapaziada nova, o pessoal não escuta, você fala uma coisa eles não quer nem saber. Antigamente não, se a gente falava uma coisa e era aquilo e aquele e pronto, eles obedecia. Agora nem mais roça pro cacique tem.

Eu: É o chefe que tem que fazer as festas?

Anísio Aruá: O chefe que organiza, vamo faze festa, ai manda fazer muita chicha, muita comida e ai chama o cacique das outras ai, Tupari, Jaboti, Makurap tudo, manda chamar eles. Ai os Tupari leva um pessoal dele.

Eu: Essa chicha era feita da roça do chefe?

Anísio Aruá: Do chefe, antigamente só quem tinha roça é o chefe. Todo mundo ajuda a planta, todo mundo ajuda a limpar, se planta muito não é pouquinho não, [se planta] milho, banana, cará, amendoim isso é tudo ele [chefe] que tem. E os freguês dele vai lá e pega, mas eles ajuda a cuidar, fazer a roça.

Anísio conta, portanto, algumas das atribuições do chefe Aruá, de maneira semelhante como descrito por Caspar entre os Tupari. Demonstra também o descontentamento em relação às novas atribuições dos caciques que se resumem em aconselhar os mais jovens nas associações, apesar de, segundo o cacique, eles nunca ouvi-lo. Apesar de existirem as festas, essas não são comandadas e feitas exclusivamente a partir da roça do cacique. Anísio conta também que nasceu já no período do seringal, nasceu onde era antes o seringal São Luiz, foi colocado no posto de cacique pela própria FUNAI, após o fim dos seringais. Suas funções, para além das questões internas, incluíam, no passado, o papel de mediador com exterior também, em especial, com a FUNAI. O cacique Anísio demonstrou ceticismo em relação à política dos brancos e, por isso, diz que “pra resolver essas coisas com o rio não podemos copiar os brancos, porque eles não resolvem nada”. Por outro lado, também elogia o papel da associação e reconhece melhorias para a comunidade, todavia se coloca claramente como alguém no qual os membros das associações buscam conselhos.

Nesse caso da representação que era papel do cacique há agora a Associação indígena Doá-Txatô que se apresenta como representante dos índios nos documentos sobre as PCHs, como veremos no próximo capítulo. Especialmente a partir de 1999, com o processo

iniciado pelo MPF-RO, essa associação se apresenta progressivamente com muita importância para o desenvolvimento do processo que se estende há quase 20 anos.

1.3 A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA COM AS ASSOCIAÇÕES

A partir do fim dos anos 1980, consolida-se no Brasil um amplo processo de criação de associações indígenas que se expande de maneira bem acentuada, como demonstrou Bruce Albert (2000). Segundo esse, é a partir de 1980 que começa, no Brasil, um processo de retração do Estado e diversas ações passam a ser executadas por associações e organizações não governamentais. As associações desempenham funções políticas a partir da articulação interna e representação interétnica, como é o caso na TI Rio Branco.

O processo de retração do Estado na gestão das questões indígenas, aliado à crescente globalização das temáticas ambientais e com o fortalecimento de ONGs, promoveu o que Albert (2000, p. 197) chama de um verdadeiro *boom* de associações que foram criadas nesse período, levando a uma “mutação qualitativa” no debate político sobre o modelo de desenvolvimento regional. As primeiras associações foram justamente criadas, ainda que informais, sob uma demanda de reivindicações territoriais e assistenciais ao Estado, mas foi somente a partir dos anos 1990 que as associações se tornaram mais independente com recursos próprios, podendo assumir funções que o Estado deixava de praticar ou que era deficiente. Nesse sentido, configura-se a criação da Associação Doá-Txatô.

Albert descreve um processo de transformações de uma mobilização política indígena no começo da década de 1980 e se baseava em lideranças carismáticas indígenas, que ele chama de “etnicidade estritamente política” para um discurso recente na linha etno-sustentável através de associações e ONGs, que ele chama de “etnicidade de resultados”. O primeiro seria amplamente concentrado na questão da demarcação das terras indígenas e o segundo no acesso “ao ‘mercado dos projetos’ internacional e nacional aberto pelas novas políticas descentralizadas de desenvolvimento” (ALBERT, 2000, p. 198).

Nascimento (2005) apresenta também um contexto da Associação Wyty-Cate do povo Timbira, suas relações interétnicas e o faccionalismo político. Segundo ele, essa associação estaria organizada de uma maneira mista, de um lado todo o aparato burocrático e estatutário das associações ocidentais e, por outro, aspectos da prática política organizacional dos Timbira. Para Nascimento, essas associações seriam justamente um meio de negociação entre os Timbira e os brancos. Dentro desses espaços cada aldeia associada possui seu representante, que não necessariamente é o cacique, mas que deve representá-los nas reuniões.

Os Timbira se organizam a partir de uma chefia dupla, sendo um chefe interno e outro externo, esse último é o diretor da associação responsável pela conversa com os brancos.

Apesar de todas as disputas frente ao faccionalismo político Timbira, o que supera essas dificuldades, segundo Nascimento, é a necessidade:

...de uma “*unidade Timbira* para se relacionar com uma macroestrutura (políticas públicas de Estado e política de cooperação internacional), que envolve discussões que ultrapassam os limites dos seus territórios, dificultando o domínio de novos códigos simbólicos e práticas culturais no mundo do outro. Nessa perspectiva, a representação da *unidade Timbira* é ativada como mecanismo de fortalecimento político, com objetivo de garantir segurança nas relações com o “outro” e obter soluções de sobrevivência econômica e cultural para as aldeias. (NASCIMENTO, 2005, p.115).

Entre os Timbira, de acordo com Nascimento, aqueles que tiveram contato mais intenso com a sociedade nacional perceberam que seria somente através do associativismo que suas reivindicações teriam um maior peso e poderiam ser atendidas ou consideradas pelo Estado. Assim, foi através das associações que esses povos ganharam força de negociação.

Conforme os relatos de Caspar (1958), os Tupari, durante o século XX, foram um dos últimos povos que conseguiram se manter distantes da ocupação por parte dos seringueiros da região, que, até então, não ocupavam as margens do Rio Branco, um afluente do Rio Guaporé, e onde estavam e estão grande parte dos Tupari. Caspar nos dá poucos dados sobre organização social, mas menciona a existência de duas malocas na aldeia que visitou, cada qual liderada por um chefe e que havia um líder principal, inclusive que ordenou a ele que trabalhasse nos serviços agrícolas (1958, p. 93).

Os homens trabalhavam tanto em suas roças pessoais, quanto as roças de seus chefes, pois conforme Caspar:

Apesar de todo prazer da caça, os homens levavam muito mais a sério seu trabalho no campo. Não bastavam as derrubadas para as roças dos caciques. Cada homem tinha de aprontar sua própria roça. A princípio, pensei que a tribo vivesse numa espécie de sociedade comunista. Mas no correr do tempo, aprendi melhor. Apesar de serem todos os homens obrigados a trabalhar nas plantações do chefe e de seu irmão, estas culturas não se destinavam à alimentação de toda a tribo. Eram destinadas a possibilitar ao chefe convidar todos os companheiros de choça para os festins, os mais abundantes possíveis e que duravam sempre três dias inteiros. (CASPAR, 1958, p. 129).

Dessa forma, Caspar demonstra aí a existência de chefias que se articulam, de uma maneira hierárquica. Isso seria demonstrado pelo trabalho que é feito pelos não-chefes ao chefe. No entanto, ele também complementa a informação de que seria justamente o chefe

que mais trabalha na aldeia devido à obrigatoriedade de organizar verdadeiras festas onde todos pudessem consumir os alimentos que eram produzidos em sua roça. Segundo Caspar (1958, p. 130), seria justamente nessa prática que residia o maior empenho do chefe e a maior demonstração de sua autoridade. Somente sendo o primeiro a começar a trabalhar e o último a voltar para maloca que os outros o respeitariam e se colocariam dispostos a colaborar com o trabalho.

Nesse aspecto, centrei meu objetivo em abordar uma ação política ameríndia, no sentido dado por Sztutman (2012), como um modo de lidar com o poder, sem conquistá-lo, que seria muito diferente e um contraponto ao modelo ocidental, “onde tudo converge para a figura do Estado” (Sztutman, pag. 34). Com as mobilizações políticas através das associações, estaríamos vendo outro meio dessa ação política se manifestar? Uma política ameríndia feita em termos *estatais*? O que me parece evidente é que a associação é um meio para grupos se relacionarem como Estado, embora suas atividades sejam mais dispersas do que isso.

Discutir a formulação de posições coletivas, como no caso das PCHs, remete-nos à ideia de representação. Quem deveria e teria o poder da representação para construir posicionamentos entre não somente uma aldeia ou etnia, mas, em determinados casos, em nome de vários povos e, até mesmo, de uma Terra Indígena inteira tão múltipla e diversa como a T.I. Rio Branco? Discutir isso entre os índios faz com que, diversas vezes, depararmos com expressões como “chefe” e “cacique” e, outras tantas vezes, com “o presidente da associação” e “a associação é quem decide”, sendo essa, uma coletividade da qual seus posicionamentos se constroem em reuniões e votações. Entretanto, uma questão já nos apresenta em primeiro lugar, quem e quando cada uma dessas pessoas ou coletividade é acionada e para quais coisas elas são convocadas a se posicionar e deliberar posicionamentos coletivos e representativos de uma diversidade como essa?

Ao escrever sobre sociedades que sabemos de antemão que possuem chefes, capitães ou representantes, isso nos coloca dentro do imaginário ocidental da indissociabilidade desses termos com a ideia de poder, hierarquia e representação. Não que isso leve exatamente ao oposto hierárquico e representativo da concepção ocidental da chefia, mas os termos não necessariamente estão relacionados com os conceitos tais como os concebemos.

O objetivo não é descrever o processo decisório geral para os indígenas da Terra Indígena Rio Branco, mas simplesmente tentar acompanhar algumas das escolhas efetivadas a partir do cacique ou da própria associação em relação direta com o processo das PCHs, que discutiremos no capítulo seguinte. Portanto, pretende-se aqui descrever e problematizar

alguns desses aspectos vivenciados enquanto esta pesquisa foi efetuada. Ou seja, no esforço etnográfico de reconstituir e ver o posicionamento indígena frente às PCHs, esses se tornaram os elementos que constantemente se apresentam ainda como decisórios nesse contexto. Nota-se também que é essencial compreender esse aspecto de fusão e fissão entre partições e um todo, constituído às vezes como aliança em consequência de um problema específico. Trabalharei aqui com a ideia de que a constituição da representação e da unidade se configura em oposição a um termo exterior, como o caso das PCHs.

Tratar da política entre povos indígenas traz uma questão, como alerta Guerreiro Júnior: caso não compreendermos corretamente os termos nativos, podemos acabar por atribuir aos indígenas “ideias e intenções (...), que às vezes se tornam suspeitamente clastreanos, deformadamente tupi, estranhamente polinésios ou defectivamente andinos” (2012, p. 126). Portanto, os termos chefe, cacique e o capitão precisam ser analisados com cautela, sem atribuir características ao termo em si, mas sim pensá-los conforme as atribuições dessas posições. Ao mesmo tempo, ao se pautar a política, e não somente essas categorias, como o espaço da disputa do poder, coloca-se uma antiga classificação da antropologia britânica em seus estudos africanistas. Nesse caso, pautou-se na antropologia a classificação de diversos povos tradicionais dentro da classificação de “povos sem estado”, por faltarem a eles as estruturas, no sentido funcionalista, do poder na organização social.

Portanto, nos estudos que descrevem as realidades indígenas dentro de uma totalidade, essas chefias se apresentam de maneira interna, onde ela se relaciona com o poder e a hierarquia ou com o prestígio. De outro lado, existem as abordagens que já veem as questões exteriores, na ideia de um chefe representativo em relação ao branco ou dentro de um sistema regional com outros povos indígenas. Assim entendo a discussão citada de Guerreiro Junior (2012).

É possível compreender a política não mais como um reflexo das relações de parentesco, como eram pensadas pelos etnógrafos britânicos⁵ que encontravam uma relação direta entre os sistemas de descendência e de segmentação política. Clastres encontra nas

⁵ Edward E. Evans-Pritchard e Meyer Fortes (1981) tentam, a partir de um grande esforço etnográfico feito por essa antropologia inglesa, produzir uma espécie de descrição comum dos sistemas políticos praticados em diversas tribos da África, classificando esses sistemas em grupos. O grupo A é possuidor de organização política centralizada, aparelho administrativo, chefes e reis com poder coercitivo, sistema jurídico e tributário além de diferenças de riqueza, status e privilégios que também criariam assimetrias políticas nessas sociedades com estado. E o grupo B, caracterizado pela segmentação política sem qualquer unidade centralizadora e a negação de todos os atributos os quais caracterizam o que chamamos de Estado. A partir disso, cria-se a dicotomia entre as sociedades sem Estado e as sociedades com Estado. Evans-Pritchard, por exemplo, realiza estudos sobre os Nuer, descritos como sem Estado, e os Azande que possuem certa estrutura dinástica centralizadora, ou seja, um Estado.

sociedades primitivas, política por si só, deixando de ser apenas um complemento de outras esferas da vida social. Diferente da concepção evolucionista do termo “sociedades primitivas”, para o autor, o que as diferencia das demais não é uma questão da falta, pois definir uma sociedade pela ausência é uma maneira etnocêntrica de descrevê-la.

Para Clastres, a definição da sociedade ameríndia como sociedade sem estado não a caracteriza. Nesse sentido, construímos a perspectiva de uma sociedade incompleta, perspectiva essa etnocêntrica, já que há a concepção histórica com um sentido, na qual as sociedades, em algum momento, desenvolvem a noção de Estado. De tal modo que:

A contribuição de Clastres a essa reflexão é sabidamente revolucionária: positivamos a ausência, e onde não vemos política, por não vermos coerção, contemplemos outra política, em que o poder sem coerção é pensável. As sociedades ditas primitivas deixam de ser apolíticas ou pré-políticas. Positivadas, são liberadas de supostas carências ou anterioridades (lógico-históricas): não *sem* Estado, mas *contra* o Estado. (PERRONE-MOISÉS, 2012, p. 859).

Ao abordar, sob uma filosofia política ameríndia, a recusa do *Um* na sociedade primitiva, no caso Guarani, e aliar esse *Um* à coerção, os ameríndios repeliriam também a desigualdade econômica, a exploração de uns pelos outros. Lembrando que no caso Tupari, tudo aquilo que o chefe acumula com as roças ele deve dar, oferecendo festas aos outros. Desse modo, surge a figura do chefe esvaziado, uma “posição destituída de substância” (SZTUTMAN, 2005. p. 40).

Clastres se torna uma referência na abordagem da chefia ao romper com uma dimensão teleológica da política na vida em sociedade que resulta na emergência do Estado. Ele propõe uma antropologia política que “tomasse o poder (não a ‘dominação’, a ‘exploração’ ou o ‘conflito’) como imanente à vida social” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 311). O poder coercitivo não se torna elemento fundamental nas questões políticas, justamente o poder coercitivo que faltaria aos chefes ameríndios, o que não exclui essas sociedades da política.

O chefe, para Pierre Clastres, é uma figura *vazia de poder*, pois, apesar do prestígio, o chefe não possui capacidade coercitiva. Para que ocorra dessa forma, lhe são atribuídas funções que prezam pela sociedade e não por si mesmo. O chefe, como o autor coloca, é semelhante a um funcionário não remunerado, ele serve à sociedade com sua generosidade, capacidade de fazer paz e deve ser um bom orador. A chefia toma decisões, não a partir daquilo que pensa ser conveniente, mas a partir daquilo que a sociedade deseja, e é seu dever expressar aos outros (amigos e inimigos) quais estes desejos.

Essencialmente, compete-lhe [ao chefe] assumir a vontade da sociedade de mostrar-se como uma *totalidade una*, isto é, assumir o esforço concertado, deliberado, da comunidade, com vistas a afirmar sua especificidade, sua autonomia, sua independência em relação a outras comunidades. Em outras palavras, o líder primitivo é principalmente o homem que fala em nome da sociedade quando circunstâncias e acontecimentos a relacionam com os outros. (Clastres, 2004, p. 139)

Para marcar a igualdade, os rituais de passagem inscrevem a lei da sociedade nos corpos de todos, inclusive daqueles que se tornaram chefes. Essa lei diz que ninguém é mais importante que ninguém, “a marca sobre o corpo, igual sobre todos os corpos, enuncia “tu não terás o desejo do poder, nem desejarás ser submisso” (CLASTRES, 2012, p.200). E essa lei não-separada só pode ser inscrita num espaço não-separado: o próprio corpo. Os procedimentos testam a resistência dos jovens até o ultimo limite, escarificando, perfurando, enfraquecendo os corpos dos que estão sendo iniciados, submetendo-os à tortura, para que estejam marcados na pele e na memória que pertencem ao grupo. Assim, somente dessa maneira os jovens se tornam membros integrais da comunidade, tornam-se *gente de verdade*. Os rituais de passagem são, portanto, dispositivos para evitar que a comunidade se divida, para evitar a gênese de um órgão separado do restante da sociedade e que exerça poder coercitivo sobre ela, isto é, a emergência de um *Estado*. O lugar do real do poder na sociedade ameríndia é no “próprio corpo social, que o detém e o exerce como unidade indivisa” (CLASTRES, 2004. p. 142).

O *Estado*, na concepção clastreana, é a centralização do poder coercitivo, a assimetria política que gera desigualdades. Na explicação de Engels, primeiramente surge a desigualdade econômica, que se desdobra na origem do Estado, enquanto instrumento de classe, para regulamentar a desigualdade. Clastres inverte esse modelo explicando que a desigualdade é consequência da assimetria política proporcionada pelo surgimento do Estado. “No materialismo histórico, ele [Clastres] não conseguia ver mais que um elogio etnocêntrico da produção como verdade da sociedade e do trabalho como essência da condição humana” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004. p. 301).

Com as suas reflexões, Clastres mostra que são possíveis outras formas de se fazer política, que pensar a política apenas em termos de dominação e poder coercitivo é reduzir a discussão a esse respeito. Se a economia, tal como a concebemos no ocidente, existe separada das outras esferas é por que existe o poder coercitivo, que faz com que os homens deixem de trabalhar pra si mesmos para se submeterem à relações de servidão. Isso, não por um domínio propriamente material, como argumenta a teoria marxista, mas pelo poder de *Um* (Estado)

sobre os demais, que produz a divisão da sociedade e o homem perde sua liberdade e, portanto, sua humanidade. A emergência de um Estado é explicada por Clastres como fruto do *mau encontro*: “acidente trágico, infelicidade inaugural cujos efeitos não cessam de se amplificar a ponto de se abolir a memória de antes, a ponto de o amor à servidão substituir o desejo de liberdade” (CLASTRES, 2004, p. 148). Não é o Estado e a desigualdade, portanto, o sentido para o qual as sociedades caminham na história, mas um acidente.

Lanna (2005) apresenta uma reflexão acerca da universalidade da assimetria passando de uma assimetria abstrata e referida à troca em Lévi-Strauss, para uma assimetria efetivamente do poder e do Estado. Para isso, elabora algumas formulações de cunho teórico, estabelecendo um diálogo entre as obras de Lévi-Strauss e Pierre Clastres. Não se trata, portanto, de estabelecer uma simples descontinuidade entre *A Sociedade contra o Estado* (1974), esse estando em maior afinidade com Lévi-Strauss, e *Arqueologia da Violência* (1980), onde há uma ruptura com a perspectiva que o fundamento da vida social seria a troca, como em Lévi-Strauss, mas sim a guerra. Entretanto, para Clastres, a redução da chefia indígena, que é a relação da sociedade com a política, não deveria ser reduzida à reciprocidade (LIMA; GOLDMAN, 2003, p. 14).

O modelo da chefia para Clastres é aquele que torna o chefe prisioneiro do grupo e que, fundamentalmente, pauta a chefia através da dívida. Sendo, em um dos casos, o chefe é credor da sociedade e, no outro, o chefe é um devedor da sociedade, sendo “(...) uma dívida específica da sociedade em relação ao poder.” (LANNA, 2005, p. 422). A reciprocidade levistraussiana é reduzida por Clastres na ideia de trocas simétricas, excluindo toda troca assimétrica. Ao contemplar somente a troca simétrica e igualitária, Clastres coloca a sociedade primitiva como credora do chefe, em uma relação de não-troca, e esse seria o instrumento para a indivisibilidade da sociedade e seu instrumento “contra o estado”. Essa interpretação particular da reciprocidade abre uma contradição, onde Clastres critica a redução da política a ela, mas mesmo assim a reformula e a utiliza, enfatizando na sociedade primitiva a troca e nas sociedades estatais a dívida (LANNA, 2005).

A breve descrição de Caspar sobre a chefia entre os Tupari demonstra alguns aspectos disso, como na relação de troca, onde o chefe recebe a ajuda na roça dos outros, no entanto, ele deve trabalhar muito para isso, já que sua roça é aquela que abastece grandes festas dadas aos outros. Talvez, em alguns aspectos, a chefia Tupari demonstre elementos da chefia esvaziada de poder coercitivo, mas com grande prestígio e outras dimensões desse poder.

Nesse sentido, interessam-me essas abordagens sobre a questão do poder em um contexto de formação de lideranças indígenas frente ao Estado, organizadas através de associações. Essas associações não são restritas somente a uma aldeia ou ao grupo étnico, mas pode aglomerar diversas etnias sob uma estrutura burocrática definida conforme a constituição de 1988, que garante aos povos indígenas o direito de se organizarem em associações (organizações da sociedade civil) para que os representassem. Veremos a seguir, como essas formulações foram utilizadas durante o processo ainda em aberto sobre as PCHs no MPF.

Tratar de PCHs entre os indígenas da TI rio Branco foi tratar da formação de posições políticas e discutir essa divisão de atribuições políticas e representativas que as PCHs trouxeram. Aqui enfatizo os impactos da construção de PCHs em outra escala. O que os relatórios ambientais e os documentos oficiais do MPF apontam são pra implicações acerca das condições de vida dentro da Terra Indígena. Vazão do rio, reprodução de peixes, transporte e outros impactos, mas o que se nota ao conversar com essas pessoas sobre as mudanças que surgiram após a construção dessas barragens é um desequilíbrio entre os diferentes temas: 1- As condições ambientais e suas implicações sociais; 2- As disputas, soluções e desilusões com a articulação política dos brancos. Rapidamente se narra a instabilidade do nível das águas, o sumiço de alguns peixes e a dificuldade para navegação e, a partir disso, inicia-se o discurso sobre a ineficiência da política dos brancos e o que deveria ser feito agora que as PCHs existem. Os impasses e as formulações dessas articulações políticas se tornam o fator central quando se trata de impactos das PCHs.

2 AS OBRAS DE HIDROELETRICIDADE E SEUS IMPACTOS

2.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DAS BARRAGENS:

Os projetos hidrelétricos no Brasil, desde o começo deste século, estão marcados por uma suposição de progresso e desenvolvimento nacional que corre simultaneamente com uma expansão territorial das áreas destinadas a várias atividades econômicas como a agricultura, a pecuária e a extração de minérios. Em diversos biomas e bacias hidrográficas tivemos embates recentes entre a lógica expansionista e desenvolvimentista com a questão ambiental e os povos tradicionais. Nesse contexto, a Antropologia recentemente tem focado em produções etnográficas que retratam as maneiras com que esses projetos são implementados, como os povos indígenas têm reagido e, em especial para esta dissertação, o que os indígenas pensam sobre tais empreendimentos e quais as estratégias utilizadas por eles ao fazer a ponte entre suas políticas tradicionais e a política estatal.

Os grandes projetos hidrelétricos no Brasil se constituem a partir da década de 1970, durante o Regime Militar, que iniciou o processo de ampliação da produção de hidroeletricidade, avançando para regiões e bacias hidrográficas ainda pouco exploradas. É na mesma década que há uma grande reviravolta no modelo de produção energética no país, no qual foram apresentados os primeiros projetos de barragens faraônicas, a partir dos quais foi centralizada a produção de energia em grandes centros produtores, como o caso de Itaipu. Além disso, a demanda nesse período crescia vertiginosamente, através da industrialização com as eletro-intensivas e o processo de crescimento da população urbana.

O projeto de ampliação geográfica na produção de hidroeletricidade, ao chegar a bacias hidrográficas pouco exploradas, ampliou os conflitos e os prejuízos causados por essas obras. O processo teve início na região nordeste com a construção das UHE Sobradinho e UHE Itaparica, ambas no rio São Francisco. Em seguida, houve a expansão na região Sul com as construções da UHE Itaipu, no rio Paraná, e das UHE Machadinho e UHE Itá, na bacia do rio Uruguai. Por fim, é na região norte que se desenvolve o projeto que inaugura os grandes empreendimentos hidrelétricos da Amazônia que é a UHE Tucuruí.

Esses grandes empreendimentos hidroelétricos representam, a partir do projeto da UHE Tucuruí, a intenção de interligar os sistemas regionais para ser possível a importação e exportação de grandes quantidades de eletricidade para outras regiões (MORET, 2000). Hoje, a construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos que estão dentro do Sistema

Interligado Nacional funciona sobre a mesma lógica: produzir o excedente energético nas regiões amazônicas, por exemplo, e exportá-los aos grandes centros urbanos e industriais.

O período desenvolvimentista e de ampliação da produção energética centralizada no Brasil possui um hiato significativo durante todos os anos 1990. A partir da campanha eleitoral do presidente Fernando Collor (1990-1992), os interesses nacionais na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos diminuíram drasticamente. Isso se explica, primeiramente, pela questão econômica e também pela articulação política de resistência dos afetados pelas barragens. Na década de 1990, o Brasil dependia de financiamento do Banco Mundial para a construção desses empreendimentos, no entanto, com a mobilização dos movimentos sociais e a visibilidade internacional dos prejuízos causados pelas barragens na Amazônia aos povos tradicionais, houve um recuo das agências internacionais de financiamento e, conseqüentemente, do governo brasileiro.

O trecho a seguir do jornal do Brasil de 13/02/1990 está transcrito no artigo Ecologia ou Política no Xingu:

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, já comunicou aos integrantes da equipe de transição que atuam junto às estatais do setor energético brasileiro que pretende priorizar a construção da termelétrica de Urucú, com a geração de 300 megawatts, suprindo os estados de Rondônia e Acre de energia elétrica sem causar danos ao meio ambiente da Amazônia. (...) preocupado com as repercussões negativas que as hidrelétricas na Amazônia têm causado junto [‘]a comunidade financeira internacional, principalmente o Banco Mundial, Collor pretende dar prioridade à construção da termelétrica de Urucú (...). Com a termelétrica de Urucú, o governo Collor de Mello descartará a construção da hidrelétrica de Ji-Paraná (RO), que consta no plano 2010, mas trará graves problemas ambientais, pois a área do reservatório inundará um projeto de colonização do INCRA e atingirá, também, reservas demarcadas dos índios Gavião e Arara, no Estado, obrigando o governo a indenizar colonos e realocar aldeias indígenas. (...). (SEVÁ FILHO, 1990, s. p.).

Esse caso descrito na reportagem demonstra um aspecto que é mais complexo do que o apresentado, trata-se da luta contra UHE Ji-Paraná que mobilizou milhares de pessoas através do MAB, articulando reivindicações dos indígenas Arara e Gavião, como também dos colonos que possuíam terras na região. Portanto, não se trata de uma desistência simplesmente por inviabilidade energética ou ambiental. Houve, nesse período, uma grande resistência da sociedade, que dentro do contexto nacional de outras grandes vitórias contra barragens, fez com que o governo desistisse, mesmo que provisoriamente, da hidrelétrica.

O caso de maior destaque midiático - inclusive, dentro do campo antropológico através da produção acadêmica e do posicionamento político como da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) - tem sido, há alguns anos, o processo de licenciamento e

construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará. Belo Monte é um antigo projeto do período do governo militar, que já nos anos 1970 estudava o potencial hidrelétrico da região e que, nos anos 1980, teve seu projeto amplamente debatido e rejeitado pelos povos indígenas, de modo que o governo conseguiu ser derrotado naquele período. O andamento, no entanto, caracterizava-se pela dependência do governo brasileiro de conseguir o financiamento para construção através dos recursos do Banco Mundial. Com isso, dada a grande visibilidade nacional e internacional dos protestos indígenas e as condicionantes ambientais e sociais, houve um recuo do próprio Banco Mundial quanto ao financiamento desse empreendimento (COHN, 2012, p. 225).

No entanto, com o passar dos anos, o projeto hidrelétrico de Belo Monte entrou no programa Avança Brasil, do governo FHC, e, posteriormente, fez parte como uma das principais obras do PAC 1 e PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), dos governos Lula e Dilma. Eis que essas iniciativas por parte do Governo Federal, ao colocarem como prioritárias as obras hidrelétricas de Belo Monte, listam diversos empreendimentos hidrelétricos por todo território nacional e, dessa vez, com grandes obras nos rios amazônicos, regiões protegidas por reservas ou terras indígenas que levaram ao crescimento vertiginoso dos impasses socioambientais nos últimos anos.

No caso específico do Eixo Energia do PAC, o recorrente uso de cálculos dos mais variados, desde o ‘potencial energético subaproveitado’ nas diferentes regiões do país até a ‘demanda energética futura’ a partir de projeções de curva de mercado, contribui para atribuir à noção de desenvolvimento econômico um valor intrinsecamente positivo e às usinas hidrelétricas (UHE) o caráter de inevitabilidade. Os apologistas do desenvolvimento exaltam a construção de centenas de UHEs a partir de uma retórica economicista que considera os seus impactos socioambientais como um mal necessário, de pouca importância frente aos supostos benefícios que trazem para a nação. (MORAWSKA, 2014, p. 23).

A inevitabilidade do avanço das hidrelétricas sempre é apontada pelo viés economicista, em duas vias distintas. Uma dessas vias aponta que a hidrelétrica é um mal necessário do qual a economia nacional necessita, como sua condicionante característica, para o desenvolvimento. A outra via aponta que as hidrelétricas seriam não somente as condicionantes para o desenvolvimento, mas o desenvolvimento em si, pois elas trariam empregos, investimentos e “progresso” para o interior do Brasil. É a esse tipo de compreensão que Fearnside e Laurence se referem quando mencionam o “efeito arrasto”.

Ironicamente, aponta Fearnside e Laurence (2012) que esse “efeito *arrasto*” é visto como o grande benefício desses grandes projetos - que trariam emprego e desenvolvimento – e está relacionado aos impactos chamados indiretos, que não são contemplados pelos EIA

(Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), que só abordam os impactos diretos. Ou seja, “as descrições dos benefícios dos projetos frequentemente exaltam os lucros econômicos destas atividades (...), mas o mesmo não se aplica aos impactos das atividades” (IBID, 2012, p. 4). Essas ponderações entre prejuízos e lucros são destacadas e formulam conclusões como a do Ministério de Minas e Energia, em que nenhuma UHE planejada para as próximas décadas teria maiores impactos do que benefícios (EPE, 2012). No entanto, como ressalta Morawska (2014), os cálculos que são efetuados para a composição desse tipo de planejamento contemplam variáveis informadas pelos técnicos, que incluem, no geral, características positivas e excluem variáveis que poderiam ser apontadas pelas populações afetadas.

O discurso acerca do “efeito arrasto” pode ser notado constantemente no poder público de Alta Floresta d’Oeste, exemplificado na fala do Vereador Edmar Blodt sobre a construção das PCHs no município:

No meu ponto de vista, de um lado foi ruim que tirou muitos situantes que moravam ali na região, um pessoal que acabou indo embora. O outro lado é que trouxe muito emprego pro pessoal na cidade aqui do município, que maior parte do pessoal tá trabalhando aqui nessas usinas é gente daqui mesmo do município então teve um prejuízo, mas também agregou emprego pra muita gente. E do resto acho que alguém questiona impacto ambiental, teve um lado que perdeu alguma coisa, mas se ganhou em quantia de água também né, não sei futuramente se vai ter algum impacto por causa dos índio, dos morador, mas acredito que não vai atrapalhar não.

Esse discurso é constante na cidade quando eu perguntava logo “o que você acha das PCHs?”. Entretanto, ao conversar mais longamente com as pessoas, começam a surgir os problemas que colocam afirmação inicial, em especial a do “efeito arrasto”, em contradição. Por se tratarem de pequenas hidrelétricas, a movimentação na economia é baixa, dada a necessidade do reduzido número de materiais e pessoas demandadas para operá-las e construí-las. O que é reconhecido pelo próprio vereador:

Eu: O município, desde a criação das PCHs, não teve impacto de migração por causa da energia?

Vereador Edmar Blodt: Não teve não, não gerou muito emprego, foi fazendo uma de cada vez, né. Aqui deve [pra construir uma PCH] empregar umas 50 pessoas que são da cidade mesmo, não dá nem pra atender a necessidade do município pra falar a verdade.

Eu: Aqui há esse problema com relação a emprego?

Vereador Edmar Blodt: Tem, é muito grande, desemprego é grande, de vez em quando tem gente indo embora. Quando tem alguma coisa é um comércinho, uma loja, um mercado, agropecuária, posto de gasolina, tudo é coisa pequena mesmo. As PCHs não ajudaram com isso.

Portanto, como as construções dessas PCHs foram intermitentes, não houve uma grande transformação nesse sentido, contrariando a expectativa do discurso do progresso que trariam essas obras. A única mudança no fluxo de recursos que essas hidrelétricas deixam para o município são tributos, e não contribuem com compensações ao poder público municipal.

Há, conforme Morawska (2014), um embate crescente entre apologistas e opositores aos projetos hidrelétricos no Brasil, que se pautam em argumentos com base nas vantagens econômicas em oposição aos impactos socioambientais. Entretanto, diferentemente dessas publicações que ressaltam o argumento do social *versus* o econômico, a autora aponta como as proposições sociais são neutralizadas através de um cálculo no qual posições políticas se tornam posições técnicas. Desse modo, a chamada “trilha de papéis”, que são documentos técnico-administrativos auto referenciados, objetivam as ações políticas e, inclusive, neutralizam aspectos sociais vindos das populações afetadas. Isso pode ser demonstrado na citação feita por Morawska, sobre o contexto de Belo Monte:

Se ao longo das atividades em campo a grande maioria das considerações feitas pelos Xikrin eram tratadas pelos pesquisadores como informações importantes, tendo sido anotadas e gravadas por vários deles, a forma de apresentação dessas informações no laudo final, elaborado pela coordenação da LEME-Engenharia, assume outra forma. Tal forma de modelo implica em codificação de informações descritivas em dados numéricos para geração de gráficos e tabelas. A codificação realizada para confecção do produto final dos ECRB [Estudos Complementares do Rio Bacajá] desembocou num efeito de obliteração das falas dos Xikrin. Trechos mais descritivos enviados pelos pesquisadores transformaram-se em números de gráficos obscuros, pouco explicativos. (MANTOVANELLI, 2013,p. 23).

Os dados e argumentos do social em oposição ao econômico se dissolveriam através dos papéis e documentos, transformando-se em conhecimento técnico que entra em um cálculo de viabilidade no qual se considera a produtividade energética e os ganhos sociais indiretos e, do outro lado, os impactos socioambientais diretos. Nessa equação, a viabilidade das obras se apresenta sempre sob a lógica de que há mais por se ganhar fazendo do que deixando de fazer, prevalecendo à ideia de que as obras são um mal necessário ao desenvolvimento nacional.

Com o objetivo de estimular o investimento privado em obras de infraestrutura, o governo federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1), com duração prevista de quatro anos (2007-2010). Argumentou-se, na época, que a economia seria estimulada pelo aporte financeiro a partir do Estado, via orçamento público das seguintes fontes: Plano Plurianual, BNDES, outros bancos públicos, empresas estatais e os fundos de

pensão de trabalhadores destas empresas. Além do incentivo ao cofinanciamento, viriam as concessões ao empreendedor privado do uso para exploração econômica do empreendimento, quando esse entrasse em operação, como é o caso da comercialização da energia elétrica gerada por uma usina hidroelétrica. Por intermédio do Plano e seus incentivos, seus promotores alegavam que se intentava estabelecer as condições de possibilidade para uma maior e mais bem articulada “parceria” entre o Capital estatal – com seus recursos financeiros obtidos por meio de taxas, impostos, lucros das empresas, concessões e empréstimos – e o Capital privado, uma parceria focada no objetivo da promoção do “crescimento econômico” (VERDUM, 2012).

Também com duração de quatro anos (2011-2014), o PAC-2 é apresentado como tendo por objetivos “consolidar” e “atualizar” a carteira de projetos da primeira fase. Além de incorporar as obras iniciadas no período anterior e não concluídas, ou que por diferentes motivos não tiveram sua implementação iniciada, mais ações de infraestrutura social e urbana são incorporadas ao novo PAC. Planejava-se, por meio dele, investir na urbanização de favelas, no saneamento ambiental e nos chamados “equipamentos públicos”, como creches, unidades básicas de saúde, espaços para esporte, cultura, lazer, entre outros (VERDUM, 2012).

Dentre as diretrizes do PAC, há um amplo protagonismo das obras de geração de energia e, assim como a matriz energética do Brasil, ela é amplamente focada nas obras hidrelétricas. Nesse caso, Belo Monte foi um marco dos últimos anos tanto em magnitude das obras quanto em impactos e os respectivos conflitos sociais. No entanto, o processo de ampliação das fronteiras hidrelétricas do Brasil apresenta diversos outros casos emblemáticos, como o caso já antigo da Usina de Tucuruí e sua imensa área inundada e, mais recentemente, as Hidrelétricas do Madeira: a UHE Jirau e UHE Santo Antônio.

As hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio possuem, respectivamente, potência instalada de 3580MW e 3900MW e estão situadas no rio Madeira, no município de Porto Velho. O rio Madeira é o principal rio da região, pertencente à bacia do Amazonas. Esse rio possui diversos afluentes na Bolívia, Peru e nos estados do Acre e Rondônia, sub-bacia do Madeira abrange uma área de mais de 1,4 milhão de m², sendo o principal afluente do Amazonas em volume de água e em sedimentos. (GUY GUERRA; MORET, 2009, p. 5). No entanto, apesar da imensidão de sua bacia hidrográfica, em todo EIA-RIMA são citados apenas três povos indígenas, os Karipuna, os Karitiana e os Uru-Eu-Wau-Wau e se afirma que nenhum deles será diretamente afetado pelas obras (RIMA, 2005, p. 49).

Hoje, na etapa final de construção de ambas hidrelétricas, sabemos que os impactos foram enormes. Basta andar por Porto Velho que é possível ver a imensa imigração de mão de obra que praticamente dobrou a população local. Com as enchentes de 2014, era possível notar uma divisão no discurso da população, uma parte dela dizia que estava clara a relação das enchentes com o início da produção de energia, enquanto outras afirmavam que se tratava de um regime atípico no volume de chuvas na Bolívia, o que acarretou em calamidade pública. No entanto, era claro que justamente os novos habitantes de Porto Velho, ligados economicamente à construção das barragens é que relativizavam esses impactos.

Figura 6: RETIRADA DE MORADORES EM BAIROS AFETADOS NA CHEIA DO RIO MADEIRA EM 2014



FONTE: O próprio autor.

Em visitas aos conjuntos de apartamentos construídos aos afetados diretamente pelas barragens, foi possível ouvir de maneira unânime que essa cheia era motivada pelo represamento das águas no período de seca e o acúmulo dessas águas com as cheias de 2013-2014. Essas pessoas são, em grande maioria, povos ribeirinhos e pequenos agricultores que viviam às margens do rio Madeira em distritos do município de Porto Velho, que hoje moram às margens do rio Madeira, mas na área urbana de Porto Velho, em pequenos apartamentos construídos pelo consórcio da UHE Santo Antônio, eles se queixam da falta de espaço. São pessoas que cresceram às margens dos rios e foram deslocadas para essas regiões novas regiões como medidas de mitigação e compensação. Apesar das indenizações, essa região se encontra hoje marginalizada, pessoas que viviam anteriormente daquilo que plantavam e pescavam, atualmente precisam procurar emprego em Porto Velho, e quando não há, vivem do que restou das indenizações e dos programas sociais do Governo Federal.

O mesmo pode ser notado entre os indígenas. Nelson Karitiana, que é uma das lideranças Karitiana que conheci em Ji-Paraná durante o curso de educação intercultural, informou que, diversas vezes, os Karitiana alertaram os técnicos e engenheiros dos empreendimentos hidrelétricos de que o rio não suportaria e graves enchentes ocorreriam. Ele relatou que ter sido ignorado nesse processo se configurou em uma grande frustração. Nos dias em que estive em Ji-Paraná, Nelson Karitiana aconselhou diversas vezes o conjunto de representantes de povos indígenas de Rondônia para que reivindicassem a participação em processos de licenciamento como esses, pois são os povos indígenas que conhecem a terra deles.

Ao questionar os técnicos e engenheiros desses empreendimentos se havia relação direta entre as barragens e a enchente do Madeira de 2013, o discurso praticado em defesa dos empreendimentos se resumia entre uma causalidade ambiental e climatológica de um regime pluvial incomum e de algo comum em outras sub-bacias como a do rio Branco, o que abordarei adiante. Houve muita reclamação, inclusive oficial, entre os consórcios construtores da UHE Jirau e UHE Santo Antônio. Ambos os empreendimentos acusavam-se mutuamente da responsabilidade em relação ao excesso de vazão de água ou excesso de represamento de água, o que então gerou tais problemas de alagamento. Entretanto, nada foi confirmado. O Ministério Público Federal de Rondônia entrou, em 2014, com uma ação pedindo a responsabilidade das usinas, a Justiça Federal acatou e determinou que o consórcio Santo Antônio Energia (SAE), responsável pela UHE Santo Antônio, e o consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela UHE Jirau, não apenas atendam às necessidades das

populações atingidas, mas também refaçam os Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

Figura 7: ENCHENTE RIO MADEIRA



FONTE: O próprio autor.

Esses casos citados, das hidrelétricas do Madeira e da UHE Belo Monte, são os casos mais emblemáticos e destacados pela mídia, justamente pela magnitude das obras e seus respectivos impactos. Essas barragens são imensas, com altos índices de prejuízos socioambientais e alta concentração de produção de megawatts em uma região com baixo consumo elétrico. Sendo assim, essas obras se inserem na ideia de produção de energia centralizada conectada ao SIN (Sistema Interligado Nacional), onde é possível a importação e exportação dos excedentes entre as diferentes regiões brasileiras. No entanto, em diversas regiões da Amazônia, o processo de interligação dos sistemas regionais de eletricidade ao SIN se deu de maneira gradual e, até hoje, incompleta no Amazonas, Amapá e Roraima.

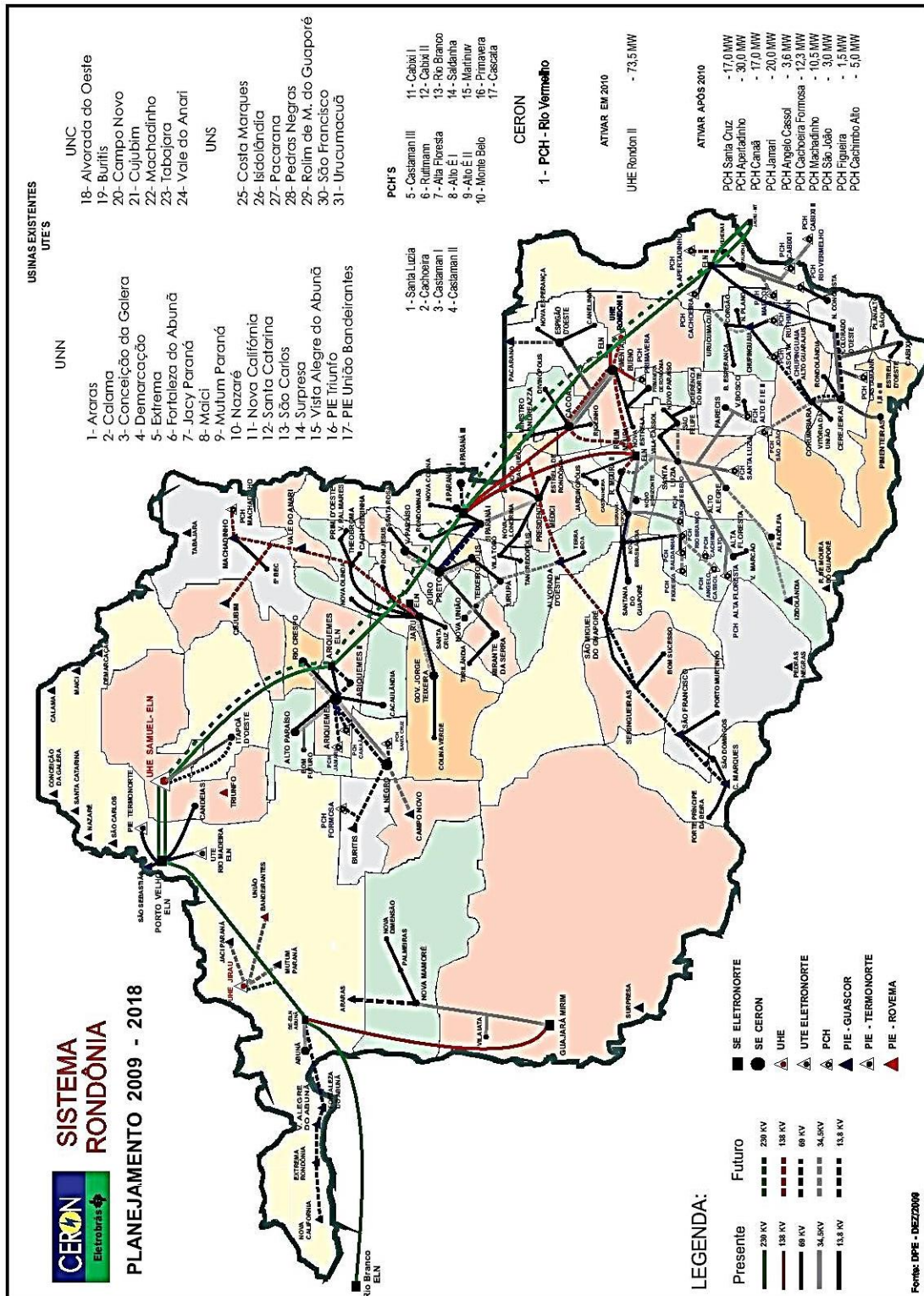
Conforme Cummings (2013, p. 5), “Brazil is harnessing the energy of Amazonia to fuel the demand for export industry, in the familiar style of colonialist extraction”, ou seja, os

recursos amazônicos são alterados e explorados em função do desenvolvimento do sul-sudeste brasileiro. Esse é o modelo do SIN, argumentado como segurança energética, os esforços se concentram atualmente na construção de hidrelétricas na Amazônia devido à impossibilidade de maior exploração do potencial hidrelétrico no sul e sudeste.

No estado de Rondônia, a história da produção de energia se aproxima da história de ocupação e colonização do território. A ligação de energia se desenvolveu, primeiramente, a partir da construção e asfaltamento da BR-364, concluída somente nos anos 1980. Ou seja, a eletrificação do estado seguiu um tronco central de distribuição a partir do desenvolvimento urbano local. Nesse sentido, até o fim da década de 1990, Rondônia se configurava dentro de um sistema regional de transmissão de energia, o "sistema Rondônia e Acre". No entanto, dentro do estado de Rondônia as conexões elétricas entre os aglomerados urbanos se desenvolveram de maneira gradual.

O estado se dividia em três sistemas locais, um na região de Porto Velho interligado ao estado do Acre, outro no chamado cone sul, tendo como principal cidade Vilhena, e outro na região da cidade de Rolim de Moura, na Chapada dos Parecis. Todos os sistemas se caracterizaram ao longo dos anos pela produção descentralizada de energia, um sistema que tinha diversos pontos de produção energética e autossustentável. A maior matriz energética do estado eram os geradores movidos a diesel. A oportunidade de produção de energia, através das Pequenas Centrais Hidrelétricas, surgiu na região do cone sul e, principalmente, na região da Chapada dos Parecis.

Figura 8: MAPA DO “SISTEMA RONDÔNIA” DE ENERGIA ELÉTRICA



FONTE: CERON (2009)

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) foram apresentadas no Manual de Pequenas Centrais, editado no ano de 1982 pelo consórcio formado entre o Ministério de Minas e Energia - MME, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE e a

Eletrobrás por ocasião da edição do primeiro Programa Nacional de PCH - PNPCH. De acordo com este manual, classificam-se como PCHs os aproveitamentos hidrelétricos cuja potência fosse inferior a 10MW e que estivessem enquadrados de acordo com as seguintes condicionantes: vazão máxima 20m/s; vazão de projeto adotada como sendo a de 95% de permanência, reservatório no máximo com regularização diária, potência máxima de cada grupo gerador de 5MW; altura máxima da barragem 10 metros e sistema adutor apenas através de canais e condutos, não se admitindo o uso de túneis. Ainda, segundo esse manual, as PCHs também podiam ser classificadas quanto à queda de projeto: baixa, média ou alta; ou seja, quedas de até 130m ou mais que 130m, respectivamente.

Todas essas regras, no contexto de estagnação econômica dos anos 1980, levaram o DNAEE, em 1984, amenizar radicalmente as condicionantes para que uma barragem fosse caracterizada como PCH, resumindo-se a uma potência inferior a 10MW com unidades geradoras de, no máximo, 5MW. Em 1996, já sob a jurisdição da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), foram estabelecidos novos critérios para o enquadramento de barragens na categoria PCH. Sendo, desde então, assim classificada qualquer barragem que possua uma potência instalada mínima de 1MW e máxima de 30MW e com área total do reservatório igual ou inferior a 3km², sendo, ainda mais recentemente, em 2002, flexionada a regra para tamanho máximo do reservatório.

Conforme informa Prado (2013 p. 15), foram feitas recentes mudanças institucionais que removeram diversas barreiras com a finalidade de estimular a entrada de novos agentes na indústria de energia elétrica e a criação de PCHs em áreas marginais dos sistemas de transmissão e em pontos remotos do país. Dentre as quais, podem-se destacar as seguintes:

- a). Autorização não-onerosa para explorar o potencial hidráulico (Lei nº9.074, de 7 de julho de 1995, e Lei nº9.427, de 26 de dezembro de 1996);
- b) Descontos superiores a 50% nos encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição (Resolução nº281, de 10 de outubro de 1996);
- c) Livre comercialização de energia para consumidores de carga igual ou superior a 500kW (Lei nº9.648, de 27 de maio de 1998);
- d) Isenção relativa à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (Lei nº7.990, de 28 de dezembro de 1989, e Lei nº9.427, de 26 de dezembro de 1996);
- e) Participação no rateio da Conta de Consumo de Combustível – CCC, quando substituir geração térmica a óleo diesel, nos sistemas isolados (Resolução nº245, de 11 de agosto de 1999);
- f) Comercialização de energia gerada pelas PCHs com concessionária de serviço público, tendo como limite tarifário o valor normativo estabelecido pela Resolução nº 22, de 1º de fevereiro de 2001. (PRADO, 2013, p. 16).

Com esses novos incentivos, somados aos incentivos antigos dos anos 1980 - que deram início ao processo de interiorização da produção energética em Rondônia -, em poucos anos tivemos diversos empreendimentos que foram estabelecidos na região da Zona da Mata rondoniense. Paralelamente ao desenvolvimento prometido, diversos impactos afetaram tanto os povos indígenas como pequenos agricultores da região.

Nota-se que as mudanças na legislação entre 1982 e 2003 somente flexibilizaram as regras para a construção de empreendimentos hidrelétricos que possam se enquadrar como PCH. Nesse sentido, observa-se que na região da Chapada dos Parecis as barragens construídas na sub-bacia do rio Branco sofreram influência direta da flexibilização das regras, acelerando suas construções. Muitos empreendimentos hidrelétricos se esforçam para se enquadrar na categoria PCH pelo fato de parte da legislação ambiental não se aplicar a essa modalidade de construção, pois as PCHs não precisam de nenhum EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental). Desse modo, as oito PCHs ao longo do rio Branco não precisam se submeter às mesmas exigências legais que uma UHE, mesmo que juntas ocupem toda a bacia hidrográfica.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas tem sido defendidas como um meio de produção de energia descentralizado, que faria com que seu prejuízo - já pequeno devido ao porte do empreendimento - seja dividido em um grande espaço geográfico. Além da viabilidade socioambiental, a descentralização da produção energética seria viável para as regiões isoladas do Brasil onde a ligação com o SIN é de maior dificuldade. No entanto, a partir da flexibilização das regras para o enquadramento de uma hidrelétrica como PCH, os incentivos e a falta de estudos socioambientais para as obras, fizeram com que diversas bacias hidrográficas fossem cobertas com várias PCHs, tornando a produção energética expressiva e muito além dos 30MW, sem a necessidade EIA/RIMA. Esta dissertação aborda, portanto, um dos contextos mais ofuscados pela série de obras hidrelétricas previstas pelo PAC. No campo energético, o PAC prevê a construção dessas grandes UHEs, mas também de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que sem os estudos adequados se tornaram mais uma obra com grandes prejuízos ao meio ambiente e povos tradicionais.

2.2 O CONTEXTO DO RIO BRANCO

A região de Alta Floresta d'Oeste e os outros municípios limítrofes, por se situarem numa região de transição geomorfológica entre o Planalto dos Parecis e a Depressão do

Guaporé (região conhecida como Chapada dos Parecis), é um espaço de grande potencial hidrelétrico, pois seu relevo pode ser superior a 500m em alguns pontos. Além disso, vários cursos d'água se formam na região, com mais destaque o rio Colorado e o rio Branco.

Parte da energia consumida em todo estado de Rondônia é proveniente dessas pequenas centrais hidrelétricas que estão distribuídas no interior do estado. Há também a Usina Hidrelétrica de Samuel, construída durante as décadas de 1980 e 1990 e com potência instalada de 130MW, que abastece, em especial, a capital do estado, Porto Velho. Nesse sentido, diversas pequenas cidades do interior de Rondônia, que surgiram com o processo de colonização do estado incentivado pelo governo federal, por serem de difícil acesso, não estavam interligadas ao sistema nacional de energia, por isso as PCHs foram uma das estratégias adotadas para produção local de energia para abastecer esses locais periféricos do sistema de transmissão (ANEEL).

Os empreendimentos instalados na região amazônica enfrentam uma grande variedade pluviométrica e de vazão desses rios, tendo que respeitar uma vazão mínima e máxima. Em Rondônia, região amazônica, o período chuvoso compreende de dezembro a abril e o período seco de maio a novembro.

QUADRO 1 - AS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS DA SUB-BACIA DO RIO BRANCO

	Início da Operação	Empresa	Potência instalada	Localização
PCH Santa Luzia	1993	Cassol Centrais Elétricas Ltda.	3.2 MW	Desvios de água do rio Branco e Igarapé Jacaré para o rio Vermelho, onde se encontra a barragem.
PCH Alta Floresta	1998	ELETRON – Eletricidade de Rondônia S.A.	5MW	Rio Branco
PCH Monte Belo	2001	Eletrossol Centrais Elétricas Cassol Ltda.	4,4 MW	Rio Saldanha
PCH Rio Branco	2005	Hidrossol Hidroelétricas Cassol Ltda.	6.9MW	Rio Branco
PCH Saldanha	2006	Hidroluz Centrais Elétricas Ltda.	4.8MW	Rio Saldanha
PCH Figueira	2009	Centrais Elétricas Figueirão Ltda.	1,4 MW	Rio Saldanha
PCH Ângelo Cassol	2011	Hidroelétrica Angelo Cassol Ltda.	3.6MW	Rio Branco
PCH Cachimbo Alto	Em construção	Grupo Cassol de Energia	9.8MW	Rio Branco

FONTE: O próprio autor.

O processo de exploração do potencial hidrelétrico data do final dos anos 1980, com os primeiros estudos e planejamentos por parte do governo federal para geração de energia na região de recente ocupação do interior de Rondônia. Há ali um incentivo de crédito para empresas implementarem pequenos projetos hidrelétricos. O maior exemplo é o grupo Cassol, que no período tinha como principal atividade econômica o comércio de madeira. A partir de então, com início da primeira PCH em 1993, vários projetos foram implementados e, hoje, a sub-bacia do rio Branco já contém oito PCHs, sendo seis do grupo Cassol, uma da Eletron e outra da Hidroluz.

O Grupo Cassol iniciou suas atividades no ramo madeireiro. Vinda de Santa Catarina, a família Cassol estabeleceu-se em Vilhena (RO) e logo depois na Zona da Mata, onde se iniciaram no ramo de pecuária e, desde 1992, exercem a atividade voltada para a geração de energia elétrica. Desde então, esse grupo econômico vem se beneficiando de incentivos governamentais para a geração de hidroeletricidade tendo construído PCHs, sendo duas em Vilhena (RO) e três em Alta Floresta d'Oeste. Uma sexta PCH está em construção, também em Alta Floresta d'Oeste, hoje interligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 1993, com o incentivo para produção de energia pelo Governo Federal, tem início o funcionamento da primeira PCH na região, com apenas uma turbina. A PCH foi denominada Santa Luzia, por se localizar no município de Santa Luzia d'Oeste. Essa foi o primeiro empreendimento hidroelétrico construído pelo Grupo Cassol, no rio Vermelho, um afluente do rio Colorado. Em 1994, com o planejamento de ampliar a produção energética, instalou-se uma nova turbina, para cujo funcionamento, foi necessário a transferência de 1 m³/s de água do rio Branco até um afluente do rio Vermelho, chegando até a barragem. Em 1995, ainda com o propósito de ampliar o fornecimento de energia em períodos de seca, fez-se mais um desvio, dessa vez no igarapé Jacaré (afluente do rio Branco), transferindo água desse rio até a barragem no rio Colorado.

A PCH Alta Floresta começou a ser construída também em 1993, com a conclusão da obra e início de suas atividades em outubro de 1998. A PCH se situa no município de Alta Floresta d'Oeste, construída no curso do rio Branco através da criação de um reservatório que fornece água para geração de energia nos períodos de pico no consumo das 18h às 24h. Para isso, a administração da PCH precisa acumular no reservatório água necessária para produção de energia nos períodos de maior demanda, mas precisam manter constantemente o que se defende ser uma vazão mínima a jusante do rio Branco.

Figura 9: PCH RIO BRANCO



FONTE:Grupo Cassol Energia⁶.

Em 1999, com o pleno funcionamento de ambas PCHs, o Ministério Público Federal, a partir de um pedido da FUNAI, inicia um processo para apurar os impactos e os prejuízos causados aos povos indígenas e produtores rurais ribeirinhos que vivem a jusante do rio Branco. A Promotoria do Meio Ambiente, ligada ao MPF-RO, inicia a apuração dessas reclamações por parte dos povos indígenas com um laudo pericial feito, em 1999, pelo engenheiro florestal Luis Carlos Maretto. Nesse documento, constata-se uma série de irregularidades na construção das pequenas hidrelétricas, a do grupo Cassol e a da ELETRON.

Conforme o depoimento de Jandira Kepp, do COMIN, que é advogada e auxilia os povos indígenas da região, o processo se desenvolveu da seguinte maneira:

Isso tava na câmara de meio ambiente e depois veio pra 6ª câmara e logo no início o IBAMA fez alguns pareceres do ponto de vista ambiental e apontou um pouco sobre as populações gerais. Depois houve algum parecer do ministério público com o parecerista do MPF, Edmundo [Antropólogo perito do MPF]. Foram feitos pareceres como procedimentos administrativos do MPF e depois transformou-se num inquérito civil público e vem andando. E, assim, já no início dos procedimentos via-se dizendo que não se podia analisar os impactos PCH por PCH, mas sim analisar tudo de maneira conjunta envolvendo os povos indígenas, os agricultores e o meio ambiente em geral, pois há uma relação muito próxima entre todos esses impactos. E

⁶ Disponível em www.grupocassolenergia.com.br . Acesso em Jan. 2016

por isso que as PCHs são colocadas nessa categoria de baixo impacto, pois daí não há necessidade de EIA, com exceção dessa que faz transposição de águas.

O andamento do processo se deu justamente através de questões ambientais, sem contemplar as questões indígenas que foram alertadas somente em uma citação de um laudo do IBAMA que recomendava o devido estudo de impacto aos povos indígenas da região. Tampouco esses povos foram consultados antes da construção, pois, se valendo da legislação acerca das PCHs, não foi necessário que fizessem EIA/RIMA. Mesmo nos casos que seriam necessários à elaboração de um EIA/RIMA, como o caso da transposição de águas de uma bacia hidrográfica para outra, isso não foi cumprido. Criando então uma tentativa “(...) de regularizar um negocio que já existe. Primeiramente se faz um EIA, pra depois se conceder as licenças, mas aqui não, aqui já se tem seis PCHs em execução com licenças de operação já concedidas.” (Jandira Kepp)

Ambas as PCHs possuíam grandes problemas legais e causaram grandes impactos ambientais na região, conforme o laudo pericial. A PCH Santa Luzia, por exemplo, ao fazer uma transposição de águas do rio Branco para o rio Vermelho, deveria ter submetido seu projeto a um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), independente de a potência instalada ser menor que 30MW. Além disso, o projeto de engenharia foi implementado por uma empresa que não era de engenharia, sem qualquer regulação de seu respectivo conselho. No entanto, o laudo do MPF indica que a transposição dessas águas da sub-bacia do rio Branco para a do rio Colorado não seria o suficiente para gerar a variação de nível do rio, como foi declarada pelos indígenas. Seriam justamente as intervenções geradas pela PCH Rio Branco, operada pela ELETRON, que causariam isso, por acumular água em seus reservatórios durante todo dia para produção de hidroeletricidade nos horários de pico no consumo.

A PCH Santa Luzia, em seus projetos junto à SEDAM (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia), não fazia constar nenhum plano de construção de um desvio de águas do igarapé Jacaré para o rio Branco. O desvio de água que consta no laudo pericial de 1999 do MPF - feito para o funcionamento de uma turbina que gerasse energia para a Fazenda de Cesar Cassol - foi realizado sem qualquer licenciamento ambiental. No período, não foi possível afirmar com precisão quais tipos de impactos a transposição do rio Branco para o rio Vermelho traria para comunidade indígena. O fato é que a transposição, somada a uma série de outros desvios de barragens, como a PCH Alta Floresta, tem agravado a situação.

Das diversas recomendações desse laudo pericial, as principais incluem o pleno fluxo de águas no Igarapé Jacaré, assim como, a garantia de vazão mínima do rio Branco por parte do Grupo Cassol, além do fim do acúmulo de água durante o dia para suprimento na produção de energia nos horários de pico por parte da PCH Alta Floresta da ELETRON. Além disso, o laudo constatou a falta de documentação e a não realização de um EIA/RIMA. Mesmo com uma PCH de baixa potência, por se tratar de uma transposição de águas, essa ação deve ser regulamentada por um estudo de impacto ambiental. Outra obra não regulamentada é a barragem do igarapé Jacaré, que foi feita para desviar suas águas até o rio Branco visando aumentar a produtividade hidroelétrica, no entanto, tal interferência jamais foi documentada ou regularizada pelos órgãos ambientais responsáveis, no caso, a SEDAM (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental). Outras ações, como o desmatamento de áreas de preservação permanente, como a mata ciliar, foram realizadas nas propriedades da família Cassol, proprietária da PCH Santa Luzia.

A Procuradoria do Meio Ambiente defendeu ainda que o sistema de transmissão da Usina Hidrelétrica de Samuel foi ligado à Rolim de Moura em 1999, de modo que nos períodos de estiagem não haveria mais necessidade da operação dessas PCHs. Argumentou-se também que não seria possível questionarmos a viabilidade energética da transposição de água entre os rios, já que a UHE Samuel também seria responsável pelo abastecimento elétrico na região, diminuindo a pressão sobre essas PCHs.

Esse laudo pericial, que dá início ao processo das PCHs, é marcado pela constatação de que as duas PCHs, na época já instaladas, causavam diversos danos ambientais. Constatou-se também, entre outros impactos, a variação diária drástica do nível do rio que impossibilitava a navegabilidade nos períodos de seca, provando que as denúncias dos povos indígenas da T.I. Rio Branco eram reais. O MPF acatou, em 1999, as denúncias e se colocou a ouvir as empresas responsáveis, como também a exigir mais estudos e laudos referentes aos impactos socioambientais.

Já em 1999, uma das ações imediatas à abertura do processo junto ao MPF foi o comunicado da SEDAM ao proprietário da PCH Santa Luzia exigindo a interdição do canal que fazia a transposição de águas do igarapé Jacaré para o rio Branco. O comunicado solicitou que, juntamente a isso, fosse reestabelecido o leito natural desse igarapé sem qualquer interferência, pois não havia nenhuma licença ambiental para a execução desse canal.

Em 2001, após a coleta de depoimentos e explicações da ELETRON, responsável pela PCH Alta Floresta, e do Grupo Cassol, responsável pela PCH Santa Luzia, é possível notar um conflito entre as duas empresas onde os poucos impactos admitidos são atribuídos à

responsabilidade de uma à outra. A ELETRON acusa o Grupo Cassol de desviar as águas do rio Branco para o rio Vermelho, o que seria a razão majoritária do baixo nível do rio Branco nos períodos de estiagem. Por outro lado, a empresa do Grupo Cassol assegura que o grande impacto no nível dos rios ocorreu somente durante 30 dias do ano de 1998, quando foi criado o lago que é o reservatório da PCH Alta Floresta da ELETRON, desse modo, livrando-se de qualquer responsabilidade quanto aos impactos socioambientais.

Nos novos estudos encomendados pelo MPF, tentava-se promover um estudo completo de todo o complexo de PCHs. Conforme o relato de Jandira Kepp, isso levanta outras preocupações:

Mas aí o que os empreendedores junto com essa ABTEC [Empresa contratada para o estudo de impacto] propuseram, que essa avaliação ambiental integrada não avaliasse só os impactos referentes às PCHs, mas a todos os grandes empreendimentos da região, que vão desde o frigorífico às grandes fazendas. Parece que tem extração de minério, de calcário, aquele lixão de alta-floresta, enfim todos os impactos gerados por esses grandes empreendimentos, as sinergias entre esses impactos e as pessoas que foram impactadas. Então, por um lado isso é bom e especialmente que as PCHs sejam responsabilizadas em seu conjunto, por outro lado você corre o risco de não individualizar as responsabilidades de cada empreendedor. Então, se você analisa as oito PCHs no seu conjunto, mas não consegue individualizar as responsabilidades de cada PCH, aí vai ficar nessa história do Cassol “ah não foi a minha PCH que causou o impacto, foi a PCH de fulano” então isso pode ser um risco, sobretudo porque agora não se limitou às PCHs mas a todos os grandes empreendimentos. É, então, vão dizer “ah, assoreamento do rio é problema do gado que está entrando lá, não é meu”. Se esses estudos não conseguirem individualizar as responsabilidades de cada um aí vai ser complicado, corre-se esse risco.

A avaliação ambiental conjunta de todas as PCHs é positiva, no sentido de entendê-las não a partir de sua baixa produção elétrica e impactos ambientais individuais, mas do alto impacto causado pelo conjunto que se instala na região (essa região do rio Branco possui um complexo hidrelétrico com produção de energia muito maior que os 30MW). Entretanto, ao incluir tantas responsabilidades de empresas distintas, corre-se o risco de uma reprodução e intensificação do que já ocorre entre a empresa Cassol e a Eletron em suas acusações mútuas a respeito da imprevisibilidade do nível do rio Branco. O estudo pode ter o ponto positivo de apontar os impactos e os reconhecer como ação direta das PCHs, entretanto, é importante responsabilizar individualmente cada PCH, para que não se corra o risco da imputabilidade e da dificuldade de exigência de compensações e mitigações.

Conforme a lei, a transferência das águas de um rio ao outro se caracteriza como crime de usurpação de águas (entre outras infrações), pois “desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias” (MPF, 1999, p.97) sem a devida autorização pelos

órgãos ambientais e sem nenhum estudo devido através de um EIA/RIMA, em 31 de Janeiro de 2001. Apesar disso, os autos de inquérito referente às PCHs da sub-bacia do rio Branco foram arquivados a pedido do Ministério Público Federal. Tal arquivamento foi realizado com base nos dados disponíveis naquele período, concluindo que as duas PCHs não teriam nenhuma irregularidade e se tratavam somente de “duas hidroelétricas, sendo uma a PCH Santa Luzia e a outra a PCH Alta Floresta, ambas devidamente regularizadas, não desobedecendo nenhuma norma penal” (MPF, p. 68).

É notável a contradição que se coloca nesses termos. Tal prática jurídica seria utilizada como instrumento para ganho de tempo. Como é possível notar, o processo não foi arquivado e tampouco concluído, ele se estende até os dias de hoje, 15 anos depois. É possível afirmar que diversos fatores causam grande demora e impasse, além de constantes pedidos de arquivamento seguidos por desarquivamento do processo. Posso afirmar que a grande circulação de procuradores no Ministério Público de Rondônia é um desses fatores. Grande parte dos procuradores concursados assume a vaga e já requisitam a transferência, desse modo, o processo adquire diferentes ritmos durante todo seu período de abertura. Dependendo do procurador, o processo é “tocado pra frente” ou não. Para os indígenas, isso se torna um grande problema, pois reclamam que a cada vez que se iniciam as conversas sobre o processo é necessário começar do zero todo o diálogo com a procuradoria do MPF, pois eles não se conhecem.

Figura 10: RIO SECO COM O REPRESAMENTO DAS ÁGUAS



FONTE: MPA (2014)

Figura 11: PEIXES MORTOS



FONTE: MPA (2014)

Figura 12: ESCADA SECA CONSTRUÍDA PARA REPRODUÇÃO DE PEIXES



FONTE: MPA (2014)

Além disso, na perspectiva dos povos do rio Branco, todo o processo de construção e licenciamento ambiental de tais empreendimentos é bastante confuso. Apesar da construção da primeira barragem ter seu início já no fim dos anos 1980 e concluir em 1993, é somente em 1999, por requerimento indígena através da FUNAI, que o processo é aberto. Esse dado, que está nos documentos, pode ser explicado ao conversar com as lideranças de várias aldeias da TI Rio Branco. Primeiramente, todo o processo de licenciamento ambiental, por mais precário que tenha sido, jamais incorporou em seus estudos o chamado “componente indígena” e também não houve nenhum tipo de consulta ou aviso do que estava acontecendo a montante do rio Branco, fora da Terra Indígena.

Quando foi construída a primeira barragem na cabeceira do rio Branco, nós nunca fomos informados. Isso foi uma surpresa grande, pois só ficamos sabendo [da existência da barragem] assim que ela começou a prejudicar. Sempre nós víamos coisas diferentes acontecendo, às vezes o rio secava e às vezes enchentes, tudo acontecia muito rápido e às vezes a água vinha toda suja, mas nunca imaginávamos que havia PCH no rio Branco. Na época da enchente ela enchia o rio, mas era temporário, talvez na época em que liberavam a água do reservatório e a enchente vinha alagando tudo, as praias e os peixes que deveriam estar no período de reprodução e, logo em seguida o rio voltava a secar matando os peixes que iam se reproduzir. Os ovos de tracajá também apodreciam, pois eles molhavam e depois vinha o sol, quando o rio secava. Depois nós fomos percebendo outra situação, agora esse ano o rio não secou muito, mas agora já não há mais areia na praia, pois a força das águas no período de cheia foi levada pela força da água e já não há areia para os tracajás botarem seus ovos e esse é uma nova diferença que temos percebido agora. (Isaias Tupari).

Quando eles faz o projeto lá, eles vê em qual altura lá [que vão construir] e já aprova lá, o engenheiro que vem fazer o projeto nunca visita aqui dentro. Eles não perguntam o que vai causar aqui dentro, né. Ai conforme foi indo ai você viu, os peixes não estão mais multiplicando, os tracajá sumiram, o acesso ao rio piorou, o rio tá secando muito, você vê que a maioria das aldeias lá pra baixo o acesso é de barco, antes levava 3-4 horas de viagem agora leva o dia todinho, umas 8 horas de barco. (Marcelo Aruá).

Esse depoimento é um dentre dezenas que afirmam uma história comum. O conhecimento de que havia uma barragem no rio Branco se deu no dia em que essa barragem entrou em funcionamento e alterou a vazão do rio, ou seja, não há nenhum tipo de aviso e nenhum estudo sobre os impactos e, portanto, jamais se pensou em medidas de compensação e mitigação. Então, para além de uma constatação sobre a falta de comunicação entre os órgãos ambientais, entre a FUNAI e os povos indígenas, esse estratagema de manter segredo sobre a construção de barragem gera uma confusão presente em todo o desenvolvimento desse processo de 15 anos.

A articulação política frente às PCHs, no caso indígena oscilou entre períodos de “grande articulação” e períodos de menores articulações. Como descrito no capítulo anterior, isso se relaciona com os movimentos sociais, como o MAB e o CIMI, que se instalaram em Alta Floresta ajudando os indígenas e pequenos agricultores em suas questões. Entretanto, houve muita frustração mútua entre esses grupos e movimentos sociais, levando à atual desarticulação. Os pequenos agricultores, como veremos no capítulo seguinte, consideram esse caso como algo do passado, muitos deixaram suas terras sem ressarcimento algum ou outros venderam e se mudaram. Os movimentos sociais, em especial o MAB, não está mais no município e os indígenas hoje tentam se reorganizar em torno da Associação reivindicando uma retomada dos estudos e do processo do MPF.

Hoje, a sub-bacia do rio Branco possui oito PCHs, durante todo esse processo de construção em nenhuma delas os povos indígenas foram consultados e, portanto, as PCHs se tornaram um mal desconhecido. Ninguém sabe ao certo quantas são, eles dizem recorrentemente que o número seria de apenas quatro PCHs, onde seriam as duas primeiras que motivaram a abertura do processo no MPF e outras duas que vieram nos anos 2000 e que estão na estrada entre Alta Floresta d’Oeste e a Terra Indígena Rio Branco. O conhecimento das barragens se limita ao seu impacto sentido no dia a dia, com chuva e sem chuva. É somente com a abertura do processo que os indígenas foram procurados a se manifestar, através dos documentos vemos que um dos canais de comunicação se deu através das associações indígenas com algumas reuniões que foram feitas durante os anos 2000.

Entre os Enawene-Nawe, um caso semelhante ocorre com o complexo hidrelétrico do rio Juruena. Lá, desde 2011, a associação indígena recebe parcelas de compensação de impactos ambientais que não puderam ser mitigados. Nesse pagamento de compensação, os recursos são empregados principalmente na compra de peixe, de cativeiro, para a alimentação e para festas rituais que se tornaram impossíveis desde que as PCHs se instalaram no rio (ALMEIDA, 2014). Há mais de vinte anos o mesmo ocorre entre os indígenas da TI Rio Branco e absolutamente nada trouxe alívio aos prejuízos causados por essas barragens.

Figura 13: PCH CACHIMBO ALTO (EM CONSTRUÇÃO)



FONTE: Grupo Cassol Energia⁷.

⁷ Disponível em www.grupocassolenergia.com.br . Acesso em Jan. 2016

3 OS PEQUENOS AGRICULTORES DA ZONA DA MATA RONDONIENSE

3.1 UMA INTRODUÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DA AMAZÔNIA

A integração nacional se transformou na motivação maior para que, no início da década de 1970, se iniciasse o incentivo à população brasileira para que se ocupasse e trouxesse desenvolvimento à Amazônia. Diferente de outros movimentos do tipo, o maior agravante deste é a crescente interferência do Estado para a rápida e intensa ocupação e exploração da área. Essa interferência direta na ocupação da Amazônia se traduz na criação de órgãos coordenadores dessa ação estatal como a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a criação de incentivos fiscais ao investimento privado, além da criação de linhas rodoviárias que cortam o território amazônico.

A partir dos anos 1970⁸, através do PIN (Programa de Integração Nacional), o governo se concentra na prática objetiva de ocupação e integração da Amazônia. Essa política procurava transferir a população excedente nordestina e fornecer o acesso à terra aos trabalhadores rurais de outras regiões do Brasil. A ocupação dessas terras se dava às margens da rodovia transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém, entretanto, por mais que as primeiras intenções tenham sido distribuir terra aos pequenos agricultores, essas regiões foram pouco a pouco tomadas pelo latifúndio. A substituição do pequeno produtor para, progressivamente, o agronegócio tinha como base o próprio desempenho econômico desses pequenos agricultores devido à falta de condições para produção. Sem nenhum apoio de proteção ao preço, ou apoio para permanência, muitos desses agricultores deixavam a região e eram substituídos pelas grandes propriedades (TURCHI, 1981).

O fim das possibilidades de colonização de pequenos agricultores às margens da transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém colocou, portanto, Rondônia como principal destino de milhares de famílias de pequenos agricultores. Ao inserir Rondônia no esforço da ampliação da fronteira agrícola, diversos programas de colonização foram criados. Assim, surgem diversos planos por parte do Estado de constituir uma Colonização dirigida, que

⁸ Há na historiografia diversas críticas à compreensão da integração e ocupação da Amazônia a partir somente do período militar (1964-1985) como MACIEL (1999) e SOUZA (2011). Segundo essas abordagens, a ocupação e colonização planejada do território se deram muito antes, em especial a partir da década de 1930 ou mesmo no período colonial com a preocupação portuguesa na manutenção de suas terras coloniais.

consiste em assentamentos de pequenos agricultores através de ações e incentivos por parte do Estado. No caso brasileiro a instituição encarregada de promover e viabilizar esse processo foi o INCRA, criando diretrizes sistematizadas para todo o processo, como o local, o tipo de população, as formas dos assentamentos e quais culturas seriam viáveis.

Conforme Otávio Velho (1979), o fluxo migratório de ocupação da Amazônia se deu a partir do excedente populacional no nordeste. O Programa de Integração Nacional se desenvolveu a partir de uma visão inter-regional, sendo o Norte e o Nordeste o principal elo desse programa, representando uma relação lógica: “... juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita” (VELHO, 1979, p.198). Assim, uma margem de duzentos quilômetros no entorno das rodovias seriam reservados aos pequenos produtores, reconhecendo a ocupação dos posseiros nessa região de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados. O objetivo era transferir mais de 100 mil famílias, tendo como o grande eixo central a Rodovia Transamazônica que “como tal veio simbolizar uma nova era” (ibid, 1979, p.198).

Na verdade o Plano de Integração Nacional surgiu não só no rastro da seca no Nordeste, mas também de uma série de discussões sobre o que se deveria finalmente fazer da Amazônia. O próprio fato de uma tal discussão ter se iniciado exatamente nessa ocasião com grande intensidade pode indicar que havia chegado o tempo, em face dos desdobramentos do desenvolvimento, de finalmente dar-se um passo decisivo na direção da Amazônia. (ibid, 1979, p.200).

O Território Federal de Rondônia, por suas características intrínsecas – área federal, terras disponíveis e ligação com o centro-sul – tornou-se o foco na região selecionada pelo Estado para a efetivação da ocupação. Desse modo, Rondônia passa a ser o cenário mais expressivo dessa colonização no âmbito da “mística integração nacional” (MIRANDA, 1987). Com isso, os produtores descapitalizados migraram massivamente para Rondônia constituindo propriedades familiares.

Viabilizada pela política do Estado, concretizou-se uma rápida ocupação do território e intensificou-se o fluxo migratório. Para atender essa demanda, diferentes projetos de colonização e de assentamentos foram ao longo do tempo sendo implantados. As diferentes estratégias estabelecidas no assentamento da população determinou o aparecimento de formas diversificadas que se justapõem no espaço: colonização dirigida, assentamento dirigido, assentamento induzido, ocupação “espontânea” (...). A dinâmica do fluxo migratório, (...) originou paralelamente ao processo dirigido, uma busca espontânea por terras nas áreas destinadas à colonização, ocorrendo um extravasamento pela ocupação dos limites dos PICs. Este extravasamento trouxe implicações sérias, na questão da terra com a emergência de conflitos na disputa da terra, envolvendo diversos segmentos: colonos, fazendeiros, índios, madeireiras. (MIRANDA, 1987, p. 36).

Esse processo descrito pelos autores vai de encontro às narrativas descritas pelos pequenos produtores rurais de Alta Floresta d'Oeste. Para essas pessoas, Rondônia, nesse período, se tornou um “lugar de oportunidades”, onde todo pobre agricultor que não possuía condição de ter uma terra e tinha de trabalhar para um patrão teria chance de “mudar de vida”. Quando esses agricultores chegaram, no começo dos anos 1980, a região disponível era distante do eixo central da colonização de Rondônia (regiões próximas à BR-364). Nesse período, as terras já estavam se tornando escassas, e por isso a região foi sendo ocupada a partir da compra das terras de colonos – que abandonaram as terras do INCRA – ou a partir da ocupação ilegal de terras da união, posteriormente regularizadas.

A narrativa da chegada à Rondônia corresponde a uma situação de superação de adversidades em suas terras de origem. Rondônia, para muitos, significou a oportunidade de ser um “pequeno agricultor”, no sentido de garantir a posse de uma terra e com ela, “sem depender de patrões”, poder constituir família, o trabalho e a própria terra. Ao longo da pesquisa foi possível notar a importância da terra e sua relação indissociável com a ideia de família e de trabalho, visto que a terra produz alimentos, mas também produz relações. Terra é família e é trabalho, não é possível separá-los. A posse da terra, para esses agricultores, não pode ser reduzida à ideia burguesa de propriedade da terra, nela há uma relação que a torna o meio e o fim das ações do trabalho. Trabalha-se porque há terra e trabalha-se para conseguir terra. Ao mesmo tempo, o trabalho é pensado em termos de família, por meio da agricultura familiar. Por esse motivo, as três categorias aparecem reunidas. Graças à terra é que se pode permanecer no campo, é ela que oferece os recursos da permanência. Sem a terra as pessoas correm o risco de retornar à sua condição inicial ou ir à cidade. Isso agrava as questões dos impactos resultantes de PCHs, como demonstrarei adiante. O senhor Adelino – um dos agricultores com quem conversei – ao ser perguntado sobre o que se produzia em sua propriedade, antes de ser tomada para construção de uma PCH, responde de maneira afetiva:

Rapaz, a verdade é que, primeiramente a coisa que eu mais produzi que foi a minha riqueza é a minha família, depois amizade e depois arroz, feijão, milho, café o que você pensa eu produzia. Quando mudei pra cá mudei até a variedade de planta, uma por conta da posição [da terra] e outra por conta da canseira. Nós tinha tudo, tinha porco, tinha horta, mas de mais riqueza que essa terra no rio Branco me deu é minha família.

Figura 14: A BR-364 COMO O CENTRO DA INTEGRAÇÃO EM RONDÔNIA



FONTE: Retirado de site sobre Rondônia⁹

Santos (1993), ao realizar um trabalho sobre a migração de colonos do sul para o projeto de colonização no norte do país, Santos (1993) aludia também às condições precárias que encontravam. Ao mesmo tempo, apresenta em uma descrição bastante detalhada, a ideologia que fazia com que os projetos de colonização e as frentes de expansão continuassem. A esperança de conseguir o meio através do qual assegurariam a terra e a reprodução do seu trabalho e sua família fazia com que migrassem, não importando as condições a serem enfrentadas. Esperança essa que, segundo o autor, era reproduzida socialmente todos os dias e sustentava as pessoas nas fronteiras, não importando as condições ou as dificuldades. Trata-se de uma explicação mais psicológica em um contexto de adversidades econômicas. Para as populações pobre rurais do Brasil, a campanha de integração nacional promovida pelo Estado era uma oportunidade de ter um terra própria, de criar os filhos e constituir família. Os pequenos agricultores de Alta Floresta d'Oeste demonstram que há uma relação recíproca, onde a terra conseguida produziu a família e suas relações consanguíneas e de afinidade, entretanto, essas mesmas relações construíram esses deslocamentos que resultaram na conquista da terra.

⁹Disponível em
<https://s3.amazonaws.com/filess3.iesde.com.br/resolucaoq/questao/2014_08_23_53f8e0656c766.jpg>
Acesso em Jan/2016

O município de Alta Floresta d'Oeste compõe a região de Rolim de Moura, localizada ao leste de Rondônia, e compreende diversos municípios que fazem parte da Chapada dos Parecis, uma região com terreno acidentado, mas intensamente voltada para a atividade econômica da agricultura e pecuária. Desde o fim da década de 1970, e principalmente a partir dos anos 1980, um grande fluxo migratório chegou à essa região trazendo populações majoritariamente dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, em busca de terras do programa de colonização de Rondônia.

A terra se configura então como um elemento de grande preocupação dentro das famílias agricultoras, em especial no seu processo de herança. Em grande parte, por se tratar de terras adquiridas a partir dos anos 1980 com os programas de colonização do INCRA do governo federal, essas famílias se encontram agora no início de uma terceira geração, onde o titular das terras chega à idade dos 60 anos ou mais. Desse modo, tornam-se evidentes algumas preocupações com relação à terra e à propriedade.

A herança se constitui como um elemento a ser estudado e que relaciona outros importantes temas para a antropologia, em especial as temáticas da família, do parentesco e da economia. As obras que se concentram nesta questão partem do pressuposto de que a terra constitui-se na condição da existência camponesa, sem necessariamente questionar o processo que constitui a terra como mercadoria¹⁰ (POLANYI, 2000). Por causa das condições da herança, essa população vê sua reprodução constantemente ameaçada pela partilha entre os herdeiros legais. Apresenta-se assim, como grande questão para essa bibliografia, quais os tipos de estratégias adotadas pelas pessoas para garantir sua reprodução social (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978.).

É justamente o esforço de evitar a fragmentação territorial que moveria as pessoas com suas estratégias para que a geração mais jovem tenha terra e, com isso, continue a existir em sua condição camponesa. Nas pesquisas sobre a família rural, a reprodução de suas condições sempre foi uma preocupação constante. Para Almeida (1986, p.02) a reprodução nos estudos da antropologia se concentra em dois polos distintos: as questões econômicas e as extraeconômicas. Configuram-se como econômicas as questões de reprodução no curto prazo, relativas aos esforços empreendidos pela unidade familiar durante a safra anual para garantir o reinício do processo de produção. Em um contexto onde a grande propriedade, o avanço da

¹⁰ Polanyi (2000, p.94) aponta ao fato de que a terra é o ambiente natural em que se encontram todas as sociedades, submetê-la às leis de mercado seria subordinar toda sociabilidade ao mercado. Como não se produz terra, classificá-la como mercadoria é uma ficção.

pecuária e a monocultura se espalham pelo território nacional, esse esforço envolve também lidar constantemente com a pressão dos grandes negócios para inviabilizar ou, melhor ainda, submeter a produção dos pequenos agricultores. O outro tipo são as questões extraeconômicas que, nesse caso, se configuram como questão de longo prazo, onde a reprodução social desse grupo sofre pressão entre as gerações, dada a fragmentação da terra pela herança.

Para cada uma das pressões existe uma reação da família de pequenos agricultores. No primeiro caso, trata-se de uma queda da qualidade de vida, ao intensificar o trabalho e o processo de proletarianização de alguns dos seus membros que buscariam trabalho fora da propriedade. Enquanto nas questões de longo prazo, tornam-se possíveis soluções desde a migração até a exclusão de herdeiros legais para a garantia da unidade territorial.

Como visto até aqui, a reprodução social a longo prazo tem como um dos seus aspectos principais a questão da herança, que se torna um grande problema no contexto rural. Algumas das estratégias possíveis buscam solucionar um conflito legal que determina a herança a partir da divisão aritmética da terra e seus valores entre todos os filhos e filhas. Esse modelo de fragmentação da terra torna inviável a reprodução social desse grupo, desse modo, as regras locais emergem como forte alternativa ao modelo jurídico de divisão de terras. O que ocorre em Minas Gerais nos anos 1970, segundo Moura (1978, p. 61), são vendas prioritárias – abaixo dos valores de mercado – entre irmãos, já o caso das irmãs que se casam, aconteceria a venda de suas parcelas de terras aos irmãos. Dado ao arranjo virilocal, os recursos dessa venda complementaríamos os recursos do cunhado para a compra de um lote de sua irmã, nos mesmos moldes da relação de sua esposa com o irmão dela. Portanto, isso se configura como uma relação de troca entre cunhados.

No caso apresentado por Moura, os irmãos que migram para atividade urbana ficariam sem as terras, principalmente por terem estudado e migrado antes de se casarem. As terras desse irmão que abandonou a atividade rural podem ser vendidas aos seus irmãos – de maneira igualitária ou não – mas também pode ser oferecida a ele parte dos lucros gerados por essa terra ao fim de um ano de produção.

Outro caso é o demonstrado por Woortmann (1997, p.175) sobre os colonos de origem alemã, onde a herança não se ganha, mas é conquistada. Somente aquele que trabalhou suficientemente nas terras de seu pai teria direito à terra. Desse modo, herdar não é um direito natural de descendência, mas sim um direito adquirido.

Todas essas soluções passam pela estratégia de restringir a transmissão da terra para alguns descendentes (MOURA, 1978; SEYFERTH, 1985). No entanto, há ainda o casamento endogâmico que, conforme Almeida (1986), se dividiria entre a endogamia territorial,

casando em um específico raio matrimonial, ou a endogamia de parentela, onde há uma “preferência revelada por casamentos entre primos que preservam a unidade de grupos fraternos no trabalho e na reciprocidade” (ALMEIDA, 1986, p.11).

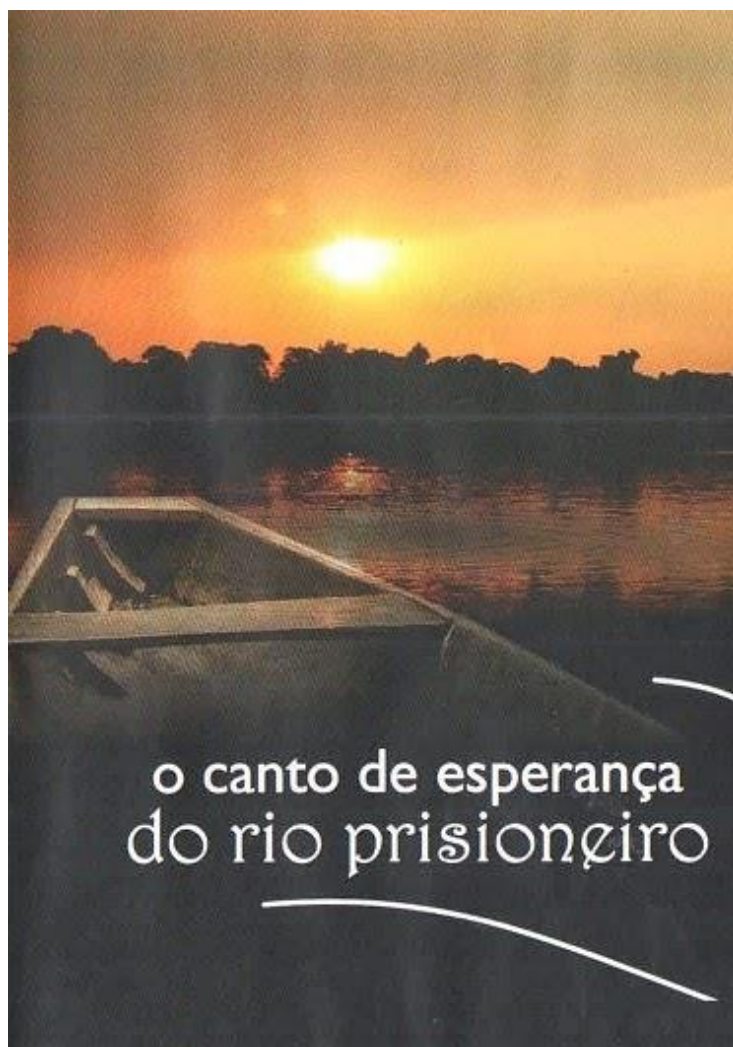
A família rural é, segundo Almeida, aquilo que o parentesco perpetua através dos nascimentos, casamentos, mortes e heranças. Nesse sentido, há uma unidade técnica na qual se localiza uma propriedade rural, mas que pode ser compartilhada entre mais de uma unidade doméstica e seus binômios casa e roça, de modo que em uma mesma unidade técnica existam diversas casas e diversas roças. Isso se exemplifica quando o pai oferece aos seus filhos parte das terras e a partilha com eles para a formação de uma nova família nuclear que, ao mesmo tempo, compõe uma grande família extensa. Essa ambiguidade, afirma Almeida (1986, p. 3), são para os investigados “estratégias ligadas à questão fundiária”.

3.2 O CAMPO COM OS PEQUENOS AGRICULTORES

Como abordei anteriormente, meu objetivo inicial havia sido demonstrar os impactos socioambientais das PCHs do rio Branco causados aos povos indígenas e como eles se organizavam frente a esse problema. No desenvolvimento da pesquisa, diversas vezes me deparei – a partir de dados e de conversas com informantes – com o fato de que eu não poderia ignorar a participação e os problemas enfrentados por tantos agricultores da região. Além da relação entre estes e os indígenas e a forma como se deu essa aliança frente às PCHs.

Ao retornar pela primeira vez da Terra Indígena à cidade de Alta Floresta, ainda procurando informações acerca das PCHs, resolvi andar pelo município sem rumo. Acabei encontrando e reconhecendo algumas das instituições presentes na cidade que participaram ou participam dos debates acerca das PCHs, dentre elas, algumas igrejas. Primeiramente, fui até a Igreja Luterana, que pertence ao Sínodo da Amazônia e onde há atuação do COMIN. Lá obtive algumas informações e recebi um DVD do documentário produzido por movimentos sociais de Alta Floresta acerca das PCHs, chamado *O Canto de Esperança do Rio Prisioneiro*. O documentário foi promovido especialmente pelo COMIN da Igreja Luterana, a Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Ji-Paraná da Igreja Católica, além da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MPA. O documentário conta com a participação de indígenas e agricultores, além de militantes de movimentos sociais relatando um pouco da história da ocupação da região e a chegada das PCHs.

Figura 15: - CAPA DO DOCUMENTÁRIO SOBRE AS PCHS DO RIO BRANCO



FONTE: Verbo Filmes (2013).

Na Igreja Católica consegui diversos contatos de agricultores que possuíam propriedades, principalmente na linha 47,5 do município, com isso pude visitá-los e conhecer um pouco do significado da questão das PCHs para eles. Mas foi no MPA onde obtive o maior apoio e quantidade de informações. Lá recebi diversos materiais que foram guardados da época que o MAB atuava ainda na região. O MPA lançou também um aviso aos agricultores da região interessados em relatar a sua história, que eu estaria lá para conversar com eles sobre as PCHs do rio Branco.

Houve a oportunidade, também, de conhecer mais de perto tanto essas propriedades rurais quanto as próprias barragens, pois eu havia visitado apenas as que estavam na estrada rumo à terra Indígena. A região possui diversos pequenos agricultores em pequenas propriedades. Nessa região, um lote de terras tem o padrão de 21 alqueires, entretanto, a variedade de tamanho das propriedades é grande. Diversos agricultores possuem pouca terra,

com cerca de 10 alqueires, e mesmo nessa situação ainda produzem culturas diferentes dividindo a terra com os filhos mais novos.

Primeiramente, é notável a preocupação dos pais para que a condição de agricultores continue sendo a ocupação de seus filhos e netos, segundo eles “só é possível essa atividade a partir da terra e sabendo trabalhar com a terra”. É necessário ressaltar que trabalhar com a terra, nesses casos, se configura como uma atividade na qual o imperativo é a produção agrícola diversa e familiar, em oposição ao agronegócio monocultor. Há grande reprovação pelas propriedades que se rendem à monocultura e, principalmente, ao arrendamento das terras para pecuária, de forma semelhante à reprovação pelas atividades urbanas.

Durante minhas visitas à sede do MPA permanecia diversas vezes sentado enquanto os atendimentos aos agricultores da região aconteciam. Muitos visitavam a sede do MPA como ponto de encontro para discutir decisões acerca da produção agrícola e comentar a situação de sua produção. Falar da terra é falar da família e do trabalho. Ouvi várias vezes a reclamação de que os filhos não queriam mais ficar nos sítios, pois queriam estudar. Esses pais, chefes de família, reendossavam a desaprovação questionando por qual motivo haveriam de estudar? Para eles, Alta Floresta não possui indústria ou nenhuma carreira promissora que não seja a carreira rural. E mesmo que fosse para estudar agronomia, isso corria o risco maior de ocorrer um casamento com alguém da cidade, o que preocupava ainda mais por causa dos problemas com a herança e o futuro da terra da família.

Os filhos desses senhores muitas vezes preferiam a cidade e os empregos relacionados ao setor de serviços no pequeno comércio da cidade do que continuar a trabalhar na terra do seu pai, mesmo que já tivessem uma roça somente sua oferecida pelo pai.

Nesse sentido, todo homem é criado voltado para a produção agrícola. Desde jovem, a criança auxilia na produção agrícola de seu pai e ao atingir a adolescência – entre 15 e 17 anos – o pai oferece ao filho (todos os filhos homens) uma pequena parte de terra. Nesse local ele desenvolverá uma roça, a qual ele será responsabilizado individualmente. Apesar disso, o jovem não se torna livre das responsabilidades da roça da família, trabalhando assim em ambas as roças. Ao atingir a maioridade, ele se concentrará cada dia mais em sua própria roça, economizando os recursos que ganha com ela para que, assim que se case, possa construir uma nova casa independente para a família que ele formará. Ao se casar, ele e seus irmãos, novas casas são construídas dentro da propriedade originária de seus pais, de modo que a terra do pai torna-se um centro de circulação e de segurança financeira para diversos parentes. Como no caso analisado por Moura em Minas Gerais, a terra se configura como uma mesma propriedade jurídica, mas com unidades econômicas independentes (MOURA, 1978, p.38).

No caso das mulheres, a divisão dessas terras se dá de maneira diversa. É esperado que elas se casem também com alguém do mesmo distrito ou linha, de modo que quando se casar ela se mude para o pedaço de terra recebido pelo seu marido. Em alguns casos, a filha mulher também recebe um pedaço de terra de seu pai, mas somente em caso de alguma dificuldade financeira e somente após o casamento, diferentemente dos filhos que recebem e aprendem a lidar com a terra de maneira independente mesmo na juventude.

A todo momento o discurso de “manter a integridade da terra” é mencionado como o único objetivo pelo qual trazer todos os parentes para a mesma propriedade, ao menos até que possam ter condições de comprarem outras terras. Toda essa divisão se dá a partir da informalidade e é decorrente dos valores estabelecidos nas relações de parentesco. Só recebe terra quem é parente, no entanto, em nenhum momento há qualquer divisão a partir do campo jurídico. É de vontade fortemente expressa a ideia de que a integridade da terra deve ser respeitada, para que seja identificada como a terra da família. Caso ocorra a divisão de maneira igualitária entre seus herdeiros, teme-se que a propriedade se desintegre em pequenos terrenos e culmine no arrendamento de terra para a pecuária. A preocupação com o arrendamento se torna constante, pois mesmo aqueles que resistirem à pressão de arrendar, podem ter sua produção agrícola inviabilizada economicamente pela partilha das terras herdadas em propriedades pequenas demais. Tal inviabilidade se daria principalmente a partir da dificuldade do transporte da produção sem a divisão com seus irmãos.

Outro fator recorrente entre as famílias é o crescente conflito geracional entre os parentes. Os mais jovens, com as oportunidades de estudo e emprego na cidade, pedem aos pais que financiem algum estudo na cidade ao invés de aprenderem a utilizar a terra. O que seria uma solução de eliminação de um herdeiro, como no caso de Moura (1978), torna-se outro problema com a diminuição de filhos herdeiros disponíveis, não o da terra se dividir entre muitos herdeiros, mas o de que a terra em sua totalidade fique com um filho que não se interessa pela atividade agrícola e culmine no arrendamento da propriedade toda para a pecuária.

Resistir ao arrendamento é uma prática cooperativa com os vizinhos e parentes. Os agricultores enfatizam que, ao se negar arrendar a terra para a pecuária de corte, reforçam a resistência da vizinhança. Desse modo há mais pessoas para colaborar na divisão do frete da produção agrícola local. Assim, mantêm-se a viabilidade econômica dessa produção. Para além das questões econômicas, ressalta-se também que a integração entre vizinhos cria uma relação na qual as pessoas possuem a vontade de permanecer nos sítios, pois lá estão seus

amigos, sua igreja e sua família. Quando as pessoas vão se mudando e o número de moradores diminui, permanecer no local torna-se mais difícil.

Algumas estratégias econômicas vêm sendo adotadas pela geração mais velha para atrair os mais jovens, como a criação de pequenas agroindústrias que processem os produtos da propriedade nesse mesmo espaço, de modo que mantenha a geração mais jovem no campo, dando a oportunidade de algum estudo na cidade que se aplique aos problemas rurais. Essa opção é muito presente com os criadores de gado leiteiro, criando agroindústrias de produtos derivados do leite.

3.3 TERRA, FAMÍLIA E TRABALHO: OS PEQUENOS AGRICULTORES DE ALTA FLORESTA D'OESTE

Entre os pequenos agricultores, a atividade política contra as barragens se deu principalmente através dos movimentos sociais como o MAB e o MPA, como dito anteriormente. Entretanto, os problemas enfrentados por essas pessoas são qualitativamente diferentes dos indígenas, e por estarem mais próximos das barragens suas terras foram impactadas diretamente com o alagamento de centenas de alqueires.

Figura 16: DISTRITO DE NOVA GEAZE LINHA 47,5



FONTE: Foto retirada da página no Facebook do distrito de Nova Geaze.¹¹

Figura 17: DISTRITO DE NOVA GEAZE LINHA 47,5



FONTE: Página no Facebook do distrito de Nova Geaze¹²

¹¹ Disponível em < <https://www.facebook.com/novageaze.districtodealtafloresta?fref=ts> > Acessado em Jan/2016

¹² Disponível em < <https://www.facebook.com/novageaze.districtodealtafloresta?fref=ts> > Acessado em Jan/2016

A região às margens do rio Branco é relatada como sendo uma região de ótimas terras para agricultura e, possuindo como grande vantagem, ser mais plana do que as terras mais longe do rio, que possuem muitas pedras, inviabilizando a agricultura. Nas palavras de José Guião, ex-morador da região, “Não existe terra melhor que a terra de ali pra baixo, nas terras de morro tem muita pedra e as terras na beira do rio era terra plana, terra boa, fértil.” As diversas propriedades que seguem o rio Branco formavam grandes comunidades onde a interação entre os vizinhos é relatada com grande nostalgia pelos agricultores que deixaram a região.

“Assim que vim pra Rondônia fui morar na beira do rio Branco que foi onde fiz toda minha amizade com Alta Floresta, que fiz amizade com o tal do rio Branco e conquistei muita coisa, quem me deu a camisa foi 47,5 foi ali onde eu morava. As melhores terras são localizadas onde eu falo para você que Alta Floresta não recebe um centavo de compensação! Só uma usina é 200 alqueires, você imagina as outras que vão ocupando, vão acabando, vão estragando e ela não recebe benefício. A verdade é essa, que não tem benefício. (Aldelino)

Essas populações são de migrantes da região sul do país além de estados como o Espírito Santo e Minas Gerais. Todas essas populações possuíam uma religiosidade muito intensa, se dividindo entre a Igreja Católica e a Igreja Luterana, nesse caso em especial com a população pomerana. Isso justifica também a capacidade e intensidade de organização política pautada e organizada principalmente através das igrejas. Os movimentos católicos ligados à teologia da libertação envolviam alguns desses agricultores diretamente com a política partidária na figura do PT (Partido dos Trabalhadores).

Quando as barragens começaram a ser construídas, diversos problemas imediatos se fizeram presentes, dos quais em primeiro lugar coloca-se a propriedade onde se dá a construção da barragem. Desde o princípio a relação das empresas construtoras, em especial do grupo Cassol, com os agricultores se deu a partir de propostas de compra das propriedades afetadas diretamente pelas barragens. Por diretamente devemos compreender propriedades que seriam utilizadas para construção das instalações de cada uma das PCHs ou propriedades que seriam alagadas pelas PCHs. Nenhuma propriedade afetada indiretamente, dos relatos que recolhi, obteve qualquer compensação ou proposta para compra. Ou seja, as terras que foram alagadas receberam propostas, as pessoas que ficaram em regiões isoladas, por motivo de alagamento da estrada ou inviabilidade econômica, permaneceram onde estavam ou abandonaram suas terras. Há ainda aqueles que resistiram em um primeiro momento e acabaram vendendo essas terras por um valor reduzido após permanecer sozinho em sua vizinhança.

Para além dos impactos diretos, que se resumem majoritariamente no alagamento das terras, diversos outros impactos – muitos nem previstos pelos agricultores – tornaram-se graves. Relativo aos impactos ligados às questões de cunho econômico há o fato do transporte da produção de muitos desses agricultores ter sido inviabilizada. A região é composta, em sua grande parte, por pequenas propriedades, divididas entre irmãos elas se transformam muitas vezes em roças menores que cinco alqueires. Para escoar os produtos produzidos, os agricultores se uniam para fazer a contratação do frete e dividir o seu custo, o que tornava economicamente viável a produção. A partir da mudança de várias famílias que venderam suas terras, pouco a pouco produzir se tornou mais caro às margens do rio Branco, pois já não havia muitos vizinhos para dividir o custo do escoamento desta produção, sendo este um dos primeiros impactos tardios causados pelas hidrelétricas. Com o progressivo esvaziamento da região, escoar a produção ficou cada vez mais caro, até se tornar de fato impossível pela falta de disponibilidade de caminhões que fossem até o local.

Antes um caminhão trazia cereais de mais de uma família. Depois conforme as pessoas foram saindo foi dificultando ainda mais, porque ficou até difícil de algum caminhão ir até lá. Quando vai, ele sai caro demais e pode não compensar. Eu deixei de ter lavoura por causa disso. (Osmar)

A diminuição do número de pessoas nessas regiões causou a conseqüente queda de opções de mobilidade, além dos aumentos dos fretes dos produtos agrícolas. Apesar de ser reconhecido também que com a acessibilidade aos financiamentos rurais a compra de um meio de transporte próprio tornou-se mais fácil, as compras são de automóveis e motocicletas para transporte individual ou da família e não para transporte de produção.

Os rios que o pessoal gostava de pescar e de nadar já não dá mais pra usar, não tem mais as igrejas, os vizinhos que eram tudo perto, uns 200 m de uma casa pra outra, agora já não tem mais isso, você anda um monte e não tromba com um ser vivente. Antes tinha caminhão na linha, tinha 3 por dia carregando gente direto, depois 2 caminhão e um ônibus e andava tudo lotado, e agora o ônibus de linha tem duas vez por semana. Por outro lado agora tem o povo andando de moto e carro, isso é bom, mas foi por causa do governo federal, né. (Valdecir)

A indisponibilidade ou inviabilidade econômica do escoamento da produção agrícola pressionou os pequenos agricultores que restaram, ficando muitas vezes sem outra opção que não seja a de arrendar suas terras ou mudar sua atividade para criação de gado de corte. Moralmente, as atividades relacionadas à criação de gado de corte são caracterizadas pelos pequenos agricultores enquanto uma descontinuidade entre o trabalho e a terra, transformando-os em “funcionário de frigorífico”. Essa atividade, portanto, não é muito quista por esses agricultores.

É relatada sempre uma pressão por parte dos empreendedores em suas negociações com os agricultores, no sentido de que se estes não aceitassem a oferta agora, depois o preço seria pior e eles sairiam ainda mais prejudicados. As transações se davam na efetiva venda da terra ou na troca da terra por uma outra, que seria negociada entre os empreendedores e os agricultores.

Se tinha pressão? Claro que sim, moço. Não fui ameaçado de “eu vou te matar” não, mas ameaçado com palavra atropelar usaram um monte de vez, que ia vender pra outras empresas usarem, que se a gente resistia ia ficar debaixo d’água porque a usina ia ser mesmo construída, então é pressão de todo lado. Usa a expressão “eu vou te matar” ele não usou porque também não é doido. Mas você chegar no seu sítio ver pé de bananeira cortado, ver seu pé de café cortado, ver sua planta cortada, (...) cheguei um dia e pedi “vocês estão me danificando o chiqueiro” por queriam passar com um aparelho, um trem...e não te pedia autorização, nunca me pediram pra entrar dentro da minha propriedade, nunca! O você sabe e eu sei que a gente é preservador do que a gente tem, dono ninguém é dono de nada, que eu não concordo que o cara é dono, mas que é um preservador e acompanha eu falo que sim, então eles tinham de respeitar isso. (Adelino).

Outra mazela que as PCHs trouxeram para a região são as linhas de transmissão. A legislação impossibilita o cultivo embaixo dessas linhas. Isso causou a inviabilidade econômica da produção das propriedades menores, em especial aquelas pertencentes “a geração mais nova” que recebeu dos pais uma pequena parcela da terra para cultivar a sua própria roça. Essa situação desestimulou ainda mais os jovens a continuarem no campo – como desejam os pais e avôs – intensificando o conflito geracional e causando a “desistência” de muitos jovens que se mudaram para cidade.

Os acidentes provenientes dessas torres de transmissão de energia trouxeram grandes prejuízos na região, por diversas vezes atingiram as pequenas propriedades, algumas delas causando a morte de gado eletrocutado, outras vezes ferindo pessoas e chegando até mesmo a causar a morte de uma pessoa. Os pequenos produtores reclamaram do fato de que essas linhas passam por suas propriedades sem nenhum aviso, tampouco um pedido de autorização, repartindo com eles somente o prejuízo e os incômodos causados.

As PCHs também inundaram uma estrada que havia nos arredores e era fundamental para o acesso à cidade, nesse caso o grupo Cassol deveria construir outra estrada que viabilizasse a permanência de vários agricultores que dependiam dela. Entretanto, tal estrada não existiu por muito tempo, criando um sistema de pressão que fez com que alguns desses agricultores também deixassem a região. Após a construção da estrada, por ela possuir um trajeto mais longo e por um terreno mais acidentado, nos períodos chuvosos muitas vezes a região fica isolada.

Nós fomos ao ministério público e conseguimos isso. Depois teve um proprietário que não queria que a estrada passasse no território dele, ele era meu vizinho, daí me procuraram e eu posso até ceder mas tem um custo, daí concordaram com a minha proposta e me pagaram, pegaram um pedacinho do meu sitio. Mas na minha terra essa estrada passa por um morro que sempre dá problema quando chove, muita gente fica atolada. É difícil no período de chuvas, ainda mais sem manutenção nenhuma da estrada como tá hoje em dia. (Osmar).

Há também outros prejuízos que não são econômicos, mas que são descritos como os piores impactos causados pelas PCHs. Pessoas que viveram toda sua vida, que construíram suas trajetórias à beira do rio Branco, relatam a dificuldade de deixar tudo e seguir na incerteza de uma nova região. Nota-se que a terra se relaciona diretamente com a memória, e a memória é ligada diretamente à história de vida.

Mostrar a história de vida pros nossos filhos é importante para que eles valorizem a roça, se eu largar minha terra com qualquer um [arrendando], como vou querer que meu filho tenha orgulho do pai e goste da terra? Essa terra que me deu sustento, essa terra que me deu amigos, essa terra que me orientou ao caminho de deus, essa terra me deu minha família (Osmar)

Eu vou contar um pouco como eu vim parar aqui. Quando a gente viemo pra cá, a gente não passou fome eu, a mulher e os dois fio, mas se pensar que a gente passou muitos dias sem comer arroz, outros dias sem gordura, mas o que nunca faltou aqui foi o sal e a vontade de trabalhar, você conhece aquele tomatinho que dá na roça? Um redondinho, era nativo daqui, aquele tomatinho com quiabo e angu de milho verde fez sucesso! Pra você adquirir uma galinha precisa dá dois dias de serviço, aqui não tinha nada. No primeiro ano trabalhando, consegui comprar 5 alqueire de terra e daí tinha o programa do INCRA, mas você jogar a mulher com duas criancinha aqui à 40 – 50 km de a pé a gente preferiu ficar mais perto pra dar mais conforto a família. Aí hoje a gente tá bem, mas trabalhei mais de 48 horas sem voltar pra casa. Foi o que tive de passar pra adquirir aquela propriedade na beira do rio Branco com 42 alqueires. Elas eram várias propriedadezinhas pequeninhas que davam 42 alqueires todas junta (...). Assentamento do Incra tinha mais eu nunca peguei. Eu dei o nome, mas quando me chamaram eu já tinha 5 alqueire de terra e aí eu não pensava muito de acumular terra. Hoje posso dizer que sou um cara feliz, não quero mais nada, portanto já tem uns 15 anos que eu não compro mais um pedacinho de terra e não quero mais. Os menino [os filhos] já compraram o pedacinho de terra deles, mas eu não quero mais do que eu tenho, tá bom, não quero possuir mais nada, pra dar conforto pros meus netinho. (Adelino).

Ao abandonar a terra em que viviam, essas pessoas muitas vezes abandonaram as relações sociais estabelecidas entre vizinhos, a partir da Igreja da região e a partir da escola. Parcerias que são ressaltadas antes de tudo por serem cordiais, em oposição a uma parceria econômica para divisão do frete, por exemplo. A mudança e o abandono dessas terras desmobilizou também a articulação política, pois a associação que existia dos produtores rurais do rio Branco foi desmobilizada.

A associação que nós tínhamos, que tanto nos ajudou na luta contra os Cassol foi acabada. Se chamava Associação dos Produtores Rurais do setor Rio Branco – praticamente ela tá inativa porque quase não tem mais gente lá. Eu fui presidente dela por muito tempo, depois entrou outros que seguraram ela de pé. Mas agora não

dá não, saco vazio não para em pé. Como vai ter associação se não tem gente? Vai ser associação do quê? (Adelino).

3.4 A ARTICULAÇÃO FRENTE ÀS PCHS

No caso das PCHs, a articulação política se deu através dos movimentos sociais e das igrejas, como descrito anteriormente. As negociações por parte dos empreendedores se deu com os agricultores de maneira individual, caso a caso, e somente foram contatados aqueles proprietários de terras afetadas diretamente pelas PCHs, ou seja, terras que foram inundadas ou necessárias para a construção das instalações da barragem. Excluí-se desse processo todas as terras afetadas por inviabilidade econômica pela falta de vizinhos para o pagamento do frete, as terras que ficaram isoladas por causa da estrada ou mesmo as que sofreram de alguma maneira com a linha de transmissão em suas terras.

O alcance das negociações com os agricultores, desse modo, foi muito limitado. No caso da PCH Rio Branco a inundação de terras se deu ao longo de duzentos alqueires. Assim, as propriedades que possuíam terrenos dentro desses duzentos alqueires foram pagas ou trocadas por outras terras, enquanto todas as outras propriedades vizinhas se mantiveram sem nenhuma compensação e, por esse motivo, várias delas se encontram abandonadas.

Apesar de tudo, diferente dos indígenas que relatam as movimentações em busca de compensações por motivo das PCHs enquanto uma reivindicação atual, os agricultores relatam essas “lutas” como algo pertencente ao passado. Em especial aqueles que resistiram por mais tempo às pressões dizem que aquilo que eles conseguiram – embora muito pouco – era o melhor que foi possível, não haveria mais nada que eles pudessem fazer. A desarticulação do movimento se deu através das negociações individuais que faziam com que, pouco a pouco, o movimento fosse esvaziado. Não por não haver mais motivações políticas após a venda das terras, mas, principalmente, porque a maioria desses agricultores se mudou de Alta Floresta d’Oeste para regiões mais isoladas – onde havia terras mais baratas em Rondônia – como a cidade de Buritis. A distância fez com que muitos dos agricultores envolvidos no processo do MPE-Alta Floresta d’Oeste não fossem mais contatados, faltando com informações ao processo.

A desarticulação e as negociações individuais são atribuídas à falta de união entre os agricultores e ao medo de que, se resistissem muito, chegaria um ponto onde, aos poucos que restaram, não sobraria nenhuma oferta para suas terras, causando a perda de tudo o que tinham. Adelino foi um dos líderes das negociações dos agricultores com os Cassol, por ter resistido até o fim ele sente orgulho de ter conseguido algo melhor que a maioria dos outros

agricultores, entretanto lamenta a desunião dos mesmos na falta de uma negociação conjunta. Depois dessa movimentação política, chegou a ser candidato a vereador pelo PT nas últimas eleições. No trecho da entrevista a seguir ele relata sua relação com o grupo Cassol e as negociações:

Eu: Você vendeu a terra para os empreendedores?

Adelino: Na verdade eu nunca vendia terra, eu fui obrigado a negociar com eles. Eu falo que tem aquele velho ditado “quem resiste sai bem”, eu fui o único que resisti, hoje se falar que eu piorei de situação é mentira, mas se falar onde eu vivi trinta anos na beira desse rio Branco é doído a amizade que você fez, o trabalho que você fez, você pegar e sair. Ai eu fui indo, fui obrigado a negociar, obrigado! Porque senão eu tava morando na minha região até hoje, que eu não sou de mudar. Negociar é do jeito que eles quer não é do jeito que você quer, não foi do jeito que a gente quer. Lá eles compraram terra tendo o documento de 5 mil [reais] por alqueire. Você vê hoje, 7 – 8 anos depois, o que os cara negociaram por 5 mil [reais] hoje vale 50 [mil reais] ! Então você vê o prejuízo que teve e mais o impacto ambiental pra Alta Floresta. Mas você imagina o impacto que deu Alta Floresta perde 200 alqueire de terra pra uma pessoa só [no caso, a PCH Rio Branco], que hoje a gente não tem compensação de um centavo, a gente não tem. Ai você imagina, a gente foi desapropriado. Hoje existe gente das propriedades que nós morava que hoje num tem terra, nunca mais! Tem uns quatro deles que faleceu, que veio a falecer desesperado, eu falo que tudo foi desespero, tinha terra, deixou de ter. Hoje ainda tem pessoas que tá com sua terra ainda, seu Geraldo não ta aproveitando da terra dele, tem a filha do Jair Kil que também tem propriedade lá e num ta pegando um centavo por nada. E a usina vai funcionando, então isso é uma injustiça que acontece com o povo, e todo que mundo lá ninguém tinha intenção de mudar. Eu fiz uma troca com eles, mas nem todos fizeram. E quando a gente incentivava o povo “gente, vamo então só fazer em base de troca porque é melhor pra nós, nós não troca de vizinho, troca de nada, só troca de terreno”, mas não foi bem aceito, cada um pensava só “Não, eu vou pega tanto, eu saio bem”

Eu: As negociações foram um a um?

Adelino: Foi um a um e com pressão, ta?!

Eu: Os que cederam primeiro acabaram se dando pior?

Adelino: Se deram pior, ai quem persistiu foi pressionado e ganhou folego. Eu fui pressionado por três: o filho do Ivo Cassol, Júnior Cassol, fui pressionado pelo Daniel Denha, que era o prefeito da cidade e fui pressionado pelo Editário Cassol, isso daí não tem segredo comigo que eu não tenho prova de tudo de tudo, mas tenho prova de um pouco das pressão que me fizeram. Até quem persistiu foi pressionado.

Sigaud (1994) afirma que os grandes empreendimentos hidrelétricos são os responsáveis pelo deslocamento compulsório de milhares de brasileiros, em especial as populações rurais. Essa grande diáspora desordenada contribui para as condições de pobreza dessas populações. Sobre o contexto de construção da UHE Sobradinho, Sigaud afirma que nem sempre as populações rurais concebem a real dimensão do que significa a construção de uma barragem em suas terras, por esse motivo a articulação política e as reivindicações ficariam incompletas, pois, por mais que os camponeses da região da UHE Sobradinho

exigissem a permanência em terras próximas às águas do São Francisco, isso se deu de maneira precária, assentando-se essa população às margens do lago de Sobradinho. Parcela dessa população não tinha nem acesso direto ao lago, dificultando suas atividades com determinadas culturas que precisam de irrigação no semiárido brasileiro.

No caso da UHE Itá, no rio Uruguai, a situação se deu de maneira diferente. Sigaud (1992) explica que por conta das relações estabelecidas com parentes e amigos que sofreram os impactos da UHE Itaipu, a população da região do rio Uruguai pôde ter alguma ideia dos resultados da construção de uma barragem próxima a suas terras. Esse conhecimento gerou uma desconfiança constante nas propostas da ELETROSUL, o que motivou a articulação dos agricultores dessa região em um movimento antibarragem, aglutinando diversas instituições como sindicatos e Igrejas.

Sigaud (1992) opôs dois casos distintos, o caso da UHE Sobradinho e seus problemas e o da UHE Itá que, através da mobilização de movimentos sociais, conseguiu melhores condições para as populações transferidas. Opera nessa disputa o chamado “efeito arrasto”, descrito no capítulo anterior, no qual se argumenta que os prejuízos causados pelas hidrelétricas serão menores que as mudanças econômicas que trarão “progresso” à região. Mas, na realidade, a construção desses empreendimentos acaba apenas por deixar esses habitantes em uma situação de maior pobreza, sem tampouco compartilhar com estes o previsto “progresso”.

Diferentemente de ambos os casos apresentados por Sigaud, o que vi entre os indígenas e agricultores foi uma situação bem consolidada sobre suas reivindicações. O que há é a frustração com a injustiça, mas também com a política – no caso indígena, a política do branco – e, no caso do pequeno agricultor, com a desunião e a falta de articulação conjunta. Não necessariamente essas populações possuem real dimensão do que significa a construção dessas barragens, o que nos documentos não é claro nem mesmo para os técnicos do Ministério Público. O que marca a construção de barragens dentro do campo técnico é a incerteza e, ao contrário do esperado, quem consegue prever alguns desses impactos são os próprios moradores que conhecem o rio, ou seja, esse desconhecimento não implica em má formulação de reivindicações.

O MAB foi muito presente no período de maior articulação política entre os indígenas e os agricultores, resultando em diversas ações políticas e marchas bloqueando rodovias e indo até Brasília. Para os agricultores

A gente teve uma boa relação com eles[o MAB], com os índio, através de reunião, através de encontros, através de almoço comunitário então eles veio dá força junto

com nós, com a organização MAB. Ai, praticamente, a gente perdeu bastante a força por conta deles [os empreendedores do grupo Cassol] chega em pessoa individual, se chegava no grupo pra negociar era outra coisa, um tirava ideia com outro, mas quando pensava que não pegava os mais simples e foi negociando e a gente foi perdendo a força. O contato com os índios pra mim foi bom conheci, praticamente, um pouco a vida deles e pra mim eu vejo assim se for pra mim defende eles toda hora que precisa eu to junto. Mas falo que eles podia ter saído melhor, porque eles não participaram na audiência com o juiz então é igual falei pra você, eles deixou pendente a audiência. (Osmar).

A tensão entre indígenas e agricultores se deu a partir das negociações individuais por parte dos Cassol com os agricultores. Para os agricultores, isso desarticulou o posicionamento coletivo e os enfraqueceu, esvaziando uma por uma as suas reivindicações. Do lado indígena, eles se sentiam demasiado cobrados e viam pouco a pouco esse esvaziamento da mobilização dos agricultores. Por esse motivo, os movimentos sociais, como o MAB, chamaram os indígenas para tomar o protagonismo das reivindicações. Todavia, dada a desconfiança e frustração com a política dos brancos – que para os índios não resulta em nada, é sem eficácia –, as reivindicações acabaram sendo deixadas de lado por parte dos indígenas. Naquele período, a direção da Associação Indígena era outra e apenas recentemente foram retomadas as mobilizações pelos mesmos.

A aliança entre os diferentes grupos se demonstra nesse sentido a partir de uma oposição exterior, no caso, as PCHs. O que observei é que, com o enfraquecimento da resistência por parte dos agricultores – dadas as negociações e pressões individuais –, também se enfraquecia a aliança com os indígenas, pois a ideia de um objetivo em comum se tornou dispersa. Ou seja, o pertencimento político dentro dessa categoria mobilizada por “atingidos por barragens” deixa de existir na medida em que essa aliança se enfraquece, de tal modo que, hoje, as reivindicações se apresentam completamente separadas. De um lado há os agricultores que consideram as PCHs um problema não resolvido, porém, um problema do passado em que nada mais pode se feito. Enquanto do outro lado há os indígenas, que falam disso como uma pauta do presente, mesmo após mais de vinte anos de PCHs, e seu aparente silêncio durante um período em que o processo ocorria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação abordou questões referentes ao contexto etnográfico que envolve a construção de PCHs ao longo da bacia do rio Branco no município de Alta Floresta d'Oeste. Como relatado na introdução, essa dissertação percorreu um caminho a partir da etnografia e da viabilidade da execução dessa pesquisa. Assim, apesar do esforço inicial ter se focado em descrever o processo de discussão e formação de posições coletivas entre os indígenas, meu objetivo central se concentrou em descrever o contexto de construção dessas PCHs, abordando os problemas enfrentados pelos povos indígenas e pelos pequenos agricultores do rio Branco.

Estudou-se mais um caso no Brasil de conflitos e divergências políticas acerca da construção de grandes obras envolvendo a população afetada e a opinião pública. Analisei o argumento de alguns setores do poder público de que essas grandes obras trazem o desenvolvimento e progresso para esses municípios, e, por isso, são motivos para tolerar ou sofrer esses impactos, como se fossem algo a “ser pago” pelo desenvolvimento.

A temática das hidrelétricas e os impactos socioambientais não são exatamente novos e são progressivamente mais intensos no caso das populações indígenas, na medida em que o governo federal e seus técnicos acusam que a viabilidade do desenvolvimento no Brasil passa pela geração de energia na Amazônia. Um dos esforços que essa dissertação fez foi de apresentar mais um desses casos nesse processo de geração de hidroeletricidade na Amazônia, em especial, enfatizando a gravidade das PCHs, que mesmo pequenas causam grandes impactos, especialmente quando construídas em grandes complexos hidrelétricos.

Entretanto, os temas abordados neste texto foram além de uma simples narrativa da luta e da articulação política antibarragem na região. O meu foco foi apresentar como a construção dessas barragens causou reações tão diversas entre os indígenas e os pequenos agricultores. Em diversos biomas e bacias hidrográficas tivemos embates recentes entre a lógica expansionista e desenvolvimentista com a questão ambiental e os povos tradicionais. Nesse contexto, a Antropologia recente tem focado em produções etnográficas que retratam as maneiras com que esses projetos são implementados e como os povos tradicionais têm reagido. Esse modelo expansionista criou a concepção que o desenvolvimento e o progresso são antíteses dos povos tradicionais e de áreas consideradas inóspitas da Amazônia brasileira. As ideias de progresso e ocupação não são novas em relação à região norte, como abordamos nas questões dos planos de colonização da Amazônia. Entretanto, a expansão do sistema de transmissão de energia do Brasil, aliado ao discurso de que o potencial hidrelétrico das

regiões sul e sudeste estariam quase esgotados, o plano de energia avança hoje na Amazônia em uma reedição do velho discurso de ocupação e colonização territorial desses estados.

O progresso e o desenvolvimento são descritos enquanto inegociáveis e únicos, não existindo outro caminho, trazendo consigo a inevitabilidade do avanço das hidrelétricas que acaba sempre sendo apontada pelo viés economicista, em duas vias distintas. E uma dessas vias, a hidrelétrica, transforma-se em um mal necessário do qual a economia nacional necessita como sua condicionante para o desenvolvimento e, muito além de um mal necessário, ela é vista como positiva já que “poucos países possuem uma matriz energética tão barata como o Brasil” (afirmação constante entre autoridades e documentos que exaltam a hidroeletricidade). A outra via aponta que as hidrelétricas são não somente as condicionantes para o desenvolvimento, mas o desenvolvimento em si, pois elas trariam empregos, investimentos e “progresso” para o interior do Brasil. Para Fearnside & Laurence, isso é o que se chama de “efeito arrasto”.

Esse efeito arrasto está condicionado à existência de grandes obras e são acionados mesmo após graves desastres decorrentes das construções. Mesmo após as enchentes de 2014 no rio Madeira, ou mesmo após a perda de terras e agricultores no município de Alta Floresta, esses benefícios pouco específicos são sempre acionados para um cálculo subjetivo que demonstram que, ainda assim, os ganhos seriam muito maiores que as perdas. A dicotomia entre os argumentos sociais *versus* o econômico se dissolve em dados técnicos produzidos em documentos na lógica de uma equação de viabilidade, como demonstrada por Morawska (2014).

No caso específico dessa dissertação, enfatizei que, não somente os grandes empreendimentos são causadores desses grandes danos aos povos indígenas e agricultores, mas também os pequenos. As PCHs representam, na verdade, uma ameaça ainda maior. Talvez pela magnitude das obras, alguns dos impactos dos grandes empreendimentos se tornam mais evidentes, que causam maior fiscalização e, conseqüentemente, compensação e mitigação (apesar costumeiramente insuficientes). As PCHs, como destaquei, são construídas através de um processo de licenciamento muito mais simples, por terem produção de energia menor que 30MW, elas estão isentas de EIA/RIMA de modo que regiões como a bacia do rio Branco possuam PCHs há mais de vinte anos sem que nenhuma compensação tenha sido feita. Além da facilidade decorrente da legislação ser mais flexível, essas obras são feitas, muitas vezes, sem nenhuma fiscalização, de modo que, na bacia do rio Branco, houve transferência de águas entre bacias distintas de maneira irregular, sem nenhum EIA/RIMA. Tal fato foi descoberto depois de dez anos, conforme o processo do MPF.

As PCHs, além de tudo, demonstram, segundo a argumentação técnica, hoje inviáveis. Os incentivos à produção de hidroeletricidade em PCHs de Rondônia vem de um período anterior à ligação do Sistema Rondônia-Acre ao Sistema Interligado Nacional, no qual as regiões isoladas dependiam da produção local de energia, muitas vezes, através de geradores a diesel. Entretanto, após a construção da UHE Samuel dentro do sistema Rondônia-Acre, ainda nos anos 1980, ou após a ligação ao SIN, que tornava essas pequenas cidades - antes dependentes da produção de energia local - consumidoras de energia das grandes barragens nacionais. Além disso, no contexto geral amazônico, o SIN se tornou um incentivo à exploração dos recursos amazônicos onde são alterados e explorados em função do desenvolvimento do sul-sudeste brasileiro (CUMMINGS, 2013).

As barragens trouxeram para os indígenas mais que o impacto ambiental geralmente previsto nas grandes obras. A barragem trouxe o impasse político e as discussões acerca da tomada de decisões. Proporcionalmente, pouco se ouvia entre eles sobre os impactos da seca do rio ou do sumiço de determinado peixe, o que aparece de forma predominante são as reclamações com a política dos brancos e os planos para formulações de exigências compensatórias. Isso é, então, central para eles.

Já entre os agricultores a discussão passa a orbitar em torno da questão da terra e menos sobre processos de liderança. Isso não significa que a política esteja ausente, mas é colocada em outros termos. Falar dos impactos das barragens para os agricultores é falar da terra, e falar da terra é falar das memórias, relações sociais, afetivas, sobre famílias entre outros. Há também a diferença do tempo, como apontei desde o início, a PCH é presente para os indígenas e passado para os agricultores.

O tema das PCHs entre os indígenas da TI rio Branco se encontra na formação de posições políticas e na discussão desta divisão de atribuições políticas e representativas que as PCHs trouxeram. A ênfase, nesse trabalho, foram os impactos da construção de PCHs em outra escala. Os impactos ambientais diretos, como vazão do rio, desaparecimento de alguns peixes, superpopulação de outras espécies são tratados nos documentos oficiais, como o processo do MPF, entretanto as implicações sociais sobre a política não são debatidas. O que se nota ao conversar com essas pessoas sobre as mudanças que surgiram após a construção dessas barragens é um desequilíbrio entre os diferentes temas: 1- As condições ambientais e suas implicações sociais; 2- As disputas, soluções e decepções com a articulação política dos brancos.

A narrativa sobre os impactos no rio e no cotidiano se dá de maneira muito rápida, apesar da grande preocupação com o transporte ou o desaparecimento do tracajá. A partir

desses problemas, o grande tema que envolve as PCHs são as implicações políticas e decisórias, além de um discurso sobre a ineficiência da política dos brancos que não possuiriam eficácia. Os impasses e as formulações dessas articulações políticas se tornam o fator central quando se trata de impactos das PCHs.

O descontentamento com a política dos brancos apresenta-se, majoritariamente, de duas maneiras distintas, o que demonstra um impasse entre os indígenas. Por um lado, hoje, as associações se tornaram o instrumento pelo qual esse canal de comunicação, entre Estado e indígenas, acontece. E essa frustração com essas políticas causa ações diferentes e se traduz em posições diferentes entre os indígenas da TI Rio Branco. Há aqueles que justificam a frustração das mobilizações, como falta de protagonismo do movimento puramente indígena, acusam os movimentos sociais e os agricultores, como o MAB, de terem se aproveitado dos indígenas para conseguirem suas próprias pautas e assim que conseguiram o que almejavam, abandonaram essas pessoas sem nenhuma conquista proveniente dessas lutas. Outros são de posição diversa, acreditam também na ineficácia da política dos brancos, entretanto, desacreditam em uma solução através do engajamento mobilizado pelos membros da associação. Para essas pessoas, uma associação é uma maneira de política de branco que já se mostrou fracassada e, por isso, no caso das PCHs, copiando uma política que já fracassou antes não haveria meio de solucionar esses problemas.

Essa diferença de perspectiva se apresenta, primeiramente, através de uma divergência geracional entre as lideranças tradicionais, no caso o cacique, e as lideranças mais jovens. Isso não exclui o reconhecimento do importante papel da associação entre os indígenas hoje, somente se desacredita em uma resolução acerca das PCHs.

Entre os agricultores, ao relatarmos o fracasso da antiga articulação entre movimentos sociais, agricultores e indígenas, a narrativa desse fracasso passa pela descrição de uma desunião entre os afetados. Não somente uma desunião entre indígenas e agricultores, mas individualmente. Argumenta-se que as negociações foram efetuadas no plano individual e um a um dos agricultores venderam suas terras de modo que a pressão política do conjunto se enfraqueceu. O relato desse período de luta antibarragem passa hoje, principalmente, pela nostalgia das relações criadas naquele meio.

Como enfatizei, o tópico central da preocupação desses pequenos agricultores é a falta da terra e as coisas indissociáveis dela, como a família e o trabalho. A construção das PCHs colocou em risco o motivo que mobiliza diversas ações entre esses agricultores: a terra. Além das preocupações com os filhos que eventualmente possam querer migrar para a atividade profissional urbana, essas famílias tinham um novo desafio pois ou teriam que

mudar para uma outra terra ou se adaptariam em cenários muito difíceis, o que não ocorreu no caso de alguns que se mudaram para as cidades e arrendaram as terras que restaram. A terra é o fator central da preocupação dessas pessoas, colocar em risco sua existência era colocar em risco o trabalho, a família e todas as outras relações afetivas.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto (editor) **Povos Indígenas no Brasil**, 1996-2000, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p.197-207.

ALMEIDA, Juliana. **Between Distinct Voracities: The Hydro-energetic Machine and the Iyakaliti's Response**, Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America: Vol. 12: Iss. 2, Article 2, 2014, 93-98.

ALMEIDA, Mauro. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.1, v.1, p 66 – 83.1986.

ANEEL. Nota Técnica - Critério para o enquadramento de aproveitamento como pequena central hidrelétrica.

_____. Resolução nº394/1998. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. 2 páginas.

_____. Resolução nº652/2003. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. 3 páginas.

BAINES, Stephen G. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri- Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo:USP, 2000, v.43:41-163.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Prefácio. In: **Os Herdeiros da Terra**. Parentesco e Herança numa Área Rural. São Paulo, Hucitec, 1978.

CASPAR, Franz. **Die Tuparí: Ein Indianerstamm in Westbrasilien**, Monographien zur Völkerkunde herausgegeben vom Hamburgischen museum für Völkerkunde, VII, Berlin - New York: Walter de Gruyter, 1975.

_____. **Tupari: entre os índios, nas florestas brasileiras**. São Paulo: Melhoramentos. 1953.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

_____. **Arqueologia da Violência: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

COHN, Clarice. **Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos**. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.2, jul.-dez., 2010, p.224-251.

CUMMINGS, Barbara J. **Dam the rivers, damn the people: development and resistance in Amazonian Brazil**. Routledge, London, 2013.

CURI, Melissa Volpato . **Moving Forward or Backwards? Indigenous Peoples, Development and Democracy in Brazil**," Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America: Vol. 12: Iss. 2, Article 4, 2014, 113-117.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**. São Paulo, Editora Edusp, 1997.

ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras –Ministério das Minas e Energia. Diretrizes para estudos e projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Janeiro, 2000.

FEARNSIDE, Philip Martin & LAURANCE, William Frederick. “Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais.”. In: **Cad. CRH**, 2012,.25(64):87-98.

FONSECA, M. G. **Casa de Escrever no Papeo**: a escola Tupari da Terra Indígena Rio Branco. Dissertação de Mestrado. UNIR. Porto Velho, 2011.

FORTES, Meyer & EVANS-PRITCHARD, Eduard E.. **Sistemas políticos africanos**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1981. - 521 p.

FOX, Robin. **Kinship and Marriage**. Penguin Books, 1967.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertão e Bairro Rural**. São Paulo : Ática. 1979.

FUNAI. **Relatório de demarcação da Terra Indígena Rio Branco**. 1982.

GOLDMAN, Marcio. **Pierre Clastres ou uma Antropologia contra o Estado**. Revista de Antropologia (54/2), São Paulo, 2011.

GORDON, Cesar. **Economia Selvagem**: Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngokre. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

GUERREIRO JÚNIOR, Antonio Roberto. **Ancestrais e suas sombras**: uma etnografia da chefia kalapalo e seu ritual mortuário. 2012. 509 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; GARCIA JR., Afrânio Raul. **Trabalho Familiar e Campesinato**. América Latina. Rio de Janeiro : Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, nº 1/2, ano 14, jan./jun. 1971, pp. 10 – 20..

LANNA, Marcos. **A dívida divina**: Troca e patronagem no Nordeste Brasileiro. Ed Unicamp. 1995.

_____. **As sociedades contra o Estado existem?**: Reciprocidade e poder em Pierre Clastres. Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005 .

LEACH, Edmund. **Pul Eliya, a Village in Ceylon**: A Study in Land Tenure and Kinship. Cambridge: at the University Press. 1968.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Família**. In: LÉVI-STRAUSS, Claude; GOUCH, Kathleen; SPIRO, Melford. **A Família: Origem & Evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha.1980.

_____. **A via das máscaras**. Lisboa: Ed. Presença:Martins Fontes, 1979.

_____. **Palavras Dadas**. São Paulo: Brasiliense.1986.

_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **De Perto e de Longe**. São Paulo: Cosac&Naify, 2005.

_____. **The tribes of the right bank of the Guaporé river**. In Handbook of South American Indians, vol III. Edited by Julian Steward, 370-379. Washington: Smithsonian Institution. 1948a.

_____. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

LIMA, Tania Stolze e GOLDMAN, Marcio. Prefácio. In: P. Clastres, **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify. pp.7-20, 2003.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. Projeto História, São Paulo, (18) maio, 1999. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994/8114>>.

MALDI, Denise. “O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Médio Guaporé”. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Antropologia. 1991, vol. 7, n. 2, pp. 209-269.

_____. **Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia**. Monografia de conclusão de curso, UFMT. 1984.

MANTOVANELLI, Thais. 2013. Estudos Complementares do Rio Bacajá: Meixtere, kaigo ou punure? Um debate sobre a autenticidade de um laudo de impacto ambiental. São Carlos: Mimeo.

MILLIKAN, Brent. **The Amazon**: Dirty dams, Dirty Politics and the Myth of Clean Energy, Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America: Vol. 12: Iss. 2, Article 9, 2014, 134-138.

MINDLIN, Betty. **Tuparís e Tarupás**: Narrativas dos índios Tuparís de Rondônia. São Paulo: Editora Brasiliense / Editora da Universidade de São Paulo / Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1993.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, ELETROBRÁS, DNAEE. **Manual de Pequenas Centrais**, 1982, 1 volume, 620.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. Seguindo a trilha de papéis da usina hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. In: 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. Diálogos Antropológicos: expandindo fronteiras. Natal: UFRN, 2014. v. GT46. p. 1-16.

MORET, Artur de Souza. **Biomassa Florestal, Petróleo e Processo de Eletrificação em Rondônia**: Análise das Possibilidade de Geração Descentralizada de Eletrecidade. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2000.

_____; GUERRA, Sinclair Mallet Guy . Hidrelétricas no rio Madeira: reflexões sobre impactos ambientais e sociais. *Oídles* (Málaga), v. 03, p. 38-49, 2009.

MOURA, Margarida M. **Os Herdeiros da Terra. Parentesco e Herança numa Área Rural**. São Paulo, Hucitec, 1978.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Souza. **WYTY-CATE**: associativismo, representação e faccionalismo político entre os povos Timbira. In: *Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2005.

NOBREGA, R. S. **Contra as invasões bárbaras, a humanidade**. A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikóléj) contra os projetos hidrelétricos do rio Machado, Rondônia, Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2008.

PACTO das águas. Sobre o pacto das águas. Disponível em: <<http://pactodasaguas.org.br/pt/institucional,5/sobre-o-pacto-das-aguas,195.html>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

PEGGION, Edmundo. **Forma e função**: uma etnografia do sistema de parentesco Tenharim (Kagwahív-AM). Dissertação de mestrado, Unicamp. 1996.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Bons chefes, maus chefes, chefões**: excertos de filosofia política ameríndia In: *Revista de Antropologia* (54/2), São Paulo, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. "Patrilineal and matrilineal succession". In: **Structure and Function in Primitive Society**. Londres, Cohen & West, 1968.

SANTOS, José Vicente Tavares dos, Matuchos: Exclusão e Luta -Do Sul para a Amazônia, Petrópolis, Ed. Vozes, 1993.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre moral dos pobres. Campinas: Editores Associados, 1996.

SEVÁ FILHO, A. O. Ecologia ou Política no Xingu?. Coleção Documentos- Série Ciências Ambientais no 04, 1990, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itaja-íMirim** - Um Estudo de Desenvolvimento Econômico. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

_____. **Herança e estrutura familiar camponesa**. Boletim do Museu Nacional. Nova Série, n. 52, maio, 1985.

SIGAUD, Lygia. O Caso das Grandes Barragens. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 18, p. 18-40, 1992.

_____. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987.

SILVA, Marcio. **Linguagem e parentesco**. Rev. Antropol. , São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 133-161, 1999.

SOARES-PINTO, Nicole. **Do poder do sangue e da chicha**: os Wajuru do Guaporé (Rondônia). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, 2009.

SOUZA, Valdir Aparecido de. Rondônia, uma memória em disputa. – Assis, 2011. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011 Orientação Prof. Dr. Antônio Celso Ferreira.

SZTUTMAN, Renato. **O Profeta e o Principal**: a ação política ameríndia e seus personagens. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, [2005].

TURCHI, Lenita M. A colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: território federal de Rondônia. , 1981.

VANDER VELDEN, Felipe. **Os Tupí em Rondônia**: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, Volume 2 (1), 2010.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo, Difel, 1976.

_____. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. América Latina. Ano 12, nº1. Rio de Janeiro. 1969.

VERDUM, Ricardo. As Obras de Infraestrutura do PAC e os Povos Indígenas na Amazônia Brasileira. 1. ed. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2012. v. 1. 60p .

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O Conceito de Sociedade em Antropologia IN: A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac&Naify, 2002.

_____. Posfácio: O intempestivo, ainda. IN: Clastres, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo : Hucitec, Brasília : EdUnB, 1995.

_____. **O sítio camponês**. Anuário Antropológico/81. Fortaleza/Rio de Janeiro, UFC/TB. p. 164-203. 1983.

_____. **Parentesco e reprodução camponesa**. ANPOCS, 1984.

_____. **A comida, a família e a construção do gênero feminino**. ANPOCS - Encontro Anual, 1984.

_____. Grupo doméstico e parentesco num vale da Amazônia. In: **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, XVIII, 1967.

WOORTMANN, Klaas. **Com Parente não se Negoceia**. Anuário antropológico 87. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro. pp. 11 - 73. 1988.